

MARTHA MERCADO

Redimensionando a esfera pública: o papel e as práticas das ONGs ambientalistas e suas interações com os demais atores sociais

**Programa de Estudos Pós Graduated em Ciências
Sociais**

PUC - SP

São Paulo, 2007

MARTHA MERCADO

Redimensionando a esfera pública: o papel e as práticas das ONGs ambientalistas e suas interações com os demais atores sociais

Programa de Estudos Pós Graduated em Ciências Sociais

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Doutora em Ciências Sociais, área de concentração, Sociologia, sob a orientação da Prof^a. Dra. Lúcia Maria Machado Bógus.

PUC - SP

São Paulo, 2007

AGRADECIMENTOS

Este trabalho contou com a colaboração de várias pessoas e instituições, nas diferentes etapas de sua realização. Os representantes das organizações ambientalistas, os familiares, amigos, professores e colegas de trabalho. Agradeço o suporte institucional da CAPES/CNPQ, concedendo-me uma bolsa de estudos, o que possibilitou a realização desta pesquisa. Agradeço o apoio da biblioteca e dos bibliotecários da Secretaria do Estado do Meio Ambiente, unidade Parque Água Branca, especialmente a Sra. Lucia Marins.

A minha orientadora, Prof^a. Dra. Lúcia Maria Machado Bógus pelo apoio, incentivo e colaboração em todas as etapas deste trabalho. Aos Professores Luiz Eduardo W. Wanderley e Márcia Mello Costa De Liberal, que leram, discutiram e me orientaram em diversos momentos desse percurso e, por ocasião do exame de qualificação. A Prof^a. Carmem Junqueira, pelo apoio e colaboração no início desta jornada. A Prof^a. Terezinha Bernardo pelo suporte institucional e bom humor com que sempre me tratou.

Aos meus mestres da PUC-SP, que foram fundamentais em diferentes momentos da minha trajetória acadêmica. Especialmente aos Professores Edson Passetti e Marijane Lisboa.

Aos colegas das Faculdades Integradas Rio Branco, em particular aos professores Edman Altheman e Henrique Altemani. As minhas colegas Sandra Rufino, Márcia De Liberal e Carmem Straube por terem compartilhado comigo seu imenso conhecimento e experiência, contribuindo para a feitura desta tese.

Tenho ainda a agradecer, aos amigos – os novos e os de muitos anos – ‘os ouvidos’, as palavras, o conforto e a paciência que me dedicaram, especialmente, na ‘reta final’ deste trabalho. Agradeço assim, a Fernanda de Oliveira, Lilian Raquel Datino, Rosana Cavani, Rita Ariza e ao Marco Aurélio Máximo Prado. Por fim, aos ‘incondicionais’, Gilberto Picosque, Luis Fernando Mercado, meu amado irmão, a Cecília Mercado minha irmã querida, ao tios Hector e Marcela, tão perto do meu coração, a Rosana Otoni, nas melancolias mínimas e nas felicidades muitas e, ao Marcos Melo que de diferentes maneiras, está sempre ao meu lado.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objeto de investigação as ONGs ambientalistas. Busca esclarecer o *modus operandi* de suas atividades e suas inter-relações com os demais atores sociais, identificando suas potencialidades e limitações, no que concerne à sua capacidade de estabelecer uma nova percepção para a causa ambiental.

A emergência de novos atores sociais responde a uma reconfiguração das sociedades ocidentais, provocada, dentre outros fatores, pelos avanços tecnológicos, que transformaram as esferas da vida política, econômica e social. Essas transformações, ainda em curso, impulsionaram o fortalecimento das ONGs, dando-lhes um papel de destaque na causa ambiental. Essas desempenham ainda, o papel de mobilizar, organizar e incluir os demais atores, gerando uma nova dinâmica nas formações sociais contemporâneas.

As ONGs ambientalistas surgem como uma nova e importante possibilidade de renovação do espaço público, possibilitando a cooperação e desenvolvimento social. Elas tendem a operar como, parcialmente responsáveis pelas demandas sociais, estabelecendo, quando necessário, parceiras com o Estado e com setores privados da economia. Podem ser definidas, em linhas gerais, como organizações privadas sem fins lucrativos, que realizam ações de caráter público.

Na primeira parte desse trabalho, examinamos as principais formulações teóricas que tratam dos fatores que possibilitaram a emergência e o protagonismo das ONGs ambientalistas, buscando contribuir para a delimitação mais precisa do seu campo de ação. Num segundo momento procuramos por meio do trabalho de campo, mapear, identificar e elucidar as práticas dessas, considerando a sua interdependência e inter-relação com os demais atores sociais.

Palavras Chave: transformações sociais, desenvolvimento social, globalização, modernidade, meio ambiente, nova organização social, terceiro setor, ONGs ambientalistas.

ABSTRACT

This research has as its objective of investigation the environmental Non-Governmental Organizations (NGO). It tries to clarify the *modus operandi* of their activities and inter-relationships with the other social actors, identifying their potentialities and limitations concerning their ability of establishing a new perception for the environmental cause.

The emergency of new social actors responds to a new reconfiguration of the occidental societies, which was caused among other factors by technological development that transformed the political, economical and social spheres. These transformations, still in action, strengthened the environmental Non-Governmental Organizations (NGO), making them relevant characters in the environmental cause. These organizations develop the function of mobilizing, organizing and including the other social actors, generating a new dynamic in the contemporaneous social formations.

The environmental Non-Governmental Organizations (NGO) appear as a new important possibility of changing for the public areas, allowing the social cooperation and development. They tend to operate as partially responsible for the social demands, establishing, when necessary, partnerships with the State and with the private sectors of the economy. They can be generally defined as non-profit-making private organizations, which do actions of public character.

In the first part of this project, the main theoretical formulations, which deal with factors that allow the emergency and protagonist role of the environmental Non-Governmental Organizations (NGO), were examined, trying to contribute to delimit in a more precise way their area of action. In a following moment, there was a research whose objectives were mapping, identifying and elucidating these actions, considering their interdependence and inter-relationship with the other social actors.

Keywords: social changes, social development globalization, modernity, environment, new social arrangement, third sector, Non-Governmental Organizations (NGO), environmental Non-Governmental Organizations (NGO).

GLOSSÁRIO DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABONG – Associação Brasileira das Organizações Não-Governamentais
ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
ALADI – Associação Latino- Americana de Integração
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina
CNUMAD (ECO/92) – Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente
ECOSOC – Conselho Econômico e Social das Nações Unidas
FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura
FMI – Fundo Monetário Internacional
GIFE – Grupo de Institutos, Fundações e Empresas
IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OMC – Organização Mundial do Comércio
OMS – Organização Mundial de Saúde
ONG – Organização Não-Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PROAONG – Programa de Apoio às ONGs
SISNAMA – Sistema Nacional de Meio Ambiente
SMA – Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo
UNCED – Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
WWF – Fundo Mundial para a natureza

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

Introdução	1
Objetivos	5
Metodologia	5
Estrutura	7

CAPÍTULO I - OS SENTIDOS DA GLOBALIZAÇÃO

1.1 – A globalização e suas controvérsias	8
1.2 – A globalização e a dimensão econômica	10
1.3 – A globalização e a dimensão política	17
1.4 – A globalização e a dimensão social	21
1.5 – Duas perspectivas analíticas: os críticos e os globalistas	24
1.5.1 – Os críticos	24
1.5.2 – Os globalistas	34

CAPÍTULO II – MEIO AMBIENTE E SOCIEDADE

2.1 – Breve história do movimento ambientalista	39
2.2 – A criação das organizações internacionais de proteção ambiental	47
2.3 – A Conferência de Estocolmo (1972)	50
2.4 – Ambientalismo político e global	56
2.4.1 – O novo <i>status</i> das ONGs ambientalistas	60
2.4.2 – A Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD) – Rio/92	65
2.4.3 – A Comissão sobre Mudanças Climáticas e o Protocolo de Kyoto	74

CAPÍTULO III – A EMERGÊNCIA DO TERCEIRO SETOR E O PAPEL DAS ONGs

3.1 – O terceiro setor: origens e estruturação	82
3.1.2 – Porque falar do Terceiro Setor?	84
3.2 – ONGs: origens e estruturação	91

3.2.1 – ONGs no Brasil	96
3.3 – ONGs ambientalistas: origens e estruturação	99
3.4 – ONGs ambientalistas e os canais institucionais	102
3.4.1 – O PROAONG – Programa de Apoio às ONGs Ambientalistas	106
3.5 – ONGs ambientalistas e as organizações internacionais	108

CAPÍTULO IV – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS, A PESQUISA DE CAMPO E A ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

4.1 – Cenário do estudo	113
4.2 – Apresentação das ONGs	120
4.3 – As ações e as práticas das ONGs ambientalistas	127
4.3.1 – As ONGs e o setor público	137
4.3.2 – As ONGs e o setor privado	144
4.3.3 – A interação em REDE e a inter-relação com os beneficiados	147
4.4 – O perfil dos representantes das ONGs ambientalistas	154
4.5 – A educação ambiental: uma ação dotada de sentido	162

CONSIDERAÇÕES FINAIS	164
-----------------------------	-----

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	168
-----------------------------------	-----

APRESENTAÇÃO

*“Devemos ser iguais, quando a diferença nos inferioriza e devemos ser diferentes, quando a igualdade nos descaracteriza”
(Boaventura de Sousa Santos)*

INTRODUÇÃO

Mesmo para o cidadão médio não escapa – pelo acesso contínuo às mídias – as mudanças sociais provocadas pelas transformações na cena política, com a ampliação dos valores democráticos e a reestruturação dos canais de participação, com a acelerada integração econômica, fatores que possibilitaram a emergência de outras percepções sobre os valores que orientam a ação coletiva, trazendo para a ordem do dia, a problemática ambiental.

Para nós que habitamos o chamado mundo em desenvolvimento, como é percebida está questão e como estamos conduzindo essa situação? Como os setores mais organizados da sociedade estão agindo? Como se estabelece a interlocução das ONGs com outros atores da sociedade e com as instâncias governamentais (Secretaria Estadual do Meio Ambiente)? Como se estabelecem as relações de cooperação, conflito e parceria?

Tendo como referência essas questões, este trabalho se divide em 4 partes. Na primeira apresento uma revisão da literatura sobre os processos de globalização, no âmbito das relações econômicas, políticas e sociais, buscando responder a duas principais questões:

1. Há de fato um processo que pode ser denominado global? E em caso afirmativo, podemos associar a emergência e fortalecimento de um novo ator social, as ONGs? E qual a importância dessas na dinâmica social?
2. O processo engendrado a partir das décadas de 70/80, que se convencionou chamar de globalização - possibilitou a criação e

estruturação das ONG's? A pertinência do exame do fenômeno 'globalização', pode ser ilustrado por meio de um levantamento informal realizado no sistema de pesquisa DEDALUS da Universidade de São Paulo. Nessa prospecção constatamos que o termo globalização foi citado: mais de 2000 vezes no ícone 'BUSCA GERAL'; foi mencionado em 383 registros onde o ícone TESES foi utilizado; finalmente 221 registros surgiram quando recorremos às palavras-chave, 'GLOBALIZAÇÃO E SOCIOLOGIA'. Sabemos que esse volume extraordinário de pesquisas sobre o tema indica que, concordemos ou não, há uma nova ordem produzida pela dinâmica global, e ela é incontestável.

Na segunda parte tratamos de investigar, por meio de uma pesquisa bibliográfica, a 'invenção' do ambientalismo. Nos ocupamos de situar como e quando a questão ambiental tornou-se um problema a pautar às ciências em geral. Em que momento as sociedades passaram a se ocupar dessa questão? Há uma mudança na percepção de como interagimos com a natureza e de como é necessário encontrar uma outra forma de interação? Em caso afirmativo, como podemos mensurar o quanto essa mudança já ocorreu e quanto ainda falta para estabelecermos uma nova forma de interação social que possibilite uma vida mais equilibrada. Tendo como referência os pressupostos weberianos, consideramos que a organização da vida social é significativamente dependente da forma como atribuímos e incorporamos os valores que determinam nossa conduta.

Na terceira parte do trabalho, discutimos a emergência do terceiro setor e a organização das ONGs, suas formas de atuação nas organizações internacionais e na ONU. Isso porque acreditamos que somadas as ações locais há também necessidade de dimensionarmos as políticas que envolvem as relações entre Estados, neste caso a capacidade de interferir no processo de tomada de decisão no que diz respeito aos Acordos e Tratados Internacionais.

Na quarta parte nos ocupamos das pesquisas de campo, que procurou por meio de entrevistas em profundidade, estabelecer as diferentes áreas de atuação e o escopo de atividades desenvolvidas pelas ONGs ambientalistas, visando

identificar a relação dessas com os segmentos da sociedade civil e com o Estado, representado pela Secretária de Estado do Meio Ambiente (SMA) – Departamento PROAONG.

A diversidade das áreas de atuação das ONGs ambientalistas exigiu uma atenção especial quanto a definição do objeto em questão. Tendo em vista essa diversidade de áreas de atuação, decidimos fazer um mapeamento de acordo com as atividades desenvolvidas, especialmente a principal delas, bem como a forma de gestão e de organização, sua interação com o público beneficiário de sua ação.

No filtro utilizado para estabelecer a amostra, percebemos que ONGs ambientalistas são uma denominação muito ampla e difusa, nos obrigando a fazer uma nova seleção e estabelecendo um segundo critério, que as delimita por QUATRO grandes áreas de atuação e, inúmeras sub-áreas, que para esse trabalho foram desconsideradas. A variável utilizada foi ‘atividade principal desenvolvida’ pelas ONGs, a partir desse critério selecionamos a amostra. Apresentamos a seguir as quatro grandes áreas de atuação das ONGs ambientalistas do Estado de São Paulo, cumpre informar que a pesquisa realizou-se com os dois primeiros tipos relacionados:

- ❖ ONGs ambientalistas (OSCIP/tradicionais): funções: Assessoria, elaboração e implementação de projetos de preservação e recuperação do meio ambiente, via de em parceria com agências governamentais, *Lobbies* junto ao governo (Assembléias Legislativas e à mídia);
- ❖ ONGs ambientalistas (OSCIP/assessoria): funções: realizam assessorias e/ou consultorias em projetos ambientais com as comunidades locais (urbanas ou rurais), manejo dos recursos naturais em integração com as comunidades locais; promovem cursos de educação ambiental e fomento à autonomia de comunidades na área rural, implementação de projetos de

reciclagem e resíduos sólidos, questões associadas ao lixo, financiados por governos e/ou empresas privadas;

- ❖ ONGs ambientalistas (OSCIP/direito ambiental): funções: realizam consultoria/assessoria em direito ambiental;
- ❖ ONGs ambientalistas de proteção e defesa dos animais: funções: acolhimento, castração, busca de lares, reencaminhamento ao *habitat* natural (animais domésticos/urbanos e da fauna nativa).

A amostra foi selecionada a partir do Perfil das Entidades Ambientalistas do Estado de São Paulo – 2004, publicado pelo PROAONG/SMA, de um universo de 494 entidades cadastradas no Estado de São Paulo e de 144 no Município de São Paulo. As ONGs analisadas, num total de sete, dividem-se em cinco estruturadas (OSCIP), e duas, que ainda atuam informalmente. Além das ONGs, buscamos entrevistar também os representantes do Estado, a coordenadora do PROAONG e a assessora do atual secretário – Xico Graziano –, que é responsável pela agenda e interlocução das ONGs com a Secretaria.

A análise das entrevistas buscou demonstrar as afirmações e o referencial teórico adotado nos primeiros capítulos desse trabalho. As práticas das ONGs, suas formas de organização e desempenho, suas interações com o Estado e os demais setores organizados da sociedade, revelam que, lentamente, está ocorrendo uma mudança nos fatores condicionantes da mobilização e organização social, que operam dentro de uma perspectiva segmentada e com ênfase na autonomia e na responsabilidade dos indivíduos.

Conhecer, compreender e refletir sobre as ações e práticas das ONGs ambientalistas, tem como objetivo elucidar quais as mudanças que efetivamente, estão ocorrendo nas relações homem/meio ambiente e, quais os avanços, os sucessos dessas práticas. Outro ponto examinado foi: quais as dificuldades encontradas pelas ONGs que se 'profissionalizam'/se institucionalizam, o que é

novidade e o que foi estruturado a partir das práticas de organizações que as precederam. Enfim, como estão organizadas e operando, já que não se trata mais de examinar um fenômeno novo, atualmente elas não representam apenas a mobilização de um segmento social, mas a sua 'institucionalização'.

OBJETIVOS

A pesquisa desenvolvida tem como objetivo principal explicar as formas de atuação e operacionalização das ONGs ambientalistas por meio de suas interações com o Estado e com os outros segmentos sociais. Este propósito é abordado por meio dos seguintes objetivos específicos do trabalho:

1. Definir e explorar as principais correntes analíticas do fenômeno da globalização. A relevância da análise das transformações provocadas pelo *boom* nos avanços tecnológicos, e como estes provocaram reações em cadeia, nos diferentes segmentos sociais, operando mudanças significativas nas formas organizativas da sociedade contemporânea, possibilitando a emergência da questão ambiental e das ONGs;
2. descrever e definir o objeto de estudo – as ONGs, apontando para os papéis e funções que desempenham e/ou devem desempenhar;
3. situar e analisar o perfil das ONGs ambientalistas, focando nos instrumentos que estas desenvolveram nos últimos anos para continuarem atuantes e que estratégias utilizam para que suas práticas sejam eficazes e atinjam seus objetivos;
4. Explorar as contribuições e as limitações que as ONGs ambientalistas encontram no que concerne às suas ações e interações com os demais atores sociais.

METODOLOGIA

As diversas teorias sociológicas buscam estabelecer o padrão predominante das ações humanas, no que concerne à organização e interações

sociais. Assim, a sociologia dispõe de um conjunto consistente de técnicas, que garantem a excelência de uma pesquisa e sua possível adoção no encaminhamento de soluções para o problema tratado. De acordo com Amorim, “toda atividade humana e sobretudo aquela que tem por objeto a própria realidade social envolve sempre uma teoria. Não há, a rigor, qualquer tipo de prática, sem teoria”. (AMORIM, 1982, p. 3).

Nessa pesquisa buscamos identificar com precisão como estão agindo as ONGs ambientalistas que tornam-se cada vez mais ‘profissionais’. Recorremos a dois tipos de abordagem da questão. A primeira se estrutura a partir de extensa pesquisa bibliográfica sobre o tema escolhido, visando conhecer e analisar as principais contribuições teóricas. A segunda trata da pesquisa de campo que, por meio de pesquisas qualitativas, busca uma compreensão mais precisa do fenômeno examinado e coloca o pesquisador em contato direto com o ‘objeto’, em uma situação em que ele está dentro das organizações, vivenciando a experiência junto com o entrevistado, *in situ*.

De acordo com a descrição de RUFINO (2005, p. 11) as três abordagens da pesquisa qualitativa são:

- ❖ *Abordagem descritiva*: Os dados não devem ser analisados para evitar a interferência nos resultados encontrados. Os preconceitos e a presença do investigador não devem interferir nos dados. Os dados devem ser apresentados tal qual foram coletados com os informantes;
- ❖ *Abordagem interpretativa*: Apresenta uma descrição precisa, porém com a interferência do investigador, que seleciona, organiza e interpreta o material coletado, fazendo com que os resultados variem em diferentes graus de abstração. Reduz-se o volume de dados para tornar o estudo acessível aos leitores;
- ❖ *Abordagem da teoria fundamentada*: Construção de teorias. O desenvolvimento de interpretações teóricas pode fornecer um *framework* (estrutura de trabalho) para a ação, além de ser um modo sistemático de construir e integrar o conhecimento científico.

Nesse trabalho, optou-se pela utilização das duas primeiras abordagens referidas, trata-se de uma análise descritiva-interpretativa. Não se pretende, em absoluto contribuir para a construção de teorias, muito embora a pesquisadora recorra aos pressupostos teóricos weberianos como condutores do percurso analítico.

As técnicas de investigação utilizadas nesse trabalho recorrem a observação direta, *in loco*, visitando as organizações e a secretaria de Estado do Meio Ambiente. O uso de questionário, a princípio elaborado, foi substituído por um roteiro de entrevistas, pois verificamos que o primeiro tende a tornar a entrevista impessoal (fria) impossibilitando uma ‘conexão’ necessária entre o pesquisador e o entrevistado.

A maioria das entrevistas foi realizada tendo por base esse roteiro – lista de perguntas e assuntos – que as conduziu. A adoção do roteiro possibilitou a criação de um clima mais intimista, propiciando aos entrevistados a possibilidade de expor sua visão de mundo. As entrevistas foram gravadas (áudio) e posteriormente transcritas. Os outros instrumentos de pesquisa utilizados foram documentos fornecidos pelas ONGs, tais como: *folders*, materiais educativos, conteúdos de cursos, além dos *sites* das organizações.

ESTRUTURA

O trabalho está dividido em quatro capítulos, os dois primeiros de natureza mais descritiva e conceitual, o terceiro estabelece uma releitura e atualização dos conceitos a partir das contribuições adquiridas com a pesquisa de campo e, finalmente o quarto é redigido tendo uma perspectiva analítica e conclusiva.

CAPÍTULO UM

OS SENTIDOS DA GLOBALIZAÇÃO

“A impotência que experimentamos não é um sinal de deficiências individuais, mas reflete a incapacidade de nossas instituições. Precisamos reconstruir as que temos, ou criar novas. Pois a globalização não é um acidente em nossas vidas hoje. É uma mudança de nossas próprias circunstâncias de vida. É o modo como vivemos agora”. (Mundo em descontrolo, Anthony Giddens)

1.1 - A globalização e suas controvérsias

O fenômeno da globalização é examinado sob duas grandes abordagens interpretativas, ambas dedicam suas pesquisas aos múltiplos aspectos do fenômeno, visando esclarecer às condições de seu florescimento e os seus significados. Inúmeros autores que se dedicam ao tema, entendem a globalização como um fenômeno multidimensional e contraditório da realidade mundial.

Considerando-o a partir das mudanças trazidas pela intensidade dos fluxos de comércio, capital e grupos humanos pelo mundo. Esses fluxos que caracterizam o processo “são facilitados por tipos diferentes de infra-estrutura – física (como os transportes e os sistemas bancários), normativa (como as regras de comércio) e simbólica (a exemplo do inglês usado como língua franca) – que criam as precondições para formas regularizadas e relativamente duradouras de interligação global”. (HELD & McGREW, 2001, p.12).

Numa outra perspectiva o processo de globalização é apreendido como uma construção ideológica que visa estabelecer e garantir a hegemonia de um modelo. Modelo este que teria a função de pautar e orientar as decisões políticas e econômicas, buscando convencer governos e setores da sociedade a facilitarem uma política baseada nos pressupostos liberais.

A partir da análise dessa dualidade interpretativa observamos que o ponto crucial do debate está na forma como estamos lidando com as transformações

inequívocas trazidas pelas transformações de ordem econômica, política e social nessas últimas décadas. Essas mudanças globais se caracterizam pela expansão, sem precedentes, dos fluxos do conhecimento, a aceleração das transações econômicas baseadas na informação em rede e a crescente difusão de valores políticos e comportamentais em escala mundial. “Esse crescimento certamente tem um preço alto: desigualdades econômicas cada vez maiores e instabilidade social. Ainda assim, seria irracional considerar que essa explosão econômica nunca deveria ter acontecido” (SENNETT, 2006, p.12). O problema, segundo o autor, está na forma como estão sendo apropriadas essas transformações. Em suas palavras (SENNETT, 2006, p.18):

“O fato é que o desmantelamento das grandes instituições (...) nada tem de um **mandamento divino** (grifo meu). Nem sequer chega a ser norma de trabalho nos Estados Unidos; a nova economia continua sendo apenas uma parte da economia como um todo. Ela efetivamente exerce profunda influência moral e normativa, funcionando como padrão avançado da maneira como deve evoluir a economia de maneira geral. Minha esperança é que os americanos venham a encarar essa economia como tendem a fazê-lo os estrangeiros: uma proposta de mudança que, como qualquer proposta, deve ser submetida a uma crítica rigorosa”.

A literatura publicada nos últimos anos sobre o tema, especialmente no campo da sociologia (WALLERSTEIN, GIDDENS, BECK, BAUMAM, HILST & THOMPSON, CASTELLS, GRAY, HELD & MCGREW, LIPOVETSKY, RIFKINS, SENNETT), muito embora não seja totalmente convergente nas explicações, associam-na a processos societários específicos de nossa cultura – o contrato social baseado na igualdade e na cultura secular, assalariamento e livre mercado, ascensão baseada num ideal de meritocracia e no primado do individualismo – que resultaram em uma estrutura social (sociabilidade) que privilegia a adesão pela persuasão (sedução) em detrimento da força. Assim, aquilo que conceitualmente definimos como moderno, se desenvolve baseado no Estado-nação e na economia capitalista de livre mercado, e estes complexos

organizacionais atuam em íntima conjunção, precipitando-se através do mundo, devido ao poder persuasivo que este modelo dispõe. Assim segundo Giddens, a modernidade é um projeto ocidental em termos dos modos de vida forjados por estas duas agências transformadoras e uma de suas conseqüências é a globalização. (GIDDENS, 1991, p. 173)

As duas grandes correntes que dominam o debate sobre globalização – os globalistas (denominação utilizada por HELD & MCGREW) e os críticos -, atribuem uma vocação analítica ao fenômeno, buscando compreender as complexas e dinâmicas transformações globais, apontando-o como um fenômeno decorrente da expansão do sistema capitalista moderno. Apesar das análises distintas das quais nos ocupamos, identificamos a importância que os autores atribuem às transformações tecnológicas, influenciando e alterando às relações políticas, sociais e econômicas.

1.2 - A globalização e a dimensão econômica

A revolução tecnológica, em especial, a eletrônica computacional e a robótica, desenvolveram-se exponencialmente, criando condições para uma reengenharia nos modelos organizacionais das empresas, tornando ultrapassados o modelo fordista, baseado num modelo hierárquico piramidal e de comando centralizado. Segundo SENNETT: “graças às novas ferramentas de computação para o mapeamento de insumos e produção nas corporações, tornou-se possível transmitir para cima, de maneira instantânea e sem mediação, informações sobre o desempenho de projetos, vendas e pessoal. (...) uma das conseqüências da revolução da informação foi a substituição da modulação e da interpretação das ordens por um novo tipo de centralização”. (SENNETT, 2006. p. 45).

Com o colapso do modelo de regulação fordista-keynesiano, no início da década de 70, quando os acordos de *Bretton Woods*¹ entraram em derrocada, um

¹ Em 1944, na pequena cidade americana de Bretton Woods, foi realizada uma conferência que buscava estabelecer um novo conjunto de regras que impedissem uma nova derrocada econômica, como a de 1929.

enorme superávit de capital para investimentos foi liberado, gerando uma mudança do poder gerencial para o acionário. A comunicação em tempo real possibilitou a negociação das bolsas e de mercado de futuro transferindo o capital para o mercado de ações, assim “todo um bolo de riqueza que estava confinado em empresas locais ou nacionais ou estocado em bancos nacionais podia agora movimentar-se com muito maior facilidade por todo o planeta”. (SENNETT, 2006, p. 41).

Assim, a relação estabelecida pelas nações de capitalismo avançado entre um modelo fordista-Keneysiano ² na gestão da economia e um Estado regulador que mediava os desequilíbrios sociais através de políticas públicas ou do *Welfare State*, ³ foi tragado por uma nova conjuntura econômica. Segundo HARVEY (1999, p. 136-7):

Os dois grandes nomes do encontro foram o americano Dexter White e o economista inglês John Maynard Keynes. A reforma monetária pretendida por Keynes, afirmava que o dinheiro internacional seria apenas uma moeda de conta, ou seja, os países trocariam mercadoria por mercadoria e o dinheiro seria apenas uma moeda de cálculo. Os déficits e superávits seriam escriturados nas contas da Clearing Union - proposta apresentada por Keynes nos acordos de Bretton Woods, trata-se de uma espécie de Banco Central dos bancos centrais. A *Clearing Union* emitiria uma moeda bancária, o Bancor, ao qual estariam referidas as moedas nacionais, os déficits e superávits dos países corresponderiam à redução de aumentos das contas dos bancos centrais (em Bancor) junto a *Clearing Union*. (Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo, Folha de São Paulo, Caderno Dinheiro, 26/02/95) -, os países superavitários seriam estimulados a aumentar suas importações, e obrigados, com taxas de juros módicas, a financiar os déficits dos demais. Os países continuamente deficitários estariam sujeitos a processos de ajustamento comandados pelo *Clearing Union*. Com esta proposta, Keynes buscava impedir os movimentos de capitais de curto prazo, ele estava convencido de que o dinheiro internacional deveria ser administrado publicamente, seria imprudente deixar os mercados à tarefa de prover liquidez e regular o ajustamento dos países que porventura tivessem déficit na balança comercial de pagamentos. Para os reformadores de *Bretton Woods*, a estabilidade do câmbio e dos juros era fundamental para a tomada de decisão de produção e de investimento numa economia capitalista. (Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo, Folha de São Paulo, Caderno Dinheiro, 30/0706).

² Idealizado pelo empresário americano Henry Ford (1863-1947), fundador da *Ford Motor Company*, o fordismo se caracteriza por ser um método de produção caracterizado pela produção em série, sendo um aperfeiçoamento do taylorismo. Ford introduziu em suas fábricas as chamadas linhas de montagem, nas quais os veículos a serem produzidos eram colocados em esteiras rolantes e cada operário realizava uma etapa da produção, fazendo com que a produção necessitasse de altos investimentos e grandes instalações. Ao ditar a cadência do trabalho, a linha de montagem permite um grau de padronização da mão-de-obra que elimina o operário zeloso ou preguiçoso, pois ambos retardariam a marcha da produção. (CARMO, Paulo Sérgio. *A Ideologia do Trabalho*. Moderna, 1992, p. 44)

³ “Diversas teorias buscam explicar o papel do *Welfare State* nos países industrializados da América do Norte e da Europa Ocidental. A maior parte destas explica-o - ao menos em suas fases de surgimento e desenvolvimento - como um meio de compensar, por intermédio de políticas de cunho keynesiano, a insuficiência do mercado em adequar os níveis de oferta e demanda agregada, controlar politicamente as organizações de trabalhadores e capitalistas e estimular a mercantilização da força de trabalho segundo padrões industriais (fordistas), ao administrar alguns dos riscos inerentes a esse tipo de relação de trabalho e ao transferir ao Estado parte das responsabilidades pelos custos de reprodução da força de trabalho. Determinam a configuração do *Welfare State*, nesses casos, o padrão e o nível de industrialização (ou modernização), a capacidade de mobilização dos trabalhadores, a cultura política de uma nação, a estrutura de coalizões políticas e a autonomia da máquina burocrática em relação ao governo. (...) O *Welfare State* pode ser definido de uma forma bastante ampla como: a mobilização em larga escala do aparelho de Estado

“O mundo capitalista estava sendo afogado pelo excesso de fundos; e, com as poucas áreas produtivas reduzidas para investimento, esse excesso significava uma forte inflação. A tentativa de frear a inflação ascendente em 1973 expôs a excessiva capacidade excedente nas economias ocidentais, disparando antes de tudo uma crise mundial nos mercados mobiliários e severas dificuldades nas instituições financeiras. Somaram-se a isso os efeitos da decisão da OPEP de aumentar os preços do petróleo e da decisão árabe de embargar as exportações de petróleo para o Ocidente durante a guerra árabe-israelense de 1973. Isso mudou o custo relativo dos insumos de energia de maneira dramática, levando todos os segmentos da economia a buscarem modos de economizar energia através da mudança tecnológica e organizacional (...) a forte deflação de 1973-1975 indicou que as finanças do Estado estavam muito além dos recursos, criando uma profunda crise fiscal de legitimação”.

A partir do colapso do modelo fordista-keynesiano da década de 1970, há uma reorganização da economia capitalista mundial, denominada ‘acumulação flexível’, esta se baseia, no que diz respeito ao sistema produtivo no que ficou conhecido como ‘modelo japonês’ ou ‘toyotismo’. Segundo Castells (2002: p. 214-5), o toyotismo corresponde a *novos métodos de gerenciamento*, a maior parte deles oriunda de empresas japonesas, embora em alguns casos tivessem sido testados em outros contextos, como por exemplo, no complexo Kalmar da Volvo, na Suécia.

“O enorme sucesso da produtividade e competitividade obtido pelas companhias automobilísticas japonesas foi, em grande medida, atribuído a essa revolução administrativa, de forma que na literatura empresarial ‘toyotismo’ opõe-se a ‘fordismo’, como a nova fórmula de sucesso, adaptada à economia global e ao sistema produtivo flexível. O modelo original japonês

em uma sociedade capitalista a fim de executar medidas orientadas diretamente ao bem-estar de sua população. (...) Como os gastos sociais tornam uma parte significativa da demanda decidida por mecanismos políticos, o *Welfare State* funciona como um mecanismo de reação contra-cíclica às flutuações da demanda típicas de políticas keynesianas. Além de instrumento de política macroeconômica, o *Welfare State* é também um mecanismo de regulação política da sociedade. A partir do momento em que a negociação coletiva dos níveis salariais e das condições de trabalho se generaliza na sociedade, o processo de barganha entre capitalistas e trabalhadores passa a ser tratado como assunto público. (...) Há indicações de que o controle político não ocorre somente sobre os trabalhadores, mas também sobre os capitalistas. O Estado regula simultaneamente o poder de capitalistas e trabalhadores ao administrar o que se convencionou chamar “compromisso de classe”, “compromisso keynesiano” ou “compromisso fordista”. Esses “compromissos” referem-se, respectivamente, à legitimação da propriedade privada dos meios de produção em troca de instituições políticas que permitem aos representantes dos trabalhadores a administração de parte da economia (Esping-Andersen, 1990), à mediação de relações privadas por instituições políticas democráticas com objetivos macroeconômicos (Przeworsky e Wallerstein, 1988) e à redução do controle da organização do processo de trabalho e da inovação tecnológica pelos trabalhadores em troca da redistribuição de ganhos de produtividade e pleno emprego (Lipietz, 1992)”. (MEDEIROS, Marcelo. *A trajetória do Welfare State no Brasil*:

tem sido muito imitado por outras empresas em comparação ao sistema industrial tradicional. Alguns elementos desse modelo são bem-conhecidos: sistema de fornecimento *kan-ban* (ou *just in time*), no qual os estoques são eliminados ou reduzidos substancialmente mediante entregas pelos fornecedores no local da produção, no exato momento da solicitação, e com as características específicas para a linha de produção; ‘controle de qualidade total’ dos produtos ao longo do processo produtivo, visando um nível tendente a zero de defeitos e melhor utilização dos recursos; envolvimento dos trabalhadores no processo produtivo por meio de trabalho em equipe, iniciativa descentralizada, maior autonomia para a tomada de decisão no chão de fábrica, recompensa pelo desempenho das equipes e hierarquia administrativa horizontal, com poucos símbolos de *status* na vida diária da empresa. (...) o que é importante nesse modelo é a desintegração vertical da produção em uma rede de empresas, processo que substitui a integração vertical de departamentos dentro da mesma estrutura empresarial. A rede permite maior diferenciação dos componentes de trabalho e capital da unidade de produção. Também é provável que gere maiores incentivos e mais responsabilidade, sem necessariamente alterar o padrão de concentração do poder industrial e da inovação tecnológica”.

De acordo com HARVEY (1999: 140) a acumulação flexível é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo:

“...ela se apóia na flexibilidade tanto dos mercados quanto nos processos de trabalho, nos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento, de setores de produção inteiramente reestruturados, novas maneiras de fortalecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças nos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego do chamado ‘setor de serviços’, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas (tais como a “Terceira Itália”, Flandres, os vários vales e gargantas do silício, para não falar da vasta profusão de atividades dos países recém-industrializados). (...) no mundo capitalista os horizontes temporais de tomada de decisões privada e pública se estreitaram, enquanto a comunicação via satélite e a queda dos custos de transporte possibilitaram cada vez mais a difusão imediata dessas decisões num espaço cada vez mais amplo e variegado. (...) Essas transformações do setor produtivo, comércio, serviços e finanças em atividades flexibilizadas tiveram grande impacto nas formas de organização social, bem como, na forma como o Estado passou a responder às demandas sociais (*inputs*). O

papel redistributivo das políticas sociais dos anos 1930 aos anos 1990. In Boletim do IPEA, nº 852, Brasília, dezembro de 2001).

assim chamado capitalismo flexível ou capitalismo informacional, pela sua própria dinâmica passou a ditar uma nova agenda tanto para os órgãos estatais bem como para a sociedade civil”.⁴

Os avanços tecnológicos e o fim da ordem econômica baseada nos acordos de *Bretton Woods* possibilitaram às grandes corporações “a racionalização, reestruturação e intensificação do controle do trabalho. A mudança tecnológica, a automação, a busca de novas linhas de produto e nichos de mercado, a dispersão geográfica para zonas de controle do trabalho mais fácil, as fusões e medidas para acelerar o tempo de giro do capital passaram ao primeiro plano das estratégias corporativas de sobrevivência em condições gerais de deflação”. (HARVEY, 1999, p. 137). Corroborando essa percepção, CASTELLS afirma que, “a transformação tecnológica e administrativa do trabalho e das relações produtivas – cerne da estrutura social moderna – dentro e em torno da empresa emergente em rede é o principal instrumento por meio do qual o paradigma informacional e o processo de globalização afetam a sociedade em geral” (CASTELLS, 1999, p: 265)

Outro aspecto dessa transformação – a automação da produção – reduziu drasticamente a estrutura burocrática: a base, ou a camada funcional que dispõe de menos capacitação especializada foi substituída pela tecnologia (pelos *chips* e circuitos). Assim, Na análise de SENNETT (2006, p. 46):

⁴ Há inúmeras definições do conceito de sociedade civil. Neste trabalho decidimos adotar aquele que nos pareceu mais próximo da realidade contemporânea que é o conceito desenvolvido pelas teorias sistêmicas, que segundo Bobbio, definem sociedade civil no período globalizado como “o espaço reservado à formação das demandas (*input*) que se dirigem ao sistema político e às quais o sistema político tem o dever de responder (*output*): o contraste entre sociedade civil e Estado se coloca como contraste entre quantidade e qualidade das demandas e capacidade das instituições de atendê-las satisfatoriamente. A questão da governabilidade nas sociedades complexas pode ser interpretada em termos da clássica dicotomia sociedade civil/Estado: uma sociedade torna-se tanto mais ingovernável quanto mais aumentam as demandas da sociedade civil e mais inadequada e deficitária é a capacidade das instituições estatais de atendê-las”. (BOBBIO, Norberto, *Estado, Governo e Sociedade: para uma teoria geral da política*: 36). Conforme assinalado adotamos uma definição que julgamos mais apropriada e mais próxima da realidade da maioria das sociedades mundiais que adotam o regime democrático, porém, consideramos importante apresentar as diversas formulações sobre o conceito. De acordo com Gohn, mesmo entre os liberais não há uma única interpretação. Alguns a definem como processo de privatização, o que significa a expansão do mercado e a redução do Estado, há ainda, os liberais humanistas que atribuem à sociedade civil o espaço onde se desenvolvem o aprofundamento da participação comunitária em projetos públicos, outros ainda, associam sociedade civil à civilidade, atualmente a concepção mais generalizada é aquela que entende a sociedade civil como “aperfeiçoamento dos processos deliberativos democráticos, para criar mais espaço público”. (GOHN Maria da Glória. *O protagonismo da sociedade civil*: 62).

“Tanto no trabalho braçal quanto no intelectual, as organizações podem já agora disseminar tarefas rotineiras de maneira eficiente, graças a inovações como os códigos de barra, as tecnologias de identificação da voz, os escaneadores de objetos tridimensionais e as micromáquinas que fazem o trabalho dos dedos. Não é apenas que se tenha tornado possível reduzir pura e simplesmente o tamanho da força de trabalho, mas também que a gerência pôde promover economias para reduzir as camadas funcionais na base”.

Em face dessa nova realidade social, é importante observar que a correlação de forças entre capital e trabalho tornou-se significativamente desfavorável à segunda. Como aponta WALLERSTEIN, “o que determina o nível salarial real é a relação de forças entre a força de trabalho em uma dada zona da economia-mundo e os empregadores dessa força de trabalho. Esta relação depende primariamente da força política [capacidade de fazer o outro – ou pela persuasão ou pela força – agir como me convém (definição minha)] dos dois grupos naquilo que chamamos luta de classes” (WALLERSTEIN, 2004, p. 66).

De acordo com esse raciocínio o capital encontra-se numa posição confortável, visto que aqueles que CASTELLS (2001, s.p.) chama de ‘descartáveis’ – a massa de trabalhadores sem as qualificações necessárias à ordem do capitalismo informacional, que é rapidamente substituída por *chips* -, não obtém por parte do Estado - também buscando reestruturar-se – políticas de proteção social e reintegração ao mercado de trabalho, bem como não encontram os instrumentos necessários para enfrentar tal situação, onde “o trabalho organizado foi solapado pela reconstrução de focos de acumulação flexível em regiões que careciam de tradições industriais anteriores e pela reimportação para os centros mais antigos das normas e práticas regressivas estabelecidas nessas novas áreas”. (HARVEY, 1999, p. 141), tornando-os assim enfraquecidos e limitados à ação política. Dessa forma a flexibilidade e mobilidade potencializada dos empregadores exerce um extra poder sobre a força de trabalho, “que viu o desemprego aumentar nos países capitalistas avançados (salvo, talvez, no Japão, precursor do modelo toyotista ou flexível) para níveis sem precedentes no pós-guerra”. (HARVEY, 1999, p. 141).

O chamado capitalismo flexível produz níveis relativamente altos de desemprego “estrutural” em oposição ao conhecido desemprego “friccional”⁵, acrescentando-se a esta situação a perda de organização e pressão e incapacidade de rearticulação do poder de pressão e organização das massas assalariadas, antes representada pelos sindicatos, força considerável no modelo fordista-keynesiano, é cada vez mais débil frente ao modelo capitalista flexível. “À medida que se intensifica a competição global, os governos tornam-se cada vez mais incapazes de manter os níveis existentes de proteção social, ou os programas estatais de bem-estar social, sem minar a posição competitiva das empresas nacionais e impedir os investimentos estrangeiros muito necessários”. (HELD & MCGREW, 2001, p.67)⁶.

As transformações na ordem econômica tiveram e continuam a ter conseqüências dramáticas para inúmeros grupos das populações mundiais. Esses se encontram apartados e alijados dos benefícios do processo de integração, sem

⁵ **O desemprego friccional (ou desemprego natural)** consiste de pessoas desempregadas temporariamente, ou porque estão procurando emprego, ou porque estão no processo de mudança de emprego. Ele é dito friccional porque existe devido às fricções existentes no sistema econômico, resultantes:

- ❖ *do conhecimento imperfeito do mercado de trabalho*: isso significa que as informações disponíveis a respeito das oportunidades de trabalho são imperfeitas;
- ❖ *da mobilidade imperfeita da mão-de-obra*: devido ao fato de que a mobilidade de trabalhadores de um emprego para o outro requer um certo tempo; e
- ❖ *da incapacidade da economia de empregar rapidamente as pessoas desempregadas*.

O desemprego estrutural decorre de alterações estruturais na economia. Dois grupos principais compõem fundamentalmente o desemprego estrutural. O primeiro é formado por desempregados aos quais falta instrução e capacitação profissional necessárias à economia atual. O segundo grupo consiste em trabalhadores especializados cujos conhecimentos se tornaram ultrapassados devido principalmente às mudanças tecnológicas. (PASSOS, Carlos Roberto Martins, & NOGAMI, Otto. *Princípios da Economia*. São Paulo, Pioneira Thomson Learning, 2003).

Há ainda outra definição bastante utilizada: **O desemprego friccional** surge em decorrência do processo dinâmico que caracteriza o mercado de trabalho, onde o sistema de informações sobre a oferta de vagas disponíveis no sistema produtivo é imperfeito. Existe um lapso de tempo entre a saída do indivíduo de um emprego e a obtenção de uma nova ocupação.

Já **o desemprego estrutural** ocorre quando o padrão de desenvolvimento econômico adotado exclui uma parcela de trabalhadores do mercado de trabalho. Também chamado de **desemprego tecnológico**, deve-se ao desequilíbrio entre a oferta de mão-de-obra de determinada qualificação. (PINHO, Diva Benevides & VASCONCELOS, Marco Antonio Sandoval de. *Manual de Economia (orgs)*. São Paulo, Saraiva, 2003).

⁶ “No final dos anos 90, quase 50% do total dos empregos da indústria mundial localizavam-se nas economias em desenvolvimento, enquanto mais de 60% das exportações dos países em desenvolvimento para o mundo industrializado eram de produtos manufaturados, o que representa um aumento de doze vezes, em menos de quatro décadas (PNUD – Programa de desenvolvimento das Nações Unidas -UNDP), 1998. *Apud* Held & McGrew, 2001, p. 62).

meios de inserir-se e integrar-se. A expectativa de mudanças está na mobilização e organização dos setores mais representativos da sociedade civil frente aos desafios colocados por essa nova ordem, visto que os problemas desencadeados pela adoção desse modelo, escapam às fronteiras, atingindo a todos. Problemas pertencentes à humanidade como o aquecimento global, os direitos humanos, os direitos das minorias, ultrapassam as classes e as grandes soluções político-ideológicas.

1.3 - A globalização e a dimensão política

Em fins dos anos 70 e início dos 80, os Estados nacionais entram em crise, especialmente, aqueles que haviam adotado o modelo do *welfare state* (Estado-Providência). As transformações aceleradas na ordem econômica não tardam a comprometer e impulsionar uma nova configuração na ordem política, que irá refletir de forma dramática, sobre um contingente expressivo de suas populações. Os Estados perdem uma parte considerável de sua capacidade de promoção de bem-estar social, orientando-se para processos de reforma impostos ou propostos, em muitos casos, fora de seu controle. Desregulamentação da economia, privatizações, diminuição dos gastos sociais (*downsizing*) e redução do déficit público foram medidas tomadas visando estabilizar a economia e otimizar o processo de desenvolvimento, que se acreditava dependiam das prioridades dadas ao livre-mercado.

As transformações decorrentes do *boom* tecnológico alteraram as relações entre os Estados soberanos. As tecnologias de informação foram e ainda são decisivas – o acesso rápido e fácil às informações – ao fortalecimento de atores e iniciativas transnacionais e não-estatais, as Organizações Não-Governamentais (ONGs), corporações transnacionais, organizações intergovernamentais – que subvertem a capacidade dos governos nacionais de controlar as ações, interesses e demandas da multiplicidade dos atores sociais.

Nesse cenário, as ONGs despontam como os novos canais de participação, buscando atender as novas e múltiplas demandas sociais. Uma das razões para a emergência dessas organizações está na dificuldade que os sindicatos e os partidos políticos tiveram nas últimas décadas para responder aos *inputs* sociais. Esses canais tradicionais de participação e inserção política podem ter se tornado demasiado identificados com as estruturas de poder, parecendo àqueles que deveriam representar, instrumentos anacrônicos de ação política.

De acordo com a análise de RUA (1998, p. 231), as sociedades modernas têm, como principal característica, a diferenciação social:

“isto significa que seus membros não apenas possuem atributos diferenciados (idade, sexo, religião, estado civil, escolaridade, renda, setor de atuação profissional, etc) como também possuem idéias, valores, interesses e aspirações diferentes e desempenham papéis diferentes no decorrer de sua existência. Tudo isso faz com que a vida em sociedade seja complexa e freqüentemente envolva conflito: de opinião, de interesses, de valores, etc”.

Nessa perspectiva, a atuação das ONGs responde a segmentação e setorialização das sociedades contemporâneas. Suas agendas apresentam propostas e projetos que atendem demandas específicas, como, por exemplo, os direitos das mulheres, dos homossexuais, dos negros, a questão ambiental, etc. Muito embora, possuam um discurso crítico a estrutura política hegemônica, há, e aí reside a novidade, uma ‘atmosfera’ pró-ativa que se difunde e que busca ultrapassar, em seu escopo e em suas práticas, as limitações impostas pelo *establishment*.

As ações e práticas das ONGs ganharam uma dimensão preponderante nas mídias e junto a população em geral, provocando uma série de ações governamentais, que tem por finalidade limitar e coibir as suas atividades. Dados recentes apontam para um movimento reativo, como por exemplo, no caso da Rússia e, também no Peru, Venezuela e no Brasil, onde já há em processo de apreciação projetos de leis, que buscam estabelecer mecanismos de controle, que

restringiriam a atuação e autonomia das ONGs, particularmente as ONGs internacionais ⁷.

A dinâmica das forças multidimensionais que operam a ordem global, envolve o Estado em redes de relações regionais e globais, administradas e supervisionadas por forças intergovernamentais e transnacionais, que limitam à sua liberdade de ação. Apesar de expressar uma nova reconfiguração social, essa concepção ainda é controversa, parte dos analistas tende a concordar com um certo enfraquecimento das funções do Estado. Nesse sentido, HELD & MCGREW, (2001, p. 36) afirmam que:

“A legitimidade do Estado é questionada porque, com a maior interdependência regional e global, os Estados não conseguem oferecer bens e serviços, fundamentais a seus cidadãos sem a cooperação internacional, e até esta pode ser insuficiente diante dos problemas globais – desde o aquecimento da Terra até os movimentos voláteis dos mercados financeiros -, que podem escapar por completo à regulamentação política”.

Um outro segmento de analistas afirmam que apesar das reformulações do papel do Estado, esse continua preponderante nas decisões políticas. Mesmo considerando o poder que exercem tanto as corporações quanto as ONGs – ainda bastante limitado, na visão dessa corrente -, as ações políticas das últimas décadas, demonstram que os Estados-nação determinam em grande parte, tanto

⁷ As ações de diversos governos, criando uma legislação específica, visando o enquadramento das práticas das ONGs já é um fato. Como exemplo, apresentamos as mudanças legislativas estabelecidas pelo governo russo em janeiro de 2006 e em vigor desde meados de outubro de 2006, que estabelece que toda ONG estrangeira tenha sua documentação submetida a uma agência do governo, que autoriza ou não a atuação desta no país. De acordo com reportagem da Folha de São Paulo de 19 de novembro de 2006, “cerca de cem ONGs chegaram a ter suas atividades suspensas por causa da lei, entre elas a *Human Rights Watch* e a *Anistia Internacional*, que semanas mais tarde voltaram a operar”. Na mesma matéria encontramos referência a projetos de lei - já em discussão nos seus respectivos Congresso, no Peru, na Venezuela e no Brasil -que compartilham das mesmas prerrogativas e têm em comum a ampliação do controle estatal sobre a atuação e o financiamento das ONGs. “As propostas criam mecanismos para o controle não apenas das verbas que as ONGs recebem do Estado, mas também as de cooperação internacional – ou seja, financiamento de governos estrangeiros, agências de desenvolvimento e doadores privados estrangeiros. O temor das organizações é que esse controle seja exercido com base em critérios políticos”. Os representantes destas apontam, por parte do governo, a busca de ingerência política e limitação da participação cidadã livre. (Informe ABONG, nº 375, 2006)

interna como externamente, os avanços ou limitações à integração ao mercado, tendo como referência, ainda, o território e o exercício de sua soberania

Um dos pilares de sustentação do Estado-nação é seu domínio legítimo do uso da força. A concepção weberiana, hoje tornada *communis opinio*, do Estado Moderno definido mediante dois elementos constitutivos: a presença de um aparato administrativo com a função de prover à prestação de serviços públicos e o monopólio legítimo da força. (BOBBIO, 1987, p. 69). Outra definição bastante precisa de Estado-nação é a apresentada por HELD & MCGREW (2001, p. 25-6):

“Os Estados Modernos desenvolveram-se como Estado-nação – corpos políticos separados de governantes e governados, com jurisdição suprema sobre uma área territorial demarcada, respaldados pelo direito ao monopólio legítimo da força coercitiva e gozando de legitimidade em decorrência da lealdade ou do consentimento de seus cidadãos. As grandes inovações do Estado-nação moderno – a territorialidade que fixa fronteiras exatas, o controle monopolista da violência, a estrutura impessoal do poder político e a afirmação singular da legitimidade, com base na representação e na responsabilização – marcaram seus traços definidores (e às vezes, frágeis)”.

Apesar do reconhecimento da influência desses novos atores sociais, esse segmento aponta que a legitimidade e legalidade do Estado seguem intactas; observando que sem a concertação perpetrada pelos Estados-nação a desregulamentação dos mercados financeiros e a integração dos mercados de bens e consumo, bem como o projeto de construção de grandes blocos político-comerciais, como por exemplo, a União Européia, não teriam sido possíveis.

Os Estados-nação participaram ativamente dos arranjos institucionais e representaram e estabeleceram, legitimamente, nos fóruns internacionais, acordos e tratados que possibilitaram a ampliação e integração dos mercados de bens e consumo. Apesar da ‘crise’ de prerrogativas que passa atualmente, continua detendo um poder incontestado, o que parece ser mais próximo da conjuntura atual

é um reenquadramento de suas funções do que propriamente o esvaziamento de suas prerrogativas – a saber – concentrar e distribuir poderes.⁸.

1.4 – A globalização e a dimensão social

O fenômeno da globalização reflete mudanças estruturais efetivas na organização social moderna. No que concerne às relações sociais, observamos que a repercussão sobre os atores sociais se dá direta ou indiretamente, mas as transformações são percebidas e vivenciadas de maneira radicalmente diversa. Como observam HELD & MCGREW (2001, p. 13-4):

“A globalização não deve ser entendida como algo que prenuncia o surgimento de uma sociedade mundial harmoniosa, ou de um processo universal de interação global em que haja uma convergência crescente de culturas e civilizações. (...) Uma vez que um segmento significativo da população mundial não é diretamente afetado pela globalização, ou fica basicamente excluída de seus benefícios, gerando um processo profundamente desagregador e, por isso mesmo, vigorosamente contestado. A desigualdade da globalização garante que ela fique longe de ser um processo universal, uniformemente experimentado em todo o planeta”.

Corroborando esta percepção de uma sociedade mundial, porém profundamente desigual BECK (1999, p. 161-2) observa que não se pode escapar às transformações provocadas por ela. “Não se pode escolhê-la ou recusá-la; ela não conduz automaticamente à tolerância e nem também ao extermínio e à xenofobia. (...) As experiências culturais, no passado e no presente, não obedecem às tendências de unificação e padronização. Isto não quer dizer que o

⁸ Nos últimos anos, o ponto de vista que acabou por prevalecer na representação do Estado foi o sistêmico, extraído – sem muito rigor e com algumas variações - da teoria dos sistemas (*in primis* David Easton e Gabriel Almond). A relação entre o conjunto das instituições políticas e o sistema social no seu todo é representada como uma relação demanda-resposta (*input-output*). A função das instituições políticas é dar respostas às demandas provenientes do ambiente social ou, converter as demandas em respostas. As respostas das instituições políticas são dadas sob a forma de decisões coletivas vinculatórias para toda a sociedade. Por sua vez, estas respostas retroagem sobre a transformação do ambiente social, do qual, em seqüência ao modo como são dadas as respostas, nascem novas demandas, num processo de mudança contínua que pode ser gradual, quando há um equilíbrio entre as demandas e as respostas, ou abrupto, quando as demandas não são atendidas de forma satisfatória – pois as instituições políticas tornaram-se ineficazes (incompetentes, corruptas) gerando novas demandas que impulsionam a um processo de transformação que pode chegar à fase da completa modificação das instituições políticas. (BOBBIO, 1987, p. 60).

conceito de unificação cultural global seja vazio de significado – pelo contrário. Mas seu alcance é decisivamente limitado”.

Podemos reconhecer a sociedade global, o que não nos isenta de percebê-la como uma experiência ameaçadora – pobreza endêmica, desastres ambientais que parecem incontornáveis, superpopulação, mercado de trabalho ‘móvel’, corporações suspeitas - essas contínuas alterações irão determinar as formas como as relações sociais serão estabelecidas. Daí, a percepção de que o fenômeno global nos coloca, abertamente, em ‘risco e a deriva’.

Dessa perspectiva, os sentimentos de insegurança e de angústia são manifestações permanentes, que podem ser estendidas a toda sociedade. Ao analisar a fluidez e inconstância das sociedades modernas Richard SENNETT (1999, p. 9-11) assim se refere:

“É bastante natural que a flexibilidade cause ansiedade: as pessoas não sabem que riscos serão compensados, que caminhos seguir. (...) Como decidimos o que tem valor duradouro em nós numa sociedade impaciente, que se concentra no momento imediato? (...) Como se podem manter lealdades e compromissos mútuos em instituições que vivem se desfazendo ou sendo continuamente reprojctadas? (...) Diria que o capitalismo de curto prazo corrói o caráter – valor ético que atribuímos aos nossos próprios desejos e às nossas relações com os outros. (...) É expresso pela lealdade e o compromisso mútuo, pela busca de metas a longo prazo, ou pela prática de adiar a satisfação em troca de um fim futuro”.

Numa perspectiva que procura demonstrar o quanto à flexibilidade e a fluidez com que devemos viver gera a angústia da escolha. Para SALECL (2005, p.19) “quando as pessoas reclamam que há escolhas demais na sociedade de hoje, e que elas muitas vezes são forçadas a escolher entre coisas que elas não gostariam, elas muitas vezes expressam a ansiedade de que ninguém está se ocupando da sociedade como um todo ou que alguém (p. ex., as corporações) está ‘escolhendo’ antecipadamente o que os indivíduos supostamente precisam”.

Ainda sobre essa *malaise*, BAUMAN (1998, p. 61) observa que ‘não existe mais salvação pela sociedade’ significa que não existem órgãos conjuntos, coletivos e visíveis encarregados da ordem societária global.

“A responsabilidade pela situação humana foi privatizada e os instrumentos e métodos de responsabilidade foram desregulamentados. (...) De fato, de maneira gradual mas inexorável, torna-se um axioma do discurso público que tudo o que economicamente ‘tem sentido’ não necessita do apoio de nenhum outro sentido – político, social ou categoricamente humano”.

Dessas análises depreendemos uma leitura apreensiva dos efeitos das mudanças provocadas pelos processos globais. Apesar da lucidez dessas análises, que contribuem para que atentemos às discrepâncias com que são distribuídos os benefícios da globalização, e busquemos soluções para a resolução desse desequilíbrio, cabe apontar o outro lado dessa configuração. LIPOVETSKY (2004, p. 68-9) assinala que:

“enquanto o mercado estende sua ‘ditadura’ do curto prazo, as preocupações relativas ao porvir planetário e aos riscos ambientais assumem posição primordial no debate coletivo. (...) Se o eixo do presente é dominante, ele não é absoluto: a cultura de prevenção e a ‘ética do futuro’ [reformulação de valores decorrente - entre outras causas - da crise ambiental] dão nova vida aos imperativos da posteridade menos ou mais distante”.

No universo das relações sociais, as análises também são controversas, se por um lado o processo de globalização exclui, aparta e marginalizada um número expressivo de indivíduos, por outro lado, é percebido como uma nova fase do desenvolvimento humano que pode e deve ser encarado como mais uma possibilidade de estender àqueles a margem do processo, integração e participação. Há em LIPOVETSKY (2004, p. 39) um frescor e uma argúcia em capturar esse *zeitgeist* ainda não consolidado da sociedade global:

“Condenamos as tecnologias destruidoras da natureza, mas somente à inteligência técnica, as tecnologias limpas, permitirão tratar melhor o planeta e garantir o futuro de nossos filhos. (...) Defendo a causa da inteligência responsável, ou seja, uma ética da responsabilidade, uma ética que leve em consideração as conseqüências objetivas de nossas escolhas, que

considere as condições sociais concretas e não o ideal absoluto, **que julgue menos as intenções e mais as realizações efetivas (grifo meu)**. (...) O individualismo não deve conduzir ao descrédito da ação pública, mas a sua redefinição. A ética não está somente nas intenções nobres de generosidade, mas na solidariedade inteligente, na busca de compromissos humanistas entre o possível e o ideal, a eficácia e a justiça social”.

1.5 – Duas perspectivas analíticas: os críticos e os globalistas

A percepção de que o mundo contemporâneo está em processo de contínua e acelerada transformação é afirmada por estudiosos das mais distintas áreas do conhecimento. Os autores que selecionamos e, que fazem parte desse estudo, se tornaram referência tanto no seu *habitat natural*, a universidade, quanto nos meios de comunicação. Em outros casos, assessorando governos – como por exemplo, Anthony Giddens, assessor de Tony Blair, Primeiro-Ministro britânico - , organismos da sociedade civil e órgãos intergovernamentais. Cada um desses autores busca esclarecer de forma precisa seus pressupostos teórico-metodológicos, ora apontando para uma dimensão específica da globalização, ora buscando integrá-las. Cabe observar que se trata de um debate inflamado, onde cada um desses interpretes desenvolve significativas formulações.

1.5.1 – Os críticos

Contraopondo-se ao otimismo liberal, subjacente as teorias de modernização, o que se convencionou chamar de uma visão crítica, busca revelar o caráter mistificador da tese globalista. Apontam o incremento e interdependência dos fluxos econômicos como um fenômeno artificial e provocado por políticas preestabelecidas. “Cada acordo, cada lei foi aprovada por governos e seus parlamentos, cujas deliberações removeram barreiras alfandegárias, permitindo o livre trânsito de capital e de mercadorias, por cima das fronteiras nacionais” (MARTIN & SCHUMANN, 1998, p. 17).

Acentuando a *fluidez* do capital e o enfraquecimento dos laços que o vinculam ao trabalho, neste final de século, BAUMAN (2002, p. 171-2) afirma que:

“A reprodução e o crescimento do capital, dos lucros e dos dividendos e a satisfação dos acionistas se tornaram independentes da duração de qualquer comprometimento local com o trabalho. É claro que a independência não é completa, e o capital não é ainda tão volátil como gostaria de e tenta ser. (...) Mas o capital se tornou extraterritorial, leve, desembaraçado e solto numa medida sem precedentes, e seu nível de mobilidade espacial é na maioria dos casos suficiente para chantagear as agências políticas dependentes do território e fazê-las se submeterem as suas demandas”.

Além de enfatizar o caráter ideológico da tese globalista, o pensamento crítico tende a considerar a troca intermitente de informações, bens, serviços e fluxos de capitais como perniciosas às diversas formas organizativas locais, desorganizando-as e, por fim, eliminando-as. Segundo esta corrente a alta tecnologia que otimizou as telecomunicações e a produção; o livre comércio, o barateamento dos preços de transportes e a mão-de-obra abundante e que converteram o mundo num amplo mercado, são fenômenos que, como reconhecem, alteraram o cenário mundial, porém fracassam na impossibilidade de estabelecer uma sociedade global que não tenha sua ação condicionada pelo lucro e o acúmulo de capital.

A preponderância das formas de organização do ocidente – as dimensões econômica, política e social; baseadas na troca de mercadorias e no livre-mercado, no contrato social como instrumento legítimo de organização social e nos direitos dos indivíduos -, e a idéia de modernização que lhe é tributária tornaram-se símbolos de desenvolvimento e progresso. As mais distintas e distantes sociedades passaram a ser diretamente influenciadas pelos valores e formas sociais preconizados pelo ocidente. Para o pensamento crítico, a globalização seria um projeto ocidental e circunscrito ao ideal modernizante da sociedade. Nesse sentido, IANNI (1999, p. 98). observa que:

“As empresas, corporações e conglomerados transnacionais operam de modo a incentivar e induzir a modernização das atividades e mentalidades. É claro que a mídia impressa e eletrônica, organizada em redes internacionais, transnacionais ou planetárias, exerce papéis decisivos na formulação, difusão, alteração e legitimação de padrões, valores e instituições modernos”.

Em sua análise dos mecanismos que possibilitaram e garantiram a eficácia da globalização, Boaventura de SOUSA SANTOS (2002, p. 41) destaca a importância dos sistemas de comunicações na consolidação dessa dinâmica. Esses sistemas:

“são cada vez mais a infraestrutura física de um tempo-espaço emergente: o tempo-espaço eletrônico, o ciberespaço ou o tempo-espaço instantâneo. Este novo tempo-espaço tornar-se-á gradualmente o tempo-espaço privilegiado dos poderes globais. Através das redes metropolitanas e dos cibernódulos, esta forma de poder é exercida global e instantaneamente, afastando, ainda mais, a velha geografia do poder centrada em torno do Estado e do seu tempo-espaço. (...) Os processos da globalização são constituídos pelo espaço-tempo mundial”.

Sobre o processo de globalização, o autor observa se o que correntemente designamos globalização não estaria mais adequado denomina-lo como ‘ocidentalização’ ou ‘americanização’, “já que os valores, os artefatos culturais e os universos simbólicos que se globalizam são ocidentais e, por vezes, especificamente norte-americanos, sejam eles o individualismo, a democracia política, a racionalidade econômica, o utilitarismo, o primado do direito, o cinema, a publicidade, a televisão, a internet, etc”. (SOUSA SANTOS, 2002, p. 45)

Na análise que faz do capitalismo contemporâneo, o pensamento crítico se fundamenta, prioritariamente, na teoria marxista, enfatizando as relações econômicas em detrimento das outras dimensões onde também se estabelecem as relações sociais (a ordem política e a ordem cultural). O reconhecimento da ordem econômica sobre as demais e que seria intrínseco à estrutura capitalista, segundo essa interpretação, gera sua contínua expansão. Sendo assim, o sistema capitalista é tratado como um sistema transnacional por definição. Segundo MARX (1984, p.22):

“A necessidade de expansão constante do mercado impele a burguesia a estender-se por todo o globo. Necessita estabelecer-se em toda parte, explorar em toda parte, criar vínculos em toda parte. A burguesia imprime um caráter cosmopolita à produção e ao consumo, em todos os países, por meio da exploração do mercado mundial. (...) As auto-suficiências nacionais e os conseqüentes isolamentos locais de antigamente desapareceram para dar lugar, por toda a parte,

a um intercâmbio e interdependência universais. É um fenômeno que abarca a produção tanto material quanto intelectual. (...) obriga todas as nações a adotarem um modo burguês de produção, sobe pena de desaparecerem se não o aceitarem; força-as a optarem pelo que ela chama de civilização, ou, em outras palavras, a se aburguesarem. Em suma, visa formar o mundo à sua imagem e semelhança”.

Autor da trilogia *The Modern World-System (O sistema mundial moderno)*, Immanuel Wallerstein analisa o mundo capitalista do século XVI até o XIX. Sua análise do ‘sistema-mundo’ busca compreender a ordem capitalista como um sistema unificado e hierarquizado, onde os Estados-nação teriam uma autonomia relativizada. Partindo da premissa de que a emergência do capitalismo estabeleceu um tipo de ordem inédita, cuja existência e manutenção exigem sua contínua expansão, cuja capacidade está baseada mais no poder econômico do que no político.

A economia capitalista mundial, que tem suas origens nos séculos XVI e XVII está integrada através de relações comerciais e fabris e não por um poder político centralizado. Segundo o autor, a transição do feudalismo para o capitalismo criou uma economia mundial que estruturou e potencializou um sistema de relações entre Estados soberanos que, no entanto, têm sua ação limitada tanto por suas fronteiras, que são – na modernidade - rigidamente demarcadas bem como pela sua legislação – representada modernamente pela Constituição -, que arbitra a sua ação política. A peculiaridade desse modelo está em que o capitalismo parece não ter limites espaciais, realizando o que parece ser sua vocação, sua expansão pelo mundo. No final do século XIX, com o advento do imperialismo, a economia mundial capitalista expandiu-se, controlando praticamente todo o planeta, sobrepujando todos os outros sistemas históricos existentes. Na história moderna, afirma WALLERSTEIN (*Apud*. IANNI, 1995, p. 32):

“As reais fronteiras dominantes da economia-mundo capitalista expandiram-se intensamente desde as suas origens no século XVI, de tal maneira que hoje elas cobrem toda a Terra. Uma economia-mundo é constituída por uma rede de processos produtivos interligados, que

podemos denominar 'cadeias de mercadorias', de tal forma que, para qualquer processo de produção em cadeia, há um certo número de vínculos para adiante e para trás, dos quais o processo em causa e as pessoas nele envolvidos dependem. Nesta cadeia de mercadorias, articulada por laços que se cruzam, a produção está baseada no princípio da maximização da acumulação do capital"

Essa análise que privilegia a ordem econômica tem origens, como já mencionamos, na tradição marxista. Wallerstein assinala que o capitalismo possibilitou uma nova ordem social que tem por base constitutiva, o poder econômico. Este novo modelo observa o autor, é distinto de todas os precedentes – impérios, cidades-estado, e até, os recém-criados Estados-nação, que agem como coadjuvantes do capital -, trata-se de um sistema que se organiza através de transações comerciais e produtivas em ativa colaboração com o poder político, mantendo, porém, em relação a este, uma parcela expressiva de autonomia. Desse modo, o capitalismo foi capaz de penetrar em áreas longínquas onde os Estados não poderiam fazê-lo, "O capitalismo foi desde o começo um assunto da economia mundial e não dos Estados-nação (...) O capital nunca cedeu às suas aspirações de ser determinado por limites nacionais". (WALLERSTEIN, *Apud* GIDDENS, 1991, p. 73)

A análise de Wallerstein se concentra em uma variável dominante (as relações de produção engendradas pelo sistema capitalista) como responsável pelas transformações modernas, daí aferindo que a globalização é inerente a ordem capitalista, buscando demonstrar por meio da teoria do 'sistema-mundo' que as mudanças ocorridas nas últimas décadas são decorrentes das formas como a ordem capitalista opera sua manutenção. Para o autor estaríamos vivenciando um período de transição onde o capitalismo não teria mais para onde se expandir, sendo inerente à sua lógica, sua capacidade de expansão. Assim, "o capitalismo está acabando por causa dos limites impostos à acumulação do capital, de um lado, e do colapso de sua sustentação política, de outro" (WALLESTEIN, 1999, s/p.)⁹ Desse modo, a abordagem crítica afirma que a

⁹ Na entrevista concedida à Folha de São Paulo em 17/10/1999, Immanuel Wallerstein apresenta as razões que o levam a conceber a 'ruína do capitalismo': "(...) Isto está [acontecendo] por três razões: um, o nível

modernização está associada à economia de mercado, tornando-a a outra face da moeda. Desse modo a ordem mundial moderna estaria assentada nos padrões e valores socio-culturais predominantes na Europa Ocidental e nos Estados Unidos, e na sua difusão. Para o pensamento crítico isto significa uma tentativa de ocidentalização acelerada, um programa de desculturação incluindo a língua (inglês, como o idioma franco), o cinema, a arquitetura, a música, a moda, o *design*, os comportamentos.

Conforme essa abordagem, a diversidade cultural, ainda não superada, tem de se adaptar a um mercado mundial em processo acelerado de homogeneização. É preciso modernizar-se para sobreviver, mas é preciso se destruir para atingir a modernização. Essa interpretação que corrobora a idéia de *standardização* a um padrão específico de sociabilidade me parece equivocada. A contraposição a esta concepção é a idéia não de desculturação, império, domínio, mas de fusão, sincretismo, mistura.

Recorrendo a diversos autores que têm se dedicado a compreender a ordem atual, a posição consensual é que não existe um domínio – seja no âmbito da cultura, da política ou da economia – sem que ‘os *dominados*’ corroborem, em grande medida, os termos em que ele se processará. E essa transformação nas relações entre ‘dominantes’ e ‘dominados’ se deve aos processos de democratização nas mais distintas partes do globo¹⁰.

mundial de salários vem subindo e deve continuar crescendo por causa da ‘desruralização’ do mundo; dois, o preço da matéria-prima vem subindo por causa do fim da possibilidade de externalização barata dos custos, essa é a crise ecológica; e três, o valor de arrecadação de impostos vem subindo mundialmente, a porcentagem de dinheiro recolhido que é destinada ao Estado, por aquilo que eu chamo de democratização do mundo (...) então há três fatores, em escala mundial, que vem encolhendo as margens de lucro e vão continuar a fazê-lo cada vez mais. Por um lado, do ponto de vista dos capitalistas, vale cada vez menos fazer parte do sistema e, por outro lado, é cada vez mais difícil de manter a legitimidade política”. (WALLERSTEIN I. *A Ruína do Capitalismo*. Folha de São Paulo, Caderno Mais, 17/10/1999)

¹⁰ “A Revolução dos Cravos em Portugal, em 1974, inaugura o que Samuel Huntington (1991;1996b) chamou de terceira onda de democratização. Utilizando os indicadores de democracia da *Freedom House*, a literatura americana enfatiza a onda de democratização que atingiu todos os continentes, em proporção significativamente maior que as duas anteriores. De fato, na crista da primeira e da segunda ondas de democratização contaram-se 29 a 36 países democráticos, respectivamente, correspondendo a 45,3% e 32,4% do total de Estados no mundo. Por outro lado, em 1999, de um total de 192 países, 62,5% foram considerados formalmente democráticos, ou seja, 120 países tinham, nesta data, sistemas democráticos constitucionais com eleições competitivas e multipartidárias, em contraste com apenas 41% há uma década.” (*Freedom House*, 1990-00; Huntington, 1996b; Diamond, cap. 2, 2000. Apud, CASTRO SANTOS, Maria

O alcance desse processo é devido, em grande parte, a intensidade, velocidade e volume das comunicações. De acordo com HELD & MCGREW (2001, p. 45):

“A difusão acelerada das tecnologias do rádio, da televisão, da Internet, digitais e dos satélites possibilitou a comunicação instantânea. Muitos dispositivos nacionais de controle da informação se tornaram ineficazes. As pessoas de toda parte estão expostas como nunca aos valores de outras culturas. Nada, nem mesmo o fato de todos falarmos línguas diferentes, pode deter o fluxo das idéias e culturas. A língua inglesa vem se tornando tão dominante que fornece uma infra-estrutura lingüística de poder igual ao de qualquer sistema tecnológico para transmitir idéias e culturas”.

No que concerne aos padrões de produção e consumo, os críticos do globalismo – identificado em diversos autores analisados – o classificam como desencadeador de uma ‘cultura perdulária’, ou o que chamam de ‘consumo do desperdício’. Identificando a incorporação das massas ao mercado, com a criação de ‘necessidades artificiais’, que contam com a influência decisiva do *marketing* e da mídia, conduzidos habilmente pelas forças que operam os mercados, fundamentais à reprodução do capitalismo. Segundo essa interpretação, a ordem capitalista se mantém baseada na carência, e não da carência por necessidade que escraviza os pobres, mas à carência no âmbito do desejo, que move o impulso do consumidor em todos os cantos do mundo:

“Consumir não mais por necessidade, mas por ansiedade. Com efeito, se a identidade social de cada um se afirma na esfera do consumo e se paira no ar a incerteza quanto ao futuro e a ameaça de exclusão, como não vincular a estratégia do consumo a estratégia da sobrevivência? Consumir e sobreviver reforçam-se mutuamente”. (GARCIA DOS SANTOS, 2000, p. 6)

Em oposição a essa análise LIPOVETSKY (2006, p. 4-6) afirma que a sociedade de hiperconsumo se caracteriza por sua ambigüidade:

Helena de. *Que Democracia? Uma visão conceitual desde a perspectiva dos países em desenvolvimento*. Revista DADOS, vol. 44 nº 4, Rio de Janeiro, 2001).

“Porque o consumo se tornou uma terapia cotidiana, funcionando como uma espécie de droga psicológica: faz esquecer, faz mudar de ares. Assim, ele é ao mesmo tempo uma busca de prazer – viajamos nas férias, decoramos a casa, vamos aos restaurantes – e uma forma de expulsar a angústia e a ansiedade. [Entretanto] há outros aspectos, que são negativos. Vivemos em um universo em que as referências se evaporaram ou ficaram desreguladas. (...) O hiperconsumo destrói estruturas, referências e tradições socioculturais (...) Em uma vida que é completamente hedonística tudo leva a facilidade (...) Temos modos de vida que são completamente desregulados, em que há excesso de todos os lados. Há excesso de comida, excesso de gordura, excesso de ócio”.

O nascimento do mercado de massas¹¹ do qual a sociedade do hiperconsumo é o modelo mais acabado, se deve, entre outros fatores, em decorrência da ampliação da ‘lógica igualitária’ idéia constitutiva das democracias modernas. Entretanto a ‘lógica igualitária não significa uniformização, e sim segmentação e alargamento das múltiplas formas expressões individuais. Para LIPOVETSKY (2006, p. 6) a sociedade de hiperconsumo diminuiu as diferenças entre as classes sociais:

“Não sou contra o prazer do consumo. **O consumo é bom, a superficialidade é boa, temos necessidade deles (grifo meu).** Não é preciso ser moralista, como o são os marxistas. O consumo em si não é negativo, não é em si um drama, mas assim se torna quando invade

¹¹ Em linhas gerais as três fases do consumo de massa são:

1. O nascimento do mercado de massa: Iniciada nos anos 1880, se consolida na primeira metade do século 20. No lugar de pequenos mercados locais se constituem mercados nacionais, possibilitados pela modernização da infra-estrutura de transportes e comunicação. As fábricas adotam princípios ‘científicos’ de produção. Surgem grandes lojas de departamentos, como *Printemps* (França) e *Bloomingdale’s* (EUA), e se consolidam as grandes marcas, como Coca-cola, Quaker e Kodak. É uma fase de construção cultural, que requer a ‘educação’ dos consumidores. Ir às compras se torna um passatempo e estilo de vida das classes médias.

2. A “sociedade de abundância”: Construída ao longo das três décadas do pós-guerra, dá continuidade aos processos inventados no estágio anterior. Multiplica-se por quatro o poder de compra dos salários, o crédito se expande, e uma parcela crescente da sociedade passa a ter acesso a produtos até então restritos às classes abastadas: carro, TV, eletrodomésticos, etc. Supermercados e hipermercados se expandem velocemente. Diminui o tempo de vida das mercadorias, que se diversificam, se renovam e criam o ‘complô da moda’.

3. O hiperconsumo: Fase iniciada nas duas últimas décadas do século 20, em que o consumo se associa de forma cada vez mais forte a critérios individuais. A satisfação corporal e estética de cada um se sobrepõe à busca pela aparência de classes sociais mais altas. A curiosidade se torna uma paixão, e cria-se uma nova relação emocional entre indivíduos e mercadorias.

As marcas se fortalecem de forma independente dos produtos, como a Benetton, num processo chamado ‘branding’. O produto deixa de ser vendido e dá lugar a um conceito, um estilo de vida associado à marca, que são representadas por slogans em marcas de alcance mundial: *Just do it* (Nike) ou *Think different* (Apple). A ansiedade pelo consumo cresce, juntamente com a necessidade de consumir. O hiperconsumismo passa a ser visto como uma forma de lutar contra a fatalidade natural da vida, como um antedestino. (*O Hedonismo*

completamente a existência. (...) sou contra o totalitarismo do consumo, que impede o desenvolvimento dos outros aspectos necessários à existência. Porque o homem é alguém que pensa, que crê, que deve se superar. Ele não pode ser simplesmente um *'homo consumericus'*. (...) O consumo não é o totalitarismo; o universo do hiperconsumo é também aquele em que as pessoas vivem bem e por muito tempo”.

Dessa perspectiva, o que nos parece significativo no autor é sua ênfase nos benefícios do processo acelerado de transformação das grandes instituições sociais – família, religião, educação, política –, onde os valores também ganham novos significados e são ativamente exercitados, e para além do pessimismo que nega a possibilidade de justiça e direitos numa sociedade globalizada, ele afirma que:

“quanto mais se impõe a mercantilização da vida, mais celebramos os direitos do homem. Ao mesmo tempo, o voluntariado, o amor e a amizade são valores que se perpetuam e até se reforçam. Ainda que se generalizem as trocas pagas, nossa humanidade afetiva, sentimental, empática, não está ameaçada. (...) Na realidade, a moderna consagração da mercadoria seguiu de mãos dadas com o desenvolvimento da intimidade, com o casamento por amor e com o investimento afetivo dos filhos”. (LIPOVETSKY, 2004, p. 122)

Para os críticos, o processo global de *standardização social* se potencializa graças às novas tecnologias, especialmente a mídia, que transmitindo em tempo real, ininterruptamente, atinge todo o globo; disseminando valores e padrões de comportamento. O individualismo, a competição, as rivalidades, a ânsia de consumir, enfim, o *leit motiv* da ordem capitalista e da modernidade, estrutura uma ordem que “se apóia nos poderes simbólicos cuja dominação abstrata é mais insidiosa, mas por isso mesmo menos contestável. Esses novos agentes de dominação são a ciência, a técnica, a economia e o imaginário sobre o qual elas repousam: os valores do progresso”. (LATOUCHE, 1994, p. 26)

De acordo com esta lógica, universalizou-se à busca pelo desenvolvimento, sinônimo de modernidade, tornando o *style of life* ocidental um paradigma. Corroborando essa percepção WALLERSTEIN, (1994, p. 57) observa que “[se] o

Fraturado, entrevista com GILLES LIPOVETSKY, Folha de São Paulo, Caderno Mais, 11 de junho de 2006, tendo como base seu livro: *Le Bonheur Paradoxal (A Felicidade paradoxal)*, Ed. Gallimard, 2006. p. 4-6).

ocidente havia evoluído para a modernidade; as outras culturas não haviam feito o mesmo. Por conseguinte, inevitavelmente, se alguém quisesse ser ‘moderno’, teria de certo modo de ser culturalmente ‘ocidental’.

A humanidade fraternal que o Ocidente preconizou em seu universalismo humanista, tradução de seu projeto de modernidade, revelou-se o inverso do pretendido, pois universalizou a perda de sentido da vida e a sociedade do vazio. Ao contrário das sociedades baseadas na coletividade e nos valores culturais forjados no sentido de pertencimento ao grupo. Para LATOUCHE (1994, p. 53-4) a especificidade do Ocidente é sua natureza ‘anticultural:

“Como única ‘sociedade’ baseada no indivíduo, ela não tem fronteiras verdadeiras. (...) O que é próprio desse *universalismo* é que seu móvel é a concorrência dos indivíduos e a busca da performance. Todo mundo pode participar e jogar; e mesmo se as chances são extraordinariamente desiguais, ganhar não está fora de cogitação para ninguém. A totalidade do social é suscetível de funcionar como um mercado. (...) O Ocidente é emancipado no sentido que ele solta as inúmeras amarras da sociedade tradicional e abre uma infinidade de possibilidades; entretanto, esta libertação e suas possibilidades só se realizarão para uma ínfima minoria. Em contrapartida, a solidariedade e a segurança serão destruídas para todos”.

Assim, segundo sua análise, o Ocidente está numa corrida sem fim, ou em que o fim recua à medida que se avança, onde:

“Cada nação, cada empresa, cada região, cada comuna, cada indivíduo precisa lutar, mobilizar suas energias, investir suas economias, calcular suas alternativas, pesar seus riscos, unir seus esforços, para manter suas posições, eliminar seus desvios, superar seu atraso ou, mais simplesmente, interromper seu declínio. (...) esta impiedosa necessidade leva apenas à sobrevivência, [onde] a angústia vem do fato de não haver modelo, assim como não há desfecho para a corrida. O que produzir, o que inventar, o que consumir, o que crer? A mesma coisa que os outros, porém mais e melhor, e mais barato”. (LATOUCHE, 1994, p. 80)

Para o pensamento crítico, a globalização é um fenômeno produzido e que se apresenta como uma nova expressão do poder de múltiplos grupos dos países capitalistas centrais sobre os países periféricos e semiperiféricos. SOUSA

SANTOS (2002, p. 65-67) observa que esse processo assimétrico (Sistema Mundial em Transição) estabelece uma hierarquização dominante que integra o local ao global pela exclusão ou pela inclusão subalterna. O discurso hegemônico da globalização ('globalizações') sinaliza com uma inclusão é mera ficção. De acordo com sua argumentação, o que caracteriza a produção de globalização, além da já assinalada integração pelas telecomunicações das realidades de tempo-espço, é o fato de que seus desdobramentos atingirem tanto às realidades inclusas no processo quanto àqueles que estão excluídas.

1.5.2 – Os globalistas

O desaparecimento das distâncias e a maneira pela qual a sociedade vem recriando as relações sociais, diz respeito a um modo não muito original de entender e buscar o 'progresso.' Essa nova maneira de apreender o 'tempo' e o 'espço', remonta aos primeiros esboços da ideologia do progresso e da filosofia Iluminista. A idéia de modernização vem de longa data, e é através desse projeto global, que o progresso se traduz não apenas como uma implementação de um modelo econômico, como também de uma transformação de toda a sociedade. Segundo HELD & MCGREW (2001, p. 18) os globalistas têm uma visão multidimensional da globalização:

“Essa compreensão weberiana e/ou pós-marxista e pós-estruturalista da realidade social, que a considera composta de diversas ordens institucionais ou redes de poder distintas: as de natureza econômica, tecnológica, política, cultural, natural. (...). Reduzir a globalização a uma lógica puramente econômica ou tecnológica é tido como profundamente equivocado, pois desconhece a complexidade intrínseca das forças que moldam as sociedades modernas e a ordem mundial”.

A visão globalista recusa a limitar o fenômeno da globalização a uma construção puramente ideológica ou como sinônimo do imperialismo ocidental. Os globalistas não negam que o discurso da globalização pode realmente servir aos interesses de poderosas forças sociais do Ocidente. Apesar disso, afirmam que o fenômeno reflete mudanças estruturais concretas na organização social moderna.

Assim, essa é apreendida como um processo que (HELD & MCGREW, 2001, p. 18):

“Se evidencia, entre outras manifestações, pelo crescimento das empresas multinacionais, pelos mercados financeiros mundiais, pela difusão da cultura popular e pelo destaque dado à degradação ambiental do planeta. Em vez de conceber a globalização como um fenômeno exclusivamente econômico, a análise globalista confere um *status* equiparável a outras dimensões da atividade social”.

Em *Conseqüências da Modernidade*, referência obrigatória no debate sobre globalização, GIDDENS (1991, p.69) afirma que a ‘modernidade é inerentemente globalizante’. A globalização pode ser apreendida como, “a intensificação das relações sociais em escala mundial, que ligam localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a muitas milhas de distância e vice-versa”. Nesse aspecto, há uma aproximação da premissa de Wallerstein, de que a dinâmica global é inerente à modernidade capitalista (como já apresentado no sub-capítulo anterior).

A economia capitalista mundial e o sistema de Estados-nação, ao invés de excludentes, são elementos complementares da modernidade e da globalização. Entretanto não são os únicos. Segundo GIDDENS (1991, p. 77-8) devem ser considerados outros dois aspectos, que são fundamentais para explicar o advento de um modelo socioeconômico que tende ao global, trata-se da ordem mundial militar e o desenvolvimento industrial.

A globalização do poder militar observa o autor, não está limitada aos armamentos e às alianças entre as forças armadas de diferentes Estados. Ela também está imbricada com a lógica da guerra. Duas Guerras Mundiais demonstraram como os conflitos podem assumir dimensões globais.

No que concerne ao desenvolvimento industrial, Giddens observa que este foi transformador não só da produção de bens como da vida quotidiana e as interações do homem como o meio ambiente. A terra tornou-se ‘pequena’, daí

decorrendo tanto aspectos positivos quanto negativos. Se por um lado, a indústria bélica gerou tecnologia suficiente para acabar com a vida no planeta, por outro, as novas invenções puderam resolver uma infinidade de problemas que a humanidade vinha enfrentando há séculos. (GIDDENS, 1991, p. 80-2).

O sistema de Estado-nação é fundamental à modernidade e, confrontando àqueles que alardeiam o 'fim do Estado-nação', o autor afirma que ele teve e continua detendo considerável poder político, detendo o monopólio legítimo da força, e regulamentando os diversos setores da economia, bem como arbitrando as relações entre o capital e o trabalho. (GIDDENS, 1991, p. 74).

Corroborando essa percepção, HIRST E THOMPSON (2002, p.288) também ressaltam a interdependência entre o Estado e o Capital, observando que:

“Regras de comércio presumíveis, direitos de propriedade estabelecidos e internacionalmente comuns, e estabilidade da taxa de câmbio constituem um nível de segurança elementar que as empresas necessitam planejar o futuro e, portanto, uma condição de investimento e crescimento contínuo. As empresas não podem, por si só, criar essas condições, mesmo quando são transnacionais. A estabilidade na economia internacional só pode ser obtida, se os Estados combinam regulá-la e concordam com objetivos comuns e padrões de governabilidade. As empresas podem querer livre comércio e regimes comuns de padrões comerciais, mas só podem tê-los, se os Estados trabalham juntos para realizar a regulação internacional comum”.

Atualmente, quase todo o planeta é objeto de autoridade soberana de algum Estado. Todos os Estados modernos detém, em maior ou menor proporção, o monopólio de controle dentro de suas fronteiras. Por mais absoluto que pareça o poder das empresas, elas não são organizações militares e não podem estabelecer-se como entidades legais e/ou políticas capazes de governar um determinado território. (GIDDENS, 1991, p. 75)

Desse modo, a origem da globalização está ligada ao advento da modernidade e não ao capitalismo, exclusivamente. Por isso Giddens, reiteradamente, afirma que a expansão da economia capitalista é apenas uma parte da dinâmica global. Sua interpretação assim como a de Beck e Lipovetsky sobre as sociedades modernas aproxima-os, justamente por enfatizarem a multidimensional do fenômeno. LIPOVETSKY (2004, p. 97-8) observa que para além da natureza reflexiva e autocrítica da segunda modernização – presente em Giddens e Beck - é preciso ressaltar a importância da ‘restauração da tradição’:

“Na realidade, temos que constatar que, o segundo ciclo da modernidade não é apenas auto-referencial; ele está marcado pela forte reabilitação de coordenadas tradicionais, de exigências étnico-religiosas que se apóiam em patrimônios simbólicos de longuíssima duração e de origem diversa. (...) A reflexividade ultramoderna não se refere apenas aos riscos tecnológicos, à racionalidade científica ou à divisão dos papéis sexuais; ela invade todos os reservatórios de sentido, todas as tradições do Ocidente e do Oriente, todos os saberes e todas as crenças. (...) Não mais apenas a desconstrução das tradições, mas o reemprego delas sem imposição institucional, o eterno rearranjar delas conforme o princípio da soberania individual”.

A interpretação globalista identifica uma reordenação considerável dos princípios organizativos da ordem social e mundial. Linearidade e descontinuidade, homogeneidade e heterogeneidade, local e global, interno e externo, economia e política, tempo e espaço, não são conceitos que se contrapõem ou se excluem em sua reflexão. Não se trata de um processo unitário que tende a uma única direção, trata-se de um fenômeno multifacetado, com resultados ambivalentes e freqüentemente contraditórios. É um processo externo, uma ‘ação à distância’, mas que se alimenta das ações individuais e das circunstâncias da vida local. Nessa perspectiva, a globalização é uma tendência que vem se difundindo desde o início da modernidade e intensificou-se nas últimas décadas, devido ao ‘surgimento da comunicação global instantânea e ao transporte de massa’. (GIDDENS, 1996, p. 13).

O estágio atual da globalização denota um processo que se descentraliza cada vez mais, isto significa que esse “não está submetido ao controle de nenhum

grupo de nações e menos ainda das grandes empresas. Seus efeitos são sentidos tanto nos países ocidentais quanto em qualquer outro lugar. (...) E à medida que ganham força, as mudanças trazidas pela globalização, estão criando uma sociedade cosmopolita global”. (GIDDENS, 2000, p. 26-28)

Com a falência do socialismo de Estado ou do também chamado ‘socialismo real’, a ordem liberal capitalista estendeu ainda mais seu campo de influência e inserção, tornando-se mais global, daí a aceitação, embora controversa, da idéia de uma dinâmica que transpassa as fronteiras, expandindo e produzindo transformações de toda ordem, especialmente no meio ambiente, que se tornou, em apenas duas ou três décadas, uma questão de âmbito global. Pauta de governos, órgãos intergovernamentais, agências internacionais e organizações da sociedade civil, a questão ambiental ganha espaço e suscitando o debate, que não se reduz apenas à identificação do problema, como também exige soluções.

Na análise crítica, o discurso ‘globalista’ induz a um deslocamento da ação política – “os grandes temas como: guerra e paz, o enfretamento entre as classes, a justiça e a desigualdade são esvaziados de sentido -, que flui em direção à política da moralidade – em questões como o aborto, direitos dos homossexuais, direitos dos animais e o meio ambiente”. (HIRST E THOMPSON (2002, p. 272)

Dessa perspectiva, a questão ambiental seria ‘mero subterfúgio’, que tergiversa o debate principal que se fundamenta na estrutura liberal-capitalista, que opera segundo a lógica da produção e do consumo, que se organiza tendo por base a acumulação e aferição de lucros, daí o problema estrutural dessa ordem, donde os desastres ambientais seriam meras conseqüências.

CAPÍTULO DOIS

MEIO AMBIENTE E SOCIEDADE

- *Você poderia me dizer, por favor, que caminho devo seguir para sair daqui, perguntou Alice.*
- *Isso depende muito de onde você quer chegar, respondeu o Gato.*

As aventuras de Alice no país das maravilhas, de Lewis Carroll.

2.1 - Breve história do movimento ambientalista

Em meados do século XIX, as pesquisas – sobre as áreas que hoje compreendem a cadeira de Biologia: flora, fauna e fenômenos naturais - estavam circunscritas ao debate acadêmico. O vocábulo *oekologie* foi criado, em 1866, por um dos mais dedicados discípulos de Charles Darwin: Ernst Haeckel. O termo Ecologia é citado pela primeira vez numa nota de pé de página de *Generelle Morphologie der Organismen*, substituindo o termo, 'biologia'. Esse neologismo, formado com os vocábulos gregos *oîkos* (que significa lar ou *habitat*) e *lógos* (que significa argumentação ou ciência), significa portanto, literalmente, 'ciência do *habitat*'. "É somente no segundo volume da *Generelle Morphologie der Organismen* que Haeckel dá à ecologia sua definição mais célebre: 'por ecologia entendemos a totalidade da ciência das relações do organismo com o meio ambiente, compreendendo, no sentido lato, toda as 'condições de existência'". (ACOT, 1990, p. 27)

A ecologia era, inicialmente, uma ciência que investigava a relação sistemática entre as plantas e os animais em seu *habitat* ou ambiente. Desde seus primórdios como ciência, teve como característica a interdisciplinaridade. A biologia monopoliza os estudos ecológicos, porém esta área do conhecimento atrai inúmeras disciplinas, tais como: fisiólogos, zoólogos, matemáticos com tendências biológicas, físicos, geógrafos, economistas e urbanistas. A ecologia sempre se caracterizou por um marcante empirismo científico. O uso mais normativo do vocábulo, associando-o a moral, a política e a economia, é um fato

recente. Dessa apropriação mais recente, assinalamos à apresentada por Fritjof Capra, físico e diretor do Centro para Alfabetização Ecológica em Berkeley – Califórnia. CAPRA (*In* TRIGUEIRO, 2003, p. 20-1) afirma que Ecologia é o estudo de como a Casa Terra funciona. Esta disciplina pode ser praticada de muitas formas: como disciplina científica, como filosofia, como política ou como estilo de vida. Como filosofia, é conhecida por ‘ecologia profunda’:

“Uma escola de pensamento fundada pelo norueguês Arne Naess no início da década de 1970. Naess estabeleceu uma distinção importante entre ecologia ‘rasa’ e ecologia ‘profunda’. A ecologia rasa é antropocêntrica. Considera que o homem, como fonte de todo valor, está acima ou fora da natureza e atribui a esta um valor apenas instrumental ou utilitário. A ecologia profunda não separa o homem do ambiente; na verdade, não separa nada do ambiente. Não vê o mundo como uma coleção de objetos isolados e sim como uma rede de fenômenos indissolivelmente interligados e interdependentes. (...) Reconhece que estamos todos inseridos nos processos cíclicos da natureza e que deles dependemos para viver”.

A humanidade há muito tempo vem se apropriando e transformando a natureza. Nos últimos duzentos anos, entretanto, com o desenvolvimento dos processos produtivos industriais, foi acelerado o processo de intervenção, que gerou a problematização da relação homem-natureza. O conhecimento científico e o capital maximizaram o aproveitamento dos recursos existentes, submetendo o meio às necessidades humanas, acreditando que isso fosse necessário para o desenvolvimento dos homens¹². Mas uma nova consciência e sensibilidade se manifestaram, fazendo com que as mudanças produzidas pelo homem na natureza, que haviam sido importantes no passado, passassem a despertar uma crítica consistente, especialmente, entre os indivíduos das classes mais abastadas. De acordo com McCORMICK (1992, p.23):

“A partir do mesmo zelo humanitário que gerou o movimento antiescravagista, veio a segunda maior influência sofrida pelo ambientalismo britânico: a cruzada contra a crueldade com

¹² A afirmação tem duas interpretações que se antagonizam a primeira afirma que a ciência e a técnica, aliadas ao capital e a expansão dos mercados, possibilitou maior produção de bens, conhecimento e, portanto, maior volume de bem-estar a um maior número de indivíduos (os princípios utilitaristas fundamentam essa interpretação). A segunda afirma que a associação entre ciência e capital opera dentro

os animais. (...) A crueldade contra os animais era vista como a expressão dos elementos mais selvagens e primitivos da natureza humana. (...) Nada ilustrou tão claramente as firmes raízes de classe média e alta do protecionismo britânico quanto o apoio que a Sociedade Protetora dos Animais recebeu desses setores”.

O ambientalismo torna-se uma questão de domínio público por volta dos anos de 1880, especialmente na Inglaterra, na Alemanha e nos EUA. A preocupação com o meio ambiente ganha adeptos, mas não é uma causa que possa ter como marco uma sublevação ou revolução ou ainda uma legislação, ela irá se tornando cada vez mais significativa para o Ocidente, na medida em que este, por seu turno, potencializa a sua trajetória modernizadora por meio da intensificação da produção em larga escala, a disseminação dos assentamentos humanos e a ocupação descontrolada das regiões mais longínquas e inóspitas do planeta.

O movimento pela proteção da vida selvagem foi apenas uma reação tardia às conseqüências das aceleradas transformações nas grandes cidades inglesas. Um marco para o movimento ambientalista ocorreu em fins do século XIX, na Inglaterra. Na década de 1860, a cruzada protecionista concentrou suas forças sobre o setor da moda, que produzia uma matança de pássaros, em especial, gaivotas, de onde se obtinha a plumagem para os chapéus femininos. A mobilização e organização das entidades protetoras da vida selvagem pressionaram o governo, obrigando o parlamento a instituir uma legislação que protegesse às aves, especialmente àquelas cuja plumagem era utilizada como adorno. Com a aprovação dessas leis, as plumagens passaram a ser importadas. Buscando garantir que esse comércio fosse abolido. A Sociedade para a Proteção dos Pássaros fez com que seus membros se comprometessem a não mais usar plumagens e montou uma rede de ramificações nacionais e além-mar. Essa mobilização teve como conseqüência uma das primeiras legislações contra tráfico internacional de animais selvagens (1902). Um motivo, aparentemente frívolo, a questão da plumagem dos pássaros, foi a primeira causa protecionista popular e

dos limites da razão instrumental, que não visa atender as necessidades comuns dos homens mas, se

responsável por aproximar o protecionismo dos demais segmentos sociais. (ALLEN *Apud* McCORMICK, 1992, p.24)

Do outro lado do Atlântico, também em fins do século XIX, o movimento ambientalista americano estabelece posições antagônicas no que concerne à proteção a natureza: de um lado os *conservacionistas*, do outro os *preservacionistas*. Para além dos limites estabelecidos pela ciência estavam àqueles que se dedicavam à causa ecológica, não necessariamente vinculados aos centros de pesquisa e a produção de conhecimento científico. Os chamados *conservacionistas* dedicavam-se a evitar a extinção da vida selvagem. Defendiam que as Reservas Naturais – as institucionais (regidas por leis) e as informais - deveriam servir somente à pesquisa e ao lazer.

Por outro lado, os *preservacionistas* consideravam ser possível fazer uso dos recursos naturais, desde de que forma racional e não perdulária, gerenciados de modo a contribuir com a economia do país. Esses se baseavam em três princípios: desenvolvimento, prevenção do desperdício e difusão do manejo dos recursos naturais. Essa corrente era proveniente da tradição alemã e francesa de manejo florestal. (McCORMICK, 1992, p.30-1)

Os esboços à internacionalização do debate foram feitos em 1909 quando os protecionistas europeus se reuniram em Paris, no Congresso Internacional para Proteção da Natureza. Segundo McCORMICK (1992, p. 39-40), o primeiro passo era realizar uma conferência para falar de questões tais como a pesca da baleia, o comércio internacional de peles e plumagens e a proteção de pássaros migratórios:

“Mas a eclosão da guerra tanto impossibilitou a conferência quanto efetivamente enterrou a comissão de 1913. (...) Era ainda um trabalho prematuro; tanto o organismo de 1913 quanto o de 1934 careciam de uma autoridade internacional junto a qual pudessem fazer *lobby*, e de

constrói e age em função do lucro, da acumulação e do poder dos principais agentes políticos e econômicos.

organismos nacionais maduros que fossem capazes de formar as bases de uma rede internacional sólida”.

Depois da Segunda Guerra Mundial a questão ambiental passa a ser entendida, ainda que de maneira incipiente, como uma questão que deve ser tratada no âmbito internacional, perspectiva que tornar-se-á definitiva nos anos 1970, culminando com a primeira Conferência da Organização das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente (*United Nations Conference on the Human Environment*, Estocolmo, 1972).

Essa nova percepção da relação homem-natureza será alterada em função da ameaça nuclear. O ordenamento bipolar – de um lado a OTAN, do outro o Pacto de Varsóvia - domina a política dos Estados. A possibilidade de uma precipitação nuclear provocada por testes nucleares suscitou o debate sobre o ambiente, primeiro entre a comunidade científica, estendendo-se, *a posteriori*, à opinião pública. “A questão da precipitação sem dúvida alertou muitas pessoas para a idéia de que a tecnologia poderia causar contaminação ambiental irrestrita e que todos poderiam ser afetados; houve a primeira alusão ao conceito de um meio ambiente global e a problemas ambientais universais. Esse conceito foi então adicionalmente reforçado pela publicação de *Silent Spring* (*Primavera Silenciosa*) de Rachel Carson, em 1962”. (McCORMICK, 1992, p. 69)¹³

¹³ “Uma mistura de nevoeiro e fumaça (o *smog*) típica do inverno desceu sobre Londres entre 05 e 10 de dezembro de 1952, tendo sido responsável, segundo o Conselho do Condado de Londres, pela morte imediata de 445 pessoas; ao todo, mais de 4 mil pessoas morreram, a maioria por complicações circulatórias e respiratórias de longo prazo provocadas pelo nevoeiro. O acontecimento foi diretamente responsável pela aprovação na Grã-Bretanha da Lei do Ar Limpo, em 1956. (...) O número e o tamanho dos navios petroleiros aumentou dramaticamente depois da Segunda Guerra Mundial. Em 1950 havia somente um petroleiro com capacidade maior do que cinqüenta mil toneladas; pelo final dos anos 60, havia 602 petroleiros com capacidade maior do que essa. O primeiro desastre importante foi o naufrágio do petroleiro *Torrey Canyon* em março de 1967. Cerca de 117 mil toneladas de petróleo cru se espalharam depois que o navio se chocou contra um refice perto da costa do extremo sudoeste da Inglaterra, entre Land's End e as ilhas Scilly. Centenas de quilômetros do litoral da Cornualha foram poluídos. (...) Dois anos depois de *Torrey Canyon*, um jorro fora de controle na plataforma de petróleo da Companhia Union Oil, na costa de Santa Bárbara, Califórnia, espalhou poluição por quilômetros do litoral californiano. (...) Os custos humanos da poluição ambiental foram ilustrados no final dos anos 60 e começo dos 70 pelos acontecimentos de Minamata, no Japão. A produção química havia começado nas margens da baía de Minamata (em frente a Nagasaki) em 1939 e catalisadores gastos, contendo mercúrio, eram despejados na baía. Em 1953 observou-se que gatos e pássaros na área estavam agindo de maneira estranha e, em 1956, já eram observadas desordens neurológicas entre as famílias de pescadores. Concentrações de mercúrio foram descobertas nos peixes que vinham da baía e em residentes locais que morreram por causa do que ficou conhecido como a ‘doença de Minamata’. (...) Ao final da década de 60, a poluição tornou-se um problema crítico no Japão”. (McCORMICK, John. *Rumo ao Paraíso – A História do movimento ambientalista*: 71-3)

Com a multiplicação dos desastres ambientais decorrentes da aceleração do processo industrial¹⁴ setores da sociedade se organizaram e passaram a questionar o *establishment*. Sensibilizadas para os danos potenciais que um desenvolvimento acelerado e irresponsável poderia causar, diversos segmentos sociais, alertados pelos meios de comunicação de massa, passaram a apoiar inúmeras campanhas ambientais em nível local e nacional.

O progresso do conhecimento científico¹⁵, visto como atenuante ou solução para os desastres ambientais, e as projeções dos cientistas baseadas, muitas vezes, em suposições, levavam a desconfiança e descrédito, àqueles responsáveis pela tomada de decisões. Os ambientalistas tiveram que esperar pelo desenvolvimento da tecnologia, que criou ambientes de simulação mais precisos, bem como a organização da comunidade científica pressionando por mais recursos para a pesquisa que se tornou, também, internacionalizada. De acordo com (McCORMICK, 1992, p.186-7):

“Para o Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas (*United Nations Environment Programme – UNEP*) a aplicação do Plano de Ação de Estocolmo sempre exigiu um aprimoramento da monitoração, das técnicas de coleta de dados e da troca de informações (...) A coordenação e efetividade da pesquisa ambiental foi auxiliada pelo avanço na armazenagem e recuperação de dados computadorizados. Os dados coletados eram mais precisos e exatos, e foram refutadas muitas pressuposições anteriores baseadas em informações inadequadas”.

No final da década de 50 e inícios dos 60 as questões sociais e políticas mobilizaram os segmentos mais dinâmicos da sociedade, especialmente os grupos sociais mais intelectualizados - egressos das universidades e das organizações civis - gerando uma atmosfera de intensa participação pública, tornando possível a emergência da questão ambiental como um problema a ser

¹⁴ “A produção industrial cresceu mais de 50 vezes no último século, sendo que quatro quintos desse crescimento se deram a partir de 1950. (...) Grande parte do crescimento econômico se faz à custa de matérias-primas de florestas, solos, mares e vias navegáveis”. *Nosso Futuro Comum* (1987, 2ª edição, 1991, p. 5)

¹⁵ A necessidade de uma certeza científica no que concerne à ação humana sobre os ecossistemas foi desde os anos sessenta uma cobrança tanto dos governos, quanto dos organismos intergovernamentais, das corporações industriais, e até de parte da comunidade científica, que se dividiu (até os dias de hoje o cisma perdura). *Nosso Futuro Comum* (1987, 2ª edição, 1991, p. 50)

enfrentado. Especialmente, nas sociedades do capitalismo avançado, se estabeleceu um compromisso com as causas ambientais.

A crescente mobilização pelos direitos civis, pelos direitos das minorias e a crítica vigorosa contra o *american way of life*, transformaram a forma de pensar e agir das sociedades, produzindo uma mudança cultural profunda. Podemos afirmar que o movimento ambientalista foi um dos atores sociais que contribuíram com essa transformação e, simultaneamente dela também se beneficiou, atraindo para sua causa um número significativo de indivíduos. Conforme observa ALMINO (1993, p. 23):

“A partir de 1968 alguns segmentos sociais trataram de romper com os valores da Civilização Industrial do Ocidente. As tentativas de mudanças no estilo de vida e a recusa à sociedade de consumo, que acompanharam o movimento *hippie*, por exemplo, fazem parte deste processo de revisão de valores. Em várias partes do mundo, as políticas estabelecidas, quaisquer que fossem suas orientações ideológicas, sofriam forte oposição, principalmente no meio estudantil. A Leste e a Oeste, as instituições eram questionadas, na revolta de maio de 1968, em Paris, nos movimentos pelos direitos civis e contra a guerra do Vietnã nos Estados Unidos, nas guerrilhas urbanas na América Latina e nos protestos anti-stalinistas em Praga. O movimento *hippie*, o movimento feminista, dos gays, a chamada revolução sexual, a defesa das minorias, levaram a significativas transformações culturais e comportamentais”.

O movimento ambientalista não tinha laços estreitos com os outros movimentos sociais. Segundo estudos (McCORMICK, 1992, p. 75-7), os ambientalistas eram percebidos como representantes das classes médias brancas e endinheiradas, e sua causa e militância eram consideradas ‘frívolas’. Apesar disso, foram capazes de estabelecer alianças com os movimentos da contracultura, que eram profundamente antiindustriais, com sua crítica a ética do trabalho, ao consumismo e aos valores materiais. Os ambientalistas e os *hippies* tinham em comum a crítica à ciência que desenvolvia o ‘conhecimento para a guerra’, no caso a do Vietnã; como também criticavam os danos ambientais causados pelos pesticidas e refugos industriais.

A partir dos anos 70, nos países capitalistas avançados, um novo movimento social torna-se mais intenso, despertando o interesse da mídia - que ampliará o debate e difundirá a causa ambiental - e dos responsáveis pelas políticas públicas. “Evidências científicas crescentes confirmaram muitos dos temores de ativistas e ecologistas amadores; os homens estavam usando rapidamente seu estoque de recursos naturais e empestando seu *habitat* durante o processo”. (McCORMICK, 1992, p. 80)

Se o preservacionismo, uma das duas correntes fundadoras do movimento ambientalista havia se pautado por uma perspectiva ‘espiritualizada’ da natureza e o conservacionismo na administração racional dos recursos naturais, o novo enfoque dado à questão ambiental centralizou-se na interdependência homem/natureza e na capacidade do primeiro de destruição total de seu *habitat*¹⁶.

Dessa forma, o movimento ambientalista adquire nos anos 70 - culminando com Estocolmo (1972) - um caráter internacional, interdependente e político. Para os protecionistas a questão era a vida selvagem e o seu *habitat*; para o movimento ambientalista que se estrutura a partir do final da década de 60, era um questionamento sobre o sentido do *way of life* moderno que colocava em risco a sobrevivência humana. A percepção era que a catástrofe ambiental só seria interrompida com mudanças nos valores e instituições das sociedades industriais.

¹⁶ Em fins do século XIX, o ambientalismo americano [modelo depois difundido em diversas partes do mundo] dividiu-se em dois campos: os *preservacionistas* (capitaneados por John Muir, 1838-1914) e os *conservacionistas* (liderados por Gifford Pinchot, 1865-1946). Os primeiros buscavam preservar as áreas virgens de qualquer uso que não fosse recreativo ou educacional, e os últimos explorar os recursos naturais, mas de modo racional e sustentável. Muir reportou-se às áreas virgens em termos religiosos, ele entendia que a civilização havia distorcido o sentido humano da relação com a natureza.

A primeira sugestão sobre um serviço florestal - uma das primeiras questões dos conservacionistas foi à proteção das florestas - com especialistas cientificamente treinados veio de Gifford Pinchot, que havia estudado manejo florestal na Europa, onde aprendeu que as florestas tanto poderiam ser protegidas quanto administradas para o aproveitamento sustentado (idéia difundida pela escola alemã). Pinchot achava que a conservação deveria se basear em três princípios: desenvolvimento (o uso de recursos existentes pela geração presente), a prevenção do desperdício e o desenvolvimento dos recursos naturais para muitos, e não para poucos. Participou do comitê executivo da Comissão Nacional de Preservação, encarregada de fazer o primeiro levantamento dos recursos naturais dos Estados Unidos (1909), designado diretamente pelo presidente Theodore Roosevelt. Sua mais importante contribuição para o debate acerca da conservação foi de que este era um problema mais amplo do que as fronteiras de uma única nação. (McCORMICK, John. *Rumo ao Paraíso – A História do movimento ambientalista*: 30-1)

Se os preservacionistas se orientavam por uma certa mística que envolvia a vida selvagem, e se percebiam como filantropos e os conservacionistas tinham por princípio a racionalidade econômica; em contraste o movimento ambientalista que emerge nos fins dos anos 60 é essencialmente político e pauta-se pela crítica ao *style of life* ocidental, buscando formular uma nova ética, que oriente novos comportamentos, bem como recorrendo ao conhecimento científico para legitimar suas proposições e ações. A perspectiva que o desastre ambiental é iminente, e que só poderá ser contido com mudanças nos valores e instituições das sociedades industriais, é o princípio norteador da nova prática ambiental.

A emergência do movimento ambientalista politizado se deve a um processo amplo e profundo de transformações na sociedade do pós-segunda guerra. Podemos assinalar alguns acontecimentos desencadeadores dessa reflexão: o terror causado pela eminência do uso de armas nucleares - como também o uso de usinas atômicas para a produção de energia -, a poluição provocada pelo *boom* da produção industrial, os inúmeros desastres ambientais, o acesso, possibilitado pela mídia e pela tecnologia, a informação (divulgação em larga escala do conhecimento científico) e, finalmente, mas também significativo, a percepção, por parte das populações, da necessidade da participação efetiva nos assuntos de seu interesse.

2.2 – A criação de organizações internacionais de proteção ambiental

Após a Segunda Grande Guerra, foi criada as Organizações das Nações Unidas (ONU). A primeira instituição representante dos signatários da ONU, que estabelecia em seu estatuto um artigo – adotado apenas em 1947, graças ao esforço de um grupo de cientistas, que se mobilizou em prol de um adendo que designasse a ‘preservação de plantas e animais raros’ – que contemplasse a preservação ambiental foi a UNESCO. Fundada em novembro de 1946, tendo como sede à cidade de Paris, França, a UNESCO foi criada para fomentar a cooperação internacional e promover à educação, a ciência e a cultura.

Até os anos 70 a Unesco foi responsável por apoiar – em grande medida através de aportes financeiros – instituições estatais, intergovernamentais, não-governamentais (ONG's) e outras, na realização e divulgação de pesquisas, de capacitação técnica e encontros internacionais.

O primeiro encontro internacional promovido pela UNESCO (em conjunto com a FAO, OMS e OIT) com efeitos positivos para o movimento ambientalista foi a Conferência Científica da ONU sobre a Conservação e Utilização de Recursos (UNSCCUR) que aconteceu em 1949, nos EUA (em *Lake Success*, estado de Nova York), contando com a participação 49 nações (excetuando-se a URSS). Os principais temas da conferência foram: a crescente pressão sobre os recursos naturais; a interdependência de recursos; uma análise das carências críticas de alimentos, florestas, animais e combustíveis; o desenvolvimento de novos recursos através de tecnologia aplicada; técnicas de recursos educacionais para países subdesenvolvidos; e o desenvolvimento integrado das bacias hidrográficas.

Como podemos notar, as discussões pautaram-se pela abordagem científica de cada um dos temas analisados, tangenciando, apenas, uma abordagem política da questão ambiental. Como não havia recursos disponíveis para a implementação da agenda, os resultados do encontro deveriam subsidiar ações futuras. A Conferência possuía apenas *status* consultivo, ficando impossibilitada de estabelecer adesão de governos às suas deliberações, bem como realizar acordos internacionais. Apesar disso, conforme observa McCORMICK (1992, p. 53), “inquestionavelmente, a UNSCCUR foi o primeiro marco importante na ascensão do movimento ambientalista internacional”.

A internacionalização da questão ambiental levará, todavia, não menos do que vinte anos para voltar a ser pauta de uma reunião internacional. Em 1968, em Paris, foi realizada a Conferência da Biosfera (a Conferência Intergovernamental de Especialistas sobre as Bases Científicas para Uso e Conservação Racionais dos Recursos da Biosfera). A conferência contou com o apoio, financeiro e logístico, da UNESCO, tendo como objeto de discussão o impacto humano sobre

a biosfera, incluindo os efeitos da poluição do ar e da água. - com especial atenção ao fenômeno da 'chuva ácida'¹⁷ – é importante ressaltar que a reunião seguinte (Estocolmo) foi organizada em curto espaço de tempo (dois anos), tendo como tema central o problema da 'chuva ácida', abordada como de caráter transnacional pelos países industrializados (o Norte) e muito preocupados com seus efeitos (secundariamente preocupados com a devastação intermitente das florestas do Sul subdesenvolvido).

A partir da década de 50, os testes nucleares tornaram os desastres ambientais fenômenos 'internacionais', que não respeitavam fronteiras e, portanto não poderiam ser solucionados unilateralmente, transformando a questão ambiental pertinente a todos. Na década de 60, o problema dos altos índices de poluição atmosférica, impulsionando, em primeiro lugar, a comunidade científica a exigir medidas saneadoras e preventivas, e posteriormente, setores da opinião pública, que tomando conhecimento da possibilidade da degradação irreversível, pressionam por soluções.

É nessa atmosfera que a Conferência de Estocolmo será organizada. O princípio que norteará os debates está baseado na percepção de que os problemas ambientais atingiram níveis muito superiores àqueles capazes de serem sanados com a intervenção humana e, que não se trata mais de um problema local ou regional, e sim global. O Ocidente e seu 'estilo de vida' colocou o planeta em estado de alerta.

¹⁷ CHUVA ÁCIDA: O termo chuva ácida foi usado pela primeira vez para descrever a precipitação ácida que ocorreu sobre a cidade de Manchester no início da Revolução Industrial. Esse fenômeno foi observado e relatado por Robert Angus Smith, químico e climatologista inglês. A queima de carvão e de combustíveis fósseis e os poluentes industriais lançam dióxido de enxofre e de nitrogênio na atmosfera. Esses gases combinam-se com o hidrogênio presente na atmosfera sob a forma de vapor de água. O resultado é a chuva ácida. As águas da chuva, assim como a geada, a neve e a neblina, ficam carregadas de ácido sulfúrico ou ácido nítrico. Ao caírem na superfície, alteram a composição química do solo e das águas, atingem as cadeias alimentares, destroem florestas e lavouras, atacam estruturas metálicas, monumentos e edificações. Um dos problemas das chuvas ácidas é o fato destas poderem ser

2.3 - A Conferência de Estocolmo (*Stockholm*, 1972)

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano deve lugar em Estocolmo (Suécia) em junho de 1972. Estiveram presentes 113 países, 19 órgãos intergovernamentais e 400 outras organizações intergovernamentais e não governamentais.

É importante assinalar a participação das Organizações Não Governamentais (ONGs) nesse encontro. Em torno de 400 ONGs enviaram representantes, a maioria destas pertencentes aos países desenvolvidos e de perfil de ação internacional. Durante os preparativos da Conferência, ficou acertado a realização de um Fórum Ambiental (o *Miljöforum*), que sancionado pela ONU, seria o espaço de discussão das ONGs, credenciadas em Estocolmo. As ONGs tiveram sua ação limitada, tanto por conta dos limites impostos pelo comitê organizador, receosos de sua atuação, quanto pelos recursos escassos dos órgãos financiadores.

Apesar da situação adversa, as ONGs foram capazes de produzir inúmeras comunicações e encontros, muito embora não tenham participado dos principais debates e das deliberações. A era pós-Estocolmo assistiu a um crescimento revigorado na formação de novas ONGs. Em 1982 o ELC (*Environment Liaison Centre* – Centro de Contatos para Meio Ambiente – coalizão de ONGs baseada em Nairóbi, Quênia sede do UNEP – *Unions Nations Environment Programm* – PNUMA em português) estimava que havia 2.230 ONGs ambientalistas nos países menos desenvolvidos das quais 60% haviam sido fundadas pós-Estocolmo. Nos países mais desenvolvidos o número girava em torno de 13 mil, das quais 30% depois de Estocolmo. (McCORMICK, 1992, p. 107-8)

transportadas através de grandes distâncias, podendo vir a precipitar-se em regiões onde não há queima de combustíveis. (www.ambientebrasil.com.br)

Os temas abordados na Conferência foram poluição atmosférica – que estava provocando a destruição da camada de ozônio (em grande parte produzida nos países mais industrializados – o Norte desenvolvido) - e a pressão sobre os recursos naturais, consequência do acelerado crescimento demográfico nos países do Sul, fenômeno que suscitou debates acalorados sobre os limites dos recursos naturais disponíveis e o esgotamento do planeta.

É importante ressaltar que as reuniões preparatórias à Estocolmo mobilizaram esforços dos países menos desenvolvidos – recorreram ao seu poder de voto na Assembléia Geral, assegurando que a perspectiva quanto ao desenvolvimento e proteção ao meio ambiente fosse observada desde o Sul e suas especificidades. Como assinala McCORMICK (1992, p. 100-1):

“Os países [menos desenvolvidos] temiam claramente que as salvaguardas e restrições ambientais impostas pelas nações industrializadas retardassem o desenvolvimento, que pudessem advir restrições comerciais quando os países mais desenvolvidos proibissem a importação de produtos agrícolas expostos aos pesticidas e que não pudessem se beneficiar da administração dos recursos naturais compartilhados. (...) Como resultado, a agenda da conferência e o próprio conceito de meio ambiente foram ampliados para incluir questões como deterioração do solo, desertificação, administração do ecossistema tropical, suprimento de água e assentamentos humanos. Os países menos desenvolvidos ‘havia forçado um reconhecimento claro da relação entre o meio ambiente e o desenvolvimento’”.

Foi a primeira vez que a degradação ambiental foi relacionada às questões políticas, sociais e econômicas e, amplamente problematizada num fórum intergovernamental, com uma perspectiva de realmente empreender ações corretivas. A maneira como o conhecimento e a técnica foram utilizados na apropriação dos recursos naturais pelo Norte industrializado, e a ocupação sem controle e predatória de grandes áreas dos países do Sul, foram os principais temas da Conferência. Crescimento versus desenvolvimento. Norte versus Sul. Os países em desenvolvimento apresentaram como tema de pauta o consumo excessivo dos recursos naturais e a poluição produzida pelos países

industrializados do Norte. Os países do Norte desenvolvido compareceram com delegações que propuseram discutir o crescimento demográfico do Sul¹⁸.

As teses sobre crescimento populacional não eram novas, seus principais representantes viveram na Inglaterra do século XVII e XVIII, são eles: Sir Willian Perry e Thomas Robert Malthus. Reeditadas nas décadas de 60 e 70, primeiro pelo Projeto Clube de Roma¹⁹, que foi posteriormente incorporado pelos pesquisadores do MIT (*Massachussetts Institute of Technology*). O trabalho final do MIT foi publicado com o título: *Os limites do crescimento/The Limits to Growth*. O relatório foi elaborado por um comitê diretor formado por setenta cientistas e quarenta e cinco observadores, reunidos em *Willianstown - Massachussetts*, em 1970. Sua finalidade era fornecer subsídios aos debates da Conferência de Estocolmo. Em 1972, *Os limites do crescimento* foi publicado obtendo muita repercussão. A hipótese central do modelo desenvolvido pelo MIT, pressupõe que os desequilíbrios ambientais estão diretamente ligados ao acelerado crescimento populacional. Era necessário atingir um equilíbrio global através do reconhecimento dos limites do crescimento econômico e populacional²⁰. A

¹⁸ As teses sobre crescimento populacional não eram novas, remontam ao século XVII, na Inglaterra com *sir Willian Perry* (1623-1687), que havia escrito, em 1650, sobre a multiplicação da população humana. Quase 150 anos depois, o interesse sobre o crescimento populacional retornou, obtendo um impacto público muito maior. O postulado malthusiano - Thomas Robert Malthus, 1766-1834, economista, demógrafo professor de história e política econômica no *East India College* e pastor. Malthus defende que a taxa natural de crescimento populacional é exponencial - que se multiplica - e a produção de alimentos aritmética (*Ensaio sobre a população*, 1798-1803) -, afirmava que se o crescimento populacional não fosse controlado, a população superaria o suprimento de alimentos disponível e haveria fome generalizada. (McCORMICK, John. *Rumo ao Paraíso – A história do movimento ambientalista* p. 81-2)

¹⁹ O Clube de Roma foi uma iniciativa do Dr. Aurélio Peccei, um consultor administrativo italiano, preocupado com os problemas do mundo. Em 1968, reúne informalmente em Roma, um grupo de economistas, cientistas, educadores e industriais. Desse encontro surgiu o Clube de Roma, uma associação livre de cientistas, tecnocratas e políticos. Seu objetivo era compreender a interdependência das dimensões econômicas, políticas, naturais e sociais do sistema global, valorizando a adoção de novas práticas das instituições políticas e, por parte da humanidade uma avaliação crítica de suas ações e interação com o meio ambiente. A questão ambiental era um desses, os outros eram: expansão urbana, a perda de fé nas instituições, rejeição dos valores tradicionais e deterioração econômica. Posteriormente o projeto do clube de Roma apresentado em Cambridge, Massachussetts, em fins de 70, sendo encampado por um *pool* de pesquisadores do MIT. (McCORMICK, John. *Rumo ao Paraíso – A história do movimento ambientalista*, p. 88)

²⁰ O crescimento populacional é um dos temas que desperta acaloradas discussões. Como se trata de uma questão examinada e intensamente debatida pela agenda ambientalista, consideramos oportuno o exame dos dados sobre população humana. Qualquer que seja a nossa posição, faz-se necessário, conhecer os fatos que marcam a dinâmica da população humana. Em cerca de 99% da existência do gênero humano, avaliada em pelo menos três milhões de anos (desde os primeiros homínidos), ou até o advento da agricultura, em torno do ano 8000 a.C., a população não ultrapassava – provavelmente – dez milhões de pessoas. No período em que viveu Jesus Cristo, existiam cerca de 250 milhões de pessoas. Este número levou aproximadamente 1500 anos para dobrar. Voltou a dobrar em pouco mais de 300 anos, alcançando um bilhão, nos primeiros anos de 1800. Dobrou outra vez em apenas um século e $\frac{1}{4}$, chegando a dois bilhões pouco antes de 1930. O terceiro bilhão foi acrescentado em menos de 35 anos, em 1960. Já o quarto bilhão levou apenas 14 anos para somar-se aos outros. De 1974 a 1987, tão-somente em 13 anos, a Terra

publicação recebeu severas críticas porém atingiu seu objetivo que era despertar – mesmo que em tom alarmante – a opinião pública para os limites do planeta.

Esse debate não é novidade, tampouco as controvérsias que provoca. Duas grandes preposições sobre o crescimento populacional irão fundamentar – nas universidades, na mídia, nas instâncias governamentais – o debate a partir dos anos 60. Os críticos ao postulado malthusiano (década de 60), e os chamados ‘transicionistas’ (transição demográfica), que se destacaram e obtiveram prestígio nas décadas de 1970-80. As duas teses disputam a explicação da evolução das populações, os *neomalthusianos* e os *transicionistas*.

A primeira está baseada no postulado Malthus do equilíbrio pela penúria. O encadeamento é simples: todo aumento de recursos disponíveis conduz a um aumento de população. O consumo dessa população em supercrescimento diminui os recursos. Atinge-se, assim, um estado de penúria que causa perdas humanas, reduz o número de pessoas e produz um equilíbrio. Para os neomalthusianos, uma população consome e seu crescimento implica uma divisão adicional de um mesmo bolo. Vêem o crescimento demográfico do Terceiro Mundo um freio ao desenvolvimento, uma desvantagem e a ameaça de uma sanção malthusiana, isto é, uma ‘explosão’, um cataclismo. Neste caso, o aumento populacional é identificado como um inimigo.

A segunda tese é a da ‘transição demográfica’. Não se trata exatamente de uma teoria; antes, a formulação de uma observação, a das populações europeias no curso da revolução industrial e pós-industrial. Como a passagem de uma sociedade agrária tradicional para uma sociedade urbana de troca e de economia moderna, o perfil demográfico se transforma. A mudança se opera em duas etapas: redução inicial da mortalidade seguida de redução da fecundidade. Três fases se sucedem: de início, fecundidade e mortalidade altas, seguidas de

aumentou mais outro bilhão de seres humanos. O sexto, o sétimo e o oitavo bilhões serão alcançados em intervalos regulares de cerca de 12 anos. (...) Por tudo isso, de acordo com as projeções da ONU, a população global deverá atingir de 8,5 a 10 bilhões em 30 anos. (...) diversas avaliações apontam para a

fecundidade alta e mortalidade baixa e, por fim, fecundidade e mortalidade baixas. A primeira e a última fase são equilibradas. Durante a segunda, produz-se importante aumento da população. Concluída a 'transição', a população se estabiliza, então em um nível mais elevado. Para os transicionistas os homens consomem, é certo, mas também produzem. A diminuição da fecundidade, que, de acordo com os transicionistas, é uma conseqüência direta do desenvolvimento é, se analisada com mais acuidade, desdobramento de mudanças profundas e complexas de mentalidade. Nos países do Sul, a religião não é um fator negligenciável. Intervém, às vezes diretamente, para se opor aos programas de limitação da natalidade, como por exemplo, no Maghreb e no Oriente Médio. (RUFIN, 1992, p. 50-1)

A posição dos ambientalistas pré-Estocolmo estava baseada na rejeição dos padrões econômicos da ordem capitalista e da ação fora do espaço institucional (da política). No pós-estocolmo se estabelecerá no Norte significativo ativismo político e no Sul a percepção de que a tríade: população – recursos - meio ambiente, era uma questão global e precisava ser solucionada em sintonia com os países do Norte, apesar das responsabilidades diferenciadas que irão delimitar-se a partir da Conferência.

Segundo WARD (*Apud* McCORMICK, 1992, p. 109), “a ação (dos governos) raramente cumpriu suas promessas. Para um número crescente de questões ambientais, a dificuldade não está em identificar o remédio, pois o remédio é agora bem compreendido. Os problemas estão enraizados na sociedade e na economia – e, por fim, na estrutura política”.

Estocolmo foi um marco no crescimento do ambientalismo internacional. Antes de Estocolmo, as pessoas geralmente tratavam as questões relativas ao meio ambiente como algo dissociado da dimensão humana. Estocolmo sinalizou

estabilização da população entre 8 e 14 bilhões. (PENNA, Carlos Gabaglia. *O estado do planeta – sociedade de consumo e degradação ambiental*. Rio de Janeiro, Record, 1999. p.95-97)

para a necessidade da construção de um novo paradigma na relação homem e meio ambiente.

Os resultados concretos da Conferência foram: a criação do Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas – PNUMA (*UNEP - United Nations Environmental Programme*), tendo como justificativa a necessidade de um órgão permanente capaz de implementar o Plano de Ação.²¹ A partir de Estocolmo foi que se passou da análise e problematização das questões ambientais para a busca de soluções efetivas, consolidando-se, assim a premência de políticas unitárias para os problemas globais.

A ameaça concreta provocada pelos exageros humanos forçou um compromisso entre as diferentes percepções - o embate Norte e Sul, que, posteriormente suscitará a aplicação de responsabilidades diferenciadas no que concerne a degradação ambiental – sobre o meio ambiente. Por fim, mas não menos importante, a emergência das ONG's, que se tiveram um papel secundário tanto na Conferência quanto nos Fóruns subseqüentes da ONU, têm, no decorrer da década seguinte, um *boom* quantitativo como qualitativo, tornando-se protagonistas na Conferência do RIO.

Estocolmo impulsionou vigorosamente o movimento ambientalista ao internacionalismo. Os 26 princípios, resultantes da Conferência, podem ser resumidos em cinco grupos principais:

1. Os recursos naturais deveriam ser resguardados e conservados, a capacidade da terra de produzir recursos renováveis deveria ser mantida e os recursos não renováveis deveriam ser compartilhados.

²¹ Um dos debates mais tensos teve como tema a localização da futura sede do PNUMA. Quando se propôs a criação de um secretariado para o novo órgão, foi sugerido um país em desenvolvimento, pois a maioria dos órgãos da ONU se localizavam no hemisfério norte. Muitos países desenvolvidos se opuseram a essa idéia, defendiam que o novo órgão deveria estar situado próximo as outras agências da ONU. A opção pelo país menos desenvolvida saiu vencedora e a sede do PNUMA foi instalada em Nairobi, no Quênia. Essa escolha visava apaziguar os representantes dos países menos desenvolvidos que duvidavam e viam com desconfiança o planejamento ambiental (temiam uma possível ingerência em seus assuntos internos). O primeiro a ocupar o cargo de diretor-executivo do PNUMA foi Maurice Strong. (McCORMICK, John, *Rumo ao Paraíso – A história do movimento ambientalista* p. 113)

2. O desenvolvimento e a preocupação ambiental deveriam andar juntos e deveria ser dado toda a assistência e incentivo aos países menos desenvolvidos no sentido de promover uma administração ambiental racional. (este grupo tinha o propósito de tranquilizar os países menos desenvolvidos).
3. Cada país deveria estabelecer seus próprios padrões de administração ambiental e explorar recursos como desejasse, mas não deveria colocar em perigo outros países. Deveria existir cooperação internacional voltada para o melhoramento ambiental.
4. A poluição não deveria exceder a capacidade do meio ambiente de se recuperar e a poluição dos mares deveria ser evitada.
5. Ciência, tecnologia, educação e pesquisa deveriam ser utilizadas para promover a proteção ambiental.

A Conferência teve efeitos limitados nas esferas governamentais. Realizada numa época dominada por preocupações estratégico-militares, consequência direta da guerra fria e do sistema bipolar, em que predominavam o estatismo e os governos autoritários em todos os continentes, em que o modelo econômico das nações industrializadas ainda era referência aos demais, os comitês estabelecidos para aplicar as diretrizes estabelecidas em Estocolmo encontraram resistências – tanto ao Norte quanto ao Sul – para implementar e difundir sua agenda. De acordo com o Ministério de Relações Exteriores Brasileiro. (LINDGREN ALVES, 2001, p. 61-2)

“Estocolmo teve as virtudes e defeitos de todas as atividades pioneiras: foi visionária e profética, mas também ingênua e apocalíptica (...) Ao alarmismo de grupos precursores de alguns países desenvolvidos, que o Clube de Roma expressava, contrapunha-se uma atitude extremamente defensiva e desconfiada dos países socialistas e dos principais países em desenvolvimento, que identificavam na temática ambiental mais um conjunto de entraves e condicionamentos à expansão de suas economias”.

2.4- Ambientalismo político e global

Os anos 70 são marcados por um novo entendimento da questão ambiental, consagrando-se um novo ativismo político, que fundamenta suas práticas na crítica ao modelo de produção e consumo do Ocidente, considerado perdulário, entretanto considera legítima a apropriação e uso dos avanços e benefícios trazidos pela ciência e pela política, que aprimorou seus canais de participação e possibilitou a inclusão das massas ao modelo democrático.

Registra-se um aumento considerável dos movimentos sociais ‘verdes’, especialmente nos países do Norte. Os movimentos ambientalistas constituem-se, desse modo, como um ponto de inflexão na história da mobilização social e da ação coletiva. De acordo com VIOLA (1987, p. 68): “trata-se de movimentos portadores de valores e interesses universais que ultrapassam as fronteiras de classe, sexo, raça e nação”.

As proposições defendidas pelo movimento ambientalista transpõem as clivagens sociais estabelecidas por classes, gênero, etnia e faixa etária. Seu discurso incorpora todos, pois os coloca *vis-à-vis* com sua própria sobrevivência, enquanto espécie. Assim, com exceção dos “agentes sociais que ocupam as posições dominantes do complexo militar-industrial-científico da maioria dos países, que são intrinsecamente portadores da lógica predatória-extremista do mundo contemporâneo, o movimento ecopacifista tem o potencial de incorporação da grande maioria da humanidade”. (VIOLA, 1987, p.70)

A degradação acelerada do meio ambiente, resultado da ação humana, passa a ser tratado como um problema global. Chuva ácida, substâncias químicas tóxicas, resíduos perigosos, pesqueiros compartilhados e administração de bacias fluviais, são fenômenos que pautam a agenda, especialmente, dos países de capitalismo avançado, como temas que devem transpor fronteiras e serem tratados nos fóruns internacionais. O papel das ONGs ambientalistas na definição

dessa agenda foi fundamental na implementação e no controle eficaz da legislação, tanto local quanto globalmente.

A prática das agências ambientais estatais, dos instrumentos legislativos e das ONGs se afastavam da ação limitada de proteção à natureza e ampliaram a abrangência de seu discurso, buscando incluir e chamar à atenção de todos os segmentos sociais, tornando-a questão ambiental uma questão política, que diz respeito a todos.

O movimento ambientalista se fundamenta com um discurso inovador, que atravessa todas as estruturas de diferenciação social estabelecidas historicamente, propondo um outro entendimento das relações sociais e da ação política, que assegure as especificidades dos inúmeros grupos e sub-grupos sociais, mas que exija responsabilidade naquilo que nos identifica e unifica, que é nossa condição de espécie limitada pela produção de ambientes artificiais de existência.

A nova safra de partidos políticos originários desse discurso, são partidos que se caracterizam por não pretender transformar-se em majoritários, não almejam a hegemonia no trato da coisa pública ou tomar o poder revolucionariamente. Um dos *slogans* do partido verde alemão (*Die Grünen*) exemplifica a incipiente formulação de uma nova forma de pensar e agir politicamente: *nós não somos esquerda nem direita; nós estamos à frente.*

Avessos a estrutura e ação dos partidos políticos tradicionais, o movimento ambientalista passa a organizar e apoiar novos partidos políticos. Os 'verdes' ganham projeção na década seguinte, especialmente, na Alemanha Ocidental, Suíça, Bélgica, França e Holanda. Segundo McCORMICK (1992, p. 140), em março de 1983, a política ambiental na Europa Ocidental assumiu uma nova dimensão com a chegada no *Bundestag* - o Parlamento ou Câmara Baixa - alemão ocidental de vinte e sete parlamentares representando o *Die Grünen* (os Verdes), um partido formado quatro anos antes (1979). O partido ultrapassara a

barreira dos 5%, o que o autorizava a estar representado no *Bundestag*. Como o primeiro partido novo a entrar no *Bundestag* em 30 anos, *Die Grünen* parecia destinado a transformar a prática política na Alemanha. A plataforma verde se baseava em quatro pilares: ecologia, responsabilidade social, democracia de base e não-violência. Defendiam uma produção não baseada no crescimento, a subdivisão das grandes companhias em pequenas unidades, semana de trabalho de 35 horas, impostos mais altos para grupos de renda mais alta, investimento do Estado para criação de empregos, o fim da energia nuclear, o uso sustentável dos recursos naturais, conservação de materiais e energia, crescimento zero da população e desarmamento nuclear.

Estes novos partidos compreendem a esfera da ação política como o fórum de debates amplificado, cuja finalidade é difundir e defender uma nova cultura orientada por valores pós-materialistas. A noção de pós-materialismo não é refratária a cultura do consumo, mas a forma como essa se dá, considera necessário que se estabeleça um equilíbrio na forma de se produzir e consumir os bens e serviços disponíveis, já que estes são limitados. Considera ainda que a cultura Ocidental muito contribuiu para o avanço na construção de valores que possibilitaram uma cultura baseada na invenção e diversidade. Torna legítima a apropriação e aplicação do conhecimento produzido na resolução dos problemas que enfrentamos atualmente. Na análise de LIPOVETSKY (2004, p. 69):

“Ante as ameaças da poluição atmosférica, da mudança climática, da erosão da biodiversidade, da contaminação dos solos, afirmam-se as idéias de ‘desenvolvimento sustentável’ e de ecologia industrial, com o encargo de transmitir um ambiente viável às gerações que nos sucederem. Multiplicam-se igualmente os modelos de simulação de cataclismos, as análises do risco em escala nacional e planetária, os cálculos probabilísticos destinados a discernir, avaliar e controlar os perigos. Morrem as utopias coletivas, mas intensificam-se as atitudes pragmáticas de previsão e prevenção técnico-científicas”.

A questão ambientalista – tanto dos partidos verdes, das organizações internacionais e das ONGs – havia se tornado um problema político, se difundindo para amplos segmentos sociais, que percebem que a política ambiental deveria

avançar para além da conservação da natureza e dos recursos naturais. Inaugurava-se assim uma era de tentativas – bem sucedidas muitas vezes – de estabelecer a cooperação e compromissos globais.

2.4.1 – O novo *status* das ONGs ambientalistas: a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Relatório *Brundtland* – Nosso Futuro Comum (*Our common future*))

Onze anos após Estocolmo, em 1983, instalou-se, por deliberação da Assembléia Geral da ONU, uma comissão (estabelecida pelo secretário-geral) que se reuniu pelos três anos seguintes, buscando estabelecer metas factíveis para os problemas ambientais, enfatizando a relação meio ambiente e desenvolvimento. A Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento realizou sua primeira reunião em Genebra, em 1984, sob a presidência de *Gro Harlem Brundtland*, primeira-ministra pelo partido trabalhista e ex-ministra do meio ambiente da Noruega. A comissão possuía 23 membros, doze representantes dos países do Sul, sete dos países industrializados, entre eles, Maurice Strong, primeiro secretário-executivo do UNEP/PNUMA e quatro do bloco comunista.

A Comissão – composta de peritos de renome internacional - era um órgão independente, vinculado aos governos e ao sistema das Nações Unidas, mas não sujeito ao seu controle. Suas atribuições foram:

- ❖ Reexaminar as questões críticas relativas ao meio ambiente e desenvolvimento, e formular propostas realistas para abordá-las;
- ❖ Propor novas formas de cooperação internacional nesse campo, de modo a orientar políticas e ações no sentido de mudanças necessárias;

- ❖ Dar aos indivíduos, organizações voluntárias, empresas, institutos e governos uma compreensão maior desses problemas, incentivando-os a uma atuação mais firme.

Na reunião inaugural, a Comissão decidiu que seus trabalhos seriam transparentes e abertos à participação, buscando levar em conta o maior número possível de opiniões e pareceres sobre as principais questões abordadas. Com reuniões intermitentes e participando de audiências públicas - que contaram com os principais representantes do governo, cientistas e especialistas, pesquisadores ligados a instituições, industriais, representante de organizações não-governamentais e o público em geral - pelos cinco continentes, os representantes da Comissão definiram um tema que consideraram fundamental, a interdependência entre meio ambiente e desenvolvimento.

Com Estocolmo se esboça o cenário de interdependência e da construção de outro tipo de desenvolvimento - 'sustentável', ou expresso de outra maneira, a questão ambiental está diretamente relacionada à ação humana. O *slogan* que se produzirá - a partir de Estocolmo - e tornar-se-á permanente até nossos dias, e que ainda é de complexa definição e aplicação, é o de desenvolvimento sustentável.

De fato, é nos anos 80 que esse novo conceito - que defende o meio ambiente e, simultaneamente inscreve o homem no centro de suas preocupações - se estabelece. O termo teria sido utilizado abertamente, pela primeira vez no *Building a sustainable Society*, o manifesto do partido ecológico da Grã-Bretanha, escrito por Lester Brown, do *Worldwatch Institute*, em 1981. Em 1987, no relatório *Nosso Futuro Comum (Our common future)*, publicado - que ficou também conhecido como *Relatório Brundtland*, em homenagem a presidente da Comissão - Gro Harlem Brundtland - este se tornou popular. Mas foi apenas em 1992 que os governos do mundo inteiro oficializaram o conceito de desenvolvimento sustentável, durante a Cúpula da Terra - Eco 92, reunião realizada no Rio de Janeiro, Brasil. (KAMINKER, 2002, s/p)

A percepção dos responsáveis pelo relatório, instados a encontrar soluções para a relação desenvolvimento econômico e meio ambiente, atestaram que o desenvolvimento consumiu de forma predatória, os recursos ambientais e que a degradação e destruição do meio ambiente comprometia de forma irremediável, o desenvolvimento econômico. A comissão apontou a má utilização do conhecimento e da técnica, produzindo um desenvolvimento ‘insustentável’, observaram ainda que:

“a produção industrial cresceu mais de 50 vezes no último século, sendo que quatro quintos desse crescimento se deram a partir de 1950. Esses números refletem e prefiguram profundos impactos sobre a biosfera, à medida que o mundo investe em habitação, transporte, agricultura e indústria. Grande parte do crescimento econômico se faz à custa de matérias-primas de florestas, solos, mares e vias navegáveis. (...) Enquanto isso, as indústrias que dependem de recursos do meio ambiente, e que mais poluem, se multiplicam com grande rapidez no mundo em desenvolvimento, onde o crescimento é mais urgente e há menos possibilidades de minimizar efeitos colaterais nocivos. (...) A ecologia e a economia estão cada vez mais entrelaçadas – em âmbito local, regional, nacional e mundial – numa rede de causas e efeitos”. (*Nosso futuro comum - Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento*, 1991. p. 4-5)

No que concerne a noção de ‘desenvolvimento sustentável’, a comissão observou que, este não é um estado permanente de harmonia, mas um processo de mudanças no qual a exploração de recursos, a orientação de investimentos, os rumos do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional estão de acordo com as necessidades atuais e futuras. (*Nosso futuro comum - Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento*, 1991. p. 397):

“Escolhas difíceis teriam que ser feitas, que em última instância, dependiam do empenho político. Acrescentaram ainda que, a construção de um futuro mais próspero, somente seria possível com mudanças nas mentalidades, nas perspectivas, nas atitudes e estilos de vida; mudanças em certas políticas fundamentais e no modo como são formuladas e aplicadas, mudanças na natureza da cooperação entre governos, empresas, atividades científicas e individuais; mudanças em algumas formas de cooperação internacional que se revelaram incapazes de lidar com muitos dos problemas ambientais e do desenvolvimento; mudanças, sobretudo, no nível de compreensão e engajamento de indivíduos, organizações e governos”.

A interdependência entre meio ambiente e os processos de produção e distribuição de bens foi o tema central dos diversos painéis apresentados à comissão, que estabeleceu sete ações estratégicas a serem implementadas visando mitigar os efeitos desse modelo. Aprofundar e melhorar o crescimento; satisfazer as necessidades essenciais em termos de emprego, de alimentação, de energia, de água e de salubridade, manter a taxa demográfica num nível sustentável; conservar e valorizar os recursos naturais; reorientar a tecnologia para gerenciar os riscos; e integrar o meio ambiente e a economia aos processos de decisão. (KAMINKER, 2002, s/p)

Entre as diversas reuniões ocorridas entre Estocolmo (1972) e a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (RIO/92 ou ECO/92), a Conferência de Viena (1985 – pauta: proteção da camada de ozônio) e o Protocolo de Montreal (1987 – pautas: contenção e reversão da destruição da camada de ozônio; substituição imediata das substâncias que a destroem) foram as mais significativas e isto porque conseguiram cumprir seus objetivos, mobilizando um número surpreendente de países e alcançando importantes resultados – a interrupção do ‘buraco’ e sua restauração completa prevista para 2065 (na Antártida)²².

Os dois encontros trataram do controle e da substituição de substâncias que destroem a camada de ozônio (O₃). A reunião de Montreal estabeleceu os prazos e metas para a eliminação das substâncias responsáveis pela destruição da camada de ozônio. Retomando o que havia sido debatido e tornado consenso em Estocolmo, ou a percepção de que os países têm níveis de desenvolvimento

²² A camada de ozônio cobre todo o planeta a uma altitude entre 15 e 30 quilômetros, protegendo organismos vivos dos prejudiciais raios ultravioletas. Em meados de agosto de 2006, a Organização Meteorológica Mundial e o Programa das Nações Unidas para o meio Ambiente (UNEP/PNUMA) divulgaram um estudo preparado por 250 cientistas que coincidiram em afirmar que a camada de ozônio está se recuperando, embora muito mais lentamente do que se acreditava. A camada voltará aos níveis anteriores aos de 1980, na maior parte do mundo, somente por volta de 2040, cinco anos depois do estimado em 2002. Na Antártida a recuperação será mais lenta, provavelmente, não antes de 2065, segundo o documento. (LEAHRY, Stephen. *Restaurar o ozônio no Pólo Sul vai demorar 60 anos*. Site: www.tierramerica.net, tierramerica/PNUMA/PNUD, 16/09/2006).

distintos, portanto, devem responder proporcionalmente a sua 'capacidade poluidora'. Essa perspectiva foi levada em consideração e aceita, fixando-se assim, metas diferenciadas para os países do Norte industrializado e os do Sul, em desenvolvimento.

O Protocolo de Montreal também inovou, possibilitando que os países signatários pudessem transferir ou receber do outro as substâncias em questão. RIBEIRO (2001, p. 100-1) aponta que:

“O argumento empregado é matemático, o que interessava era diminuir a presença de substâncias destruidoras do ozônio na atmosfera, não importando onde elas tivessem sido geradas. Nesse ponto, eles não consideraram os territórios nacionais (...) O protocolo foi ainda mais longe: proibiu as partes envolvidas de comercializar com Estados não-participantes. (...). O artigo quatro afirma que: 'dentro de um ano a contar da data de entrada em vigor deste protocolo, as partes deverão proibir a importação de substâncias controladas de qualquer Estado que não seja parte deste protocolo'”.

O Protocolo de Montreal, primeiro acordo global associado à mudança climática, se tornou um dos tratados internacionais de maior êxito. Esse feito se deve, em parte, porque os países signatários - 184 países (o Brasil ratificou os dois tratados, mais os encontros entre as partes, em 1990) -, agiram rapidamente para reduzir o uso dos clorofluorcarbonos (CFC's), encontrando substitutos – os hidroclorofluorcarbonos (HCFC), os bromofluorcarbonos (BFC's) e os halons halogenados (HBFC's)²³ – menos agressivos com o ozônio. Muito embora estes novos produtos químicos destruam menos a camada de ozônio, são responsáveis pelo aumento do efeito estufa (gerador de mudanças climáticas). Nesse caso, a ciência e os avanços tecnológicos colaboraram para a solução – apesar da

²³ Os clorofluorcarbonos são gases desenvolvidos a partir dos financiamentos à pesquisa das grandes indústrias de refrigeração americanas, que buscavam alternativas comerciais aos primeiros gases usados nas geladeiras, altamente tóxicos (amônia, cloreto de metila) e causadores de acidentes fatais. Só para se ter uma idéia, depois do CFC a indústria americana de ar condicionado cresceu 16 vezes só entre 1930 e 1935. Criados em 1931, estes produtos químicos foram utilizados como refrigerantes de geladeiras e aparelhos de ar condicionado, como propelentes em aerossóis, agentes de expansão na produção de espumas e agentes de limpeza na indústria de computadores. Os hidroclorofluorcarbonos (HCFC's) foram desenvolvidos para substituir o CFC's, são usados em equipamentos de refrigeração, de condicionamento de ar e em aerossóis, causando menor impacto na camada de ozônio que sem antecessor. Os bromofluorcarbonos são gases halons, usados em extintores. Site: www.canalciencia.ibict.br

lentidão do 'conserto' – de um grave problema ambiental. Muito embora, a ciência tenha sido de grande valia na resolução desse problema, descobrindo e desenvolvendo produtos menos agressivos à camada de ozônio, mudanças nos valores e nas ações de um número crescente de instituições – quer sejam, estatais, intergovernamentais ou independentes frente aos governos – difundiu-se, tornando cada vez mais arraigada às noções de interesses coletivos e responsabilidades compartilhadas.

2.4.2 - A Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD) – Cúpula da Terra - Rio/Eco 92

Em 1988, por uma deliberação da Assembléia Geral das Nações Unidas, decidiu-se convocar uma nova Conferência sobre o Meio Ambiente, a realizar-se até 1992. Nessa mesma sessão, o Brasil ofereceu-se para sede do evento; um ano depois a Assembléia Geral estabeleceu a data (junho de 1992) e aceitou a oferta do governo brasileiro de sediá-lo no Rio de Janeiro.

A pauta que estabelecia os temas que deveriam ser examinados no evento privilegiava assuntos técnicos e econômicos:

1. proteção da atmosfera por meio do combate à mudança do clima, ao desgaste da camada de ozônio e à poluição transfronteiriça do ar;
2. proteção da qualidade do suprimento de água-doce;
3. proteção das áreas oceânicas, marítimas e zonas costeiras e conservação, uso racional e desenvolvimento de seus recursos vivos;
4. proteção e controle dos solos por meio, *inter alia* (operação conjunta para a realização de uma missão comum), do combate ao desmatamento, à desertificação e à seca;

5. conservação da diversidade biológica;
6. controle ambientalmente sadio da biotecnologia;
7. controle de dejetos, principalmente químicos e tóxicos;
8. erradicação da pobreza e melhoria das condições de vida e de trabalho no campo e na cidade;
9. proteção das condições de saúde.

Apenas os dois últimos tópicos se referiam expressamente a assuntos de caráter social. Embora a resolução convocatória da conferência houvesse sido estabelecida por consenso, as divergências sobre a abordagem da questão ambiental despontaram, e não foram exclusivas das representações governamentais. Conforme observa LINDGREN ALVES (2001, p. 64-5):

“As divergências podiam ser notadas até mesmo nas diferentes siglas com que o evento era promovido: *Eco-92* para os movimentos ecológicos, *Cúpula da Terra* para os ambientalistas não-radicais e *Rio-92* para os brasileiros em geral, com o apoio dos países em desenvolvimento. Para a ONU, contudo, desde sua convocação, a reunião mundial de 1992, (...) ostentava denominação oficial indicativa da conciliação necessária: Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) – *United Nations Conference on Environment and Development* (ou simplesmente, Unced -, ficando o nome ‘Cúpula da Terra’ para seu segmento presidencial”.

A ‘Cúpula da Terra’ obteve grande êxito junto à política oficial. Estiveram presentes 178 estados – dos 184 subscritos (associados) a ONU (em 1994) -, dos quais 114 representados pelos respectivos chefes de Estado, dentre os quais: George Bush (EUA), François Mitterrand (França) e John Major (Inglaterra) e Fidel Castro (Cuba). A organização da Conferência foi extremamente complexa, possibilitando a criação de uma agenda ampla e com a participação de diferentes atores sociais. Além da conferência intergovernamental, um Fórum Global da

sociedade civil foi organizado e teve muita repercussão. Do encontro resultaram vários documentos internacionais:

- ❖ dois tratados jurídicos, assinados na ocasião – a Convenção sobre o Clima e a Convenção sobre a Biodiversidade;
- ❖ um documento normativo referencial – a Declaração de Princípios sobre Florestas;
- ❖ um plano de ação analítico e pormenorizado, com quase 500 páginas, do qual ressaltam suas implicações sociais – a Agenda 21;
- ❖ uma declaração política de compromissos e conceitos – a Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – adotada em nível de chefes de Estado e de Governo na maior reunião de líderes governamentais (mais de 100) até então havida na História: a Cúpula da Terra.

Quatro reuniões preparatórias ocorreram: uma em Nairobi (1990), duas em Genebra (1991) e outra em Nova York (1992). Além das reuniões preparatórias que se deram com os representantes dos órgãos intergovernamentais designados, outro elemento decisivo foi a participação da sociedade civil organizada, expressa por meio das ONGs, que atuando em sintonia com outros movimentos sociais também presentes, pode dar um caráter social as deliberações da CNUMAD. Esse pode ser percebido no preâmbulo da Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que define o objetivo da Conferência: “promover uma nova e justa parceria global por meio do estabelecimento de novos níveis de cooperação ente os Estados, os atores chaves da sociedade e os indivíduos’, levando em conta 'a natureza interdependente e integral da Terra, nosso lar”.

(LINDGREN ALVES, 2001, p. 67)

Nos anos 70, o conceito de desenvolvimento sustentável surge como uma formulação que busca conciliar o desenvolvimento econômico com preservação ambiental. Esse debate surgiu em Founex (Suíça), em 1971, numa das reuniões preparatórias para Estocolmo. Um de seus interlocutores mais destacados era Ignacy Sachs²⁴ que juntamente com Maurice Strong²⁵ – criou o conceito de eco-desenvolvimento, rebatizado de desenvolvimento durável²⁶. Trata-se de uma nova abordagem – talvez não por muito tempo, haja vista as mudanças climáticas aceleradas, a destruição da camada de ozônio, o esgotamento dos recursos renováveis – que propõe, simultaneamente, desenvolvimento econômico, equidade social e equilíbrio ambiental, tendo como um dos instrumentos para a sua realização, a intervenção institucional, que se responsabilizaria por controlar a utilização de recursos, o emprego de técnicas ‘limpas’ de produção e privilegiaria as necessidades ao invés das demandas dos hábitos arraigados de consumo. (KAMINKER, 2002, s/p)

A noção de desenvolvimento sustentável que se consolida na Rio-92, pode parecer de simples definição, porém sua implementação requer transformações efetivas nas atuais estruturas de produção e na forma de organização socioeconômica contemporânea. De acordo com LINDGREN. ALVES (2001, p. 69), ao recompor a idéia de desenvolvimento com a da proteção ambiental, a Rio-92 superou a visão – de um segmento do movimento ambientalista – que o progresso é sempre contrário à natureza, estruturado na formulação Natureza em oposição à Cultura.

²⁴ Economista. Conselheiro especial de Maurice Strong, secretário-geral de Estocolmo-72 e Rio-92; Pesquisador da Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais (EHESS-Paris).

²⁵ Presidente da *American Water Development inc.*, ex-subsecretário-geral e conselheiro especial do secretário-geral das Nações Unidas; diretor executivo do Escritório das Nações Unidas para Operações de Emergência na África em 1985-6; presidente do Conselho da Petro-Canadá em 1976-78; diretor-executivo do PNUMA em 1973-5; secretário-geral da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano em 1970-2); organizador executivo da UNCTAD/ Rio-92.

²⁶ “A principal questão do desenvolvimento durável é justamente inventar um novo paradigma. A dimensão ambiental vai nos forçar a modificar radicalmente as escalas de tempo e espaço com as quais devemos trabalhar, (...) pensando em termos de impactos locais, nacionais e globais, com prolongamentos até a biosfera (...) As empresas só agirão com seriedade quando uma outra política fiscal exigir (...) Para fazer um desenvolvimento durável devemos colocar em questão nossas estruturas de consumo e produção. (...) No futuro, haverá uma economia mista, na qual o Estado terá um papel fundamental na regulação dos

As Resoluções da CNUMAD

Os representantes na CNUMAD estiveram envolvidos em inúmeros painéis temáticos. Os temas que mais ganharam destaque foram: conservação da biodiversidade, mudanças climáticas e os mecanismos de financiamento para projetos de recuperação ambiental e desenvolvimento de novas tecnologias, as chamadas tecnologias 'limpas'. Os documentos elaborados a partir do encontro são – a Convenção sobre Mudanças Climáticas (CMC); a Convenção sobre Biodiversidade (CB); a Declaração do Rio; a Declaração sobre as Florestas e a Agenda XXI. Cabe observar que a Rio-92 estabeleceu um modelo para as conferências sobre temas globais, tanto no formato, quanto nos documentos finais e na abordagem dada aos assuntos pré-estabelecidos. (LINDGREN ALVES, 2001, p. 71)

A Convenção sobre a Biodiversidade – (CB)

A Convenção assinada no Rio estabelece um compromisso Norte-Sul: é reconhecido o princípio da propriedade intelectual no campo da biotecnologia, mas simultaneamente se reconhece o direito dos países e povos depositários da biodiversidade serem compensados e partilharem dos avanços do desenvolvimento tecnológico.

No decorrer do processo de discussão e implementação da Convenção sobre a Biodiversidade, os Estados Unidos se posicionaram isoladamente e, não conseguiram sensibilizar os demais parceiros do G-7 e da Comunidade Européia. A posição defendida pelos EUA que gerou um desgaste à sua imagem no cenário internacional, estava baseada em dois fatores:

“a importância do lobby da biotecnologia americana que está em posição de vantagem competitiva frente aos europeus e japoneses (a grande maioria de laboratórios *ex-situ* de biodiversidade encontram-se nos EUA); e o cálculo eleitoral de Bush de que uma posição

mercados”. (*Inventar um novo mundo*. Entrevista de *Ignacy Sachs* concedida ao jornal *Libération*, em

arrogante aumentaria seu prestígio entre as forças conservadoras e as levaria a não desertar em favor de Perot”. (VIOLA & LEIS, 1998, p. 138-9)

Os Estados Unidos não assinaram a Convenção da Biodiversidade, alegando que mantêm a liderança na pesquisa e no desenvolvimento em biotecnologia em nível mundial. Recusavam-se a pagar pelos ‘matrizes genéticas’ que se encontram fora de seu espaço territorial. De acordo com RIBEIRO (2001, p. 123):

“Em levantamento da *Conservation International* de 1997, identifica-se que entre 17 estados detentores de grande diversidade biológica, apenas os Estados Unidos e a Austrália são desenvolvidos. Ambos os estados, e em especial o primeiro, defenderam uma gestão internacional sobre os recursos genéticos que ocorrem em áreas naturais, o que acabaria com a soberania dos estados detentores de grande diversidade (grandes ecossistemas preservados) de material genético”.

No debate sobre as florestas, ocorreu um enfrentamento entre a Malásia e os Estados Unidos. Tradicional fornecedor de madeira e de papel, a Malásia firmava posição na direção da não-preservação das florestas, justificando que, os países periféricos não poderiam alterar seu modelo econômico dadas as condições de crescente pobreza interna.

Os Estados Unidos, preocupados em manter as fontes – as matrizes genéticas - para pesquisas futuras em biotecnologia, insistiram em medidas mais rígidas para a preservação das florestas. Tratava-se de manter o estoque genético dos países periféricos, que ainda está longe de ser conhecido nas suas características e possíveis aplicações. Mais uma vez, os norte-americanos se recusavam a assinar a Convenção que os obrigaria a pagar – ainda que na forma de repasse de conhecimento científico e tecnológico pelas matrizes que utiliza, e ao mesmo tempo procuraram determinar o uso dos ambientes naturais dos países periféricos impondo a preservação (também sem remuneração).

A Convenção para Biodiversidade entrou em vigor em 29 de dezembro de 1993. Em julho de 1996, contabilizava-se 152 Estados signatários, chegando a 175 no final de 1999, dos quais 168 a ratificaram. (RIBEIRO, 2001: 124)

A Convenção de Mudanças Climáticas (CMC)

No começo da década de 1990, a Assembléia Geral da ONU solicitou ao *Intergovernmental Panel on Climate Change* (IPCC) um estudo sobre as mudanças climáticas. O IPCC envolveu cerca de 300 cientistas de vinte países neste trabalho e divulgou algumas conclusões significativas. A primeira delas é que a temperatura média da Terra está se elevando. Os dados do IPCC indicavam que a variação positiva da temperatura do planeta está oscilando entre 0,3°C e 0,6°C por década. Mais que isso, os cientistas detectaram dois períodos de aquecimento mais intenso da Terra: de 1920 a 1940 e de 1975 até 1990.

A segunda conclusão surgiu em torno das conseqüências desse aumento de temperatura: será afetada a dinâmica dos sistemas naturais, resultando em uma elevação do nível do mar, a partir do derretimento das calotas polares, pondo em risco os interesses dos países insulares, como o Japão, e as cidades que se localizam à beira-mar. Outro fenômeno constatado foi um aumento dos gases que provocam o efeito estufa na atmosfera. (RIBEIRO, 2001: 125)

Durante as reuniões preparatórias duas posições monopolizaram o debate: a que desejava estabelecer um índice *per capita* de emissão de gases na atmosfera, taxando os países que ultrapassassem tal índice e criando assim um fundo para pesquisas ambientais; e a postura contrária – vencedora no embate – que procurou esvaziar a ameaça das mudanças climáticas em função da inexistência de dados mais objetivos sobre a questão, embora reconhecendo a necessidade de manter os níveis de emissão de gases na atmosfera.

Os EUA, responsável pela maior emissão de gases que provocam o efeito estufa na atmosfera e liderança no G7, e a Malásia um dos maiores detentores de

florestas no mundo enfrentaram-se novamente. A Malásia defendia a introdução de um índice de emissão de gases estufa *per capita* e a taxação dos países que o ultrapassassem, gerando com isso um fundo para pesquisas ambientais. Ao mesmo tempo, o país queria recursos para manter as florestas, que servem como ‘eliminadores’ do CO₂.

A aliança não declarada dos EUA com os países árabes, com a China e com a Índia (estes últimos, dependentes do carvão) foi o maior empecilho para um tratado em condições favoráveis à causa ambiental. A CMC não significou uma mitigação do problema do aquecimento global. A decisão de maior destaque entre seus participantes está no artigo quatro, que estabeleceu para as partes a manutenção dos níveis de emissão de 1990 dos gases ‘efeito estufa’ a partir do ano 2000 para os países desenvolvidos.

Nos termos acordados na Rio-92, os países desenvolvidos, ao congelarem os índices de emissão de gases ‘efeito estufa’ segundo aqueles de 1990, adquiriram o direito de manter seu padrão de consumo. Simultaneamente, restringiram qualquer possibilidade dos países em desenvolvimento de implementarem um aumento de emissão de gases estufa na atmosfera. Neste caso, os EUA (aliando-se aos países exportadores de petróleo) ganharam com ampla vantagem o debate sobre as mudanças climáticas, ignorando os efeitos provocados por estas à segurança ambiental global. (RIBEIRO, 2001, p. 126-7)

Esse fato foi questionado pelas ONGs nas reuniões do Comitê de Negociações Intergovernamental – composto pelos países signatários da CMC e ONGs – que se deram após a CNUMAD. As primeiras conclusões do Comitê foram de que a CMC é inadequada, pois permitiu aos países signatários congelarem seu privilégio de emitir gases estufa. As pressões feitas, principalmente, pelas ONGs pretendiam estabelecer a revisão da CMC, que ocorreu em 1995 (Berlim – Alemanha) já na Primeira Conferência das Partes.

A Agenda XXI

A Agenda XXI pretendia ser um plano de ação para os problemas ambientais de aplicação imediata; foi por meio dela que se decidiu sobre os recursos para a implementação de políticas que garantissem a proteção ambiental e o desenvolvimento. O combate à pobreza e a proteção aos povos tradicionais e as nações indígenas (autóctones) surgem como temas fundamentais no que concerne à proteção ambiental e o desenvolvimento. Os recursos para a implementação da Agenda XXI viriam do 0.7% do PIB dos países desenvolvidos que deviriam repassá-los aos países em desenvolvimento - trata-se da reedição de uma resolução apresentada na Conferência de Estocolmo -, já que normalmente são os países periféricos que ‘transferem’ capital, na forma de remessa de lucros, pagamento de dívidas e de investimentos tecnológicos. Esta proposta não se efetivou, impossibilitando a consecução da agenda XXI, que ficou como um plano de intenções, sem recursos para sua implementação. Para VIOLA & LEIS (1998, p. 139):

“Foi positivo que se tenha elaborado detalhadamente um documento normativo sobre como deveriam ser as relações Norte-Sul nos próximos anos, assim como o caráter realista e moderado da maioria de suas proposições. Mas é negativa a falta de compromissos financeiros concretos por parte da maioria dos países do Norte. (...) cabe destacar a atitude conseqüente de pequenas democracias ricas, como Noruega e Holanda, que desafiaram a maioria do Norte a desprender-se parcialmente do egoísmo nacional e a basear suas posições em considerações mais universais e de longo prazo”.

O Fórum Internacional das ONGs e os Movimentos Sociais no âmbito do Fórum Global (FIBONGS)

A atuação das ONGs na CNUMAD foi um sucesso extraordinário no que concerne a confraternização dos representantes de quase todas as partes do mundo, estabelecendo “um avanço no plano simbólico e de conscientização, com a sustentabilidade ambiental adquirindo um peso extraordinário com princípio de legitimidade do mundo contemporâneo”. (VIOLA & LEIS, 1998 p. 139)

A funções recomendadas pelos seus principais dirigentes era a de procurar persuadir os representantes das delegações a votarem nas propostas encampadas pelas ONGs. Outra demanda solicitada para os cerca de 1600 representantes de ONGs na reunião oficial – parte deles integrando delegações oficiais – era obter informações relevantes para repassá-las ao FIBONGS. O maior problema do Fórum Brasileiro de ONGs “foi o predomínio de uma postura de confronto e desconfiança - particularmente entre as ONGs latino-americanas - com os governos, os quais as ONGs não conseguiram diferenciar entre conservadores e reformistas”. (VIOLA & LEIS, 1998, p. 137)

No Fórum Global – de *status* secundário, realizado no Aterro do Flamengo, a situação era outra. As lideranças ambientalistas, pressentindo que a reunião oficial seria restrita e burocrática, propuseram que a sociedade civil elaborasse tratados que estabelecessem seus compromissos pela busca de um ambiente saudável e de uma sociedade mais justa. O papel fundamental das ONGs foi o de mobilizar a opinião pública internacional e de denunciar a pauta pouco expressiva da reunião dos chefes de Estado (reunidos no Riocentro).

A chamada polaridade Norte/Sul - vivenciada em Estocolmo 72 - não foi reeditada na CNUMAD. Nesse sentido, posições bastante diferenciadas foram tomadas, tanto na representação dos países do Norte quanto entre os representantes do Sul. Ora os países atuavam bilateralmente, ora em blocos. Outros se isolaram, novos alinhamentos surgiram, produzindo arranjos concernentes à temática ambiental. A Comunidade Européia assinou os Protocolos (tratados jurídicos, CB e CMC) já que possuía os mecanismos necessários à gestão ambiental, superando o que estabelecia esses protocolos. O Japão, ora atuou de maneira autônoma, ora aliou-se aos Estados Unidos. (RIBEIRO, 2001, p. 129)

A maior contribuição da CNUMAD/Rio-92, foi o que Maurice Strong chamou do *espírito do Rio*, a percepção – mesmo que passageira – da possibilidade concreta de mudanças, suscitadas pela atuação das ONGs, que acreditando que

o mundo estivesse em suas mãos, redimensionaram e ampliaram a agenda ambiental, tornando-a parte substancial da agenda política.

2.4.3 – A Comissão sobre Mudanças Climáticas e o Protocolo de Kyoto

Partindo do que havia sido acordado na Rio-92, inúmeras reuniões foram agendadas, buscando consolidar as negociações intergovernamentais sobre mudanças climáticas. A primeira Conferência das Partes da Comissão sobre Mudanças Climáticas (CMC) ocorreu em Berlim, em 1994. A segunda, em Genebra em 1996, a terceira em Kyoto em 1997, estabelecendo as diretrizes do Protocolo; a quarta em Buenos Aires e a quinta em Bonn.

A primeira Conferência das Partes da CMC buscou estabelecer sanções mais severas, visando limitar o controle de emissão dos gases de efeito estufa. Apesar da posição consensual da comunidade científica quanto ao aumento da temperatura no planeta, proposições mais assertivas sequer foram debatidas - como, por exemplo, dos países insulares e da Alemanha. Estes propuseram à redução de 20% dos índices de CO₂ até 2005, tendo como base o total emitido em 1990.

Em Berlim aprovou-se que, para o ano de 2000, os mesmo níveis de emissão de CO₂ medidos em 1990, seriam mantidos pelos países desenvolvidos. Um grupo de pesquisa ficou responsável por propor mecanismos de controle efetivo dos gases que contribuem para o aquecimento global. A discussão do relatório final deste grupo ocorreu em Kyoto, no Japão, na 4ª Conferência das Partes da CMC, em 1997.

Diferente do presenciado nas reuniões anteriores, em Kyoto houve algum progresso. Os dados divulgados pelo Painel Intergovernamental de Mudança Climática (IPCC) eram preocupantes. O Canadá e os Estados Unidos aumentaram as emissões de gases estufa cerca de quatro vezes mais que todos os países da América Latina.

Em Kyoto, duas novas proposições foram bem recebidas. Os EUA propuseram transformar a emissão de gases estufa em um negócio - o que viria a ficar conhecido como o mercado de 'venda' de carbono. Se um país desenvolvido não atingisse o que foi estabelecido como meta de redução de emissão de gases estufa, ele poderia 'comprar' de outro país a diferença entre o limite estabelecido e a efetiva redução. Tal princípio já fora acertado no Protocolo de Montreal (que garantiu o controle da emissão de gases que estavam destruindo a Camada de Ozônio). "O argumento é que não importa de onde saem os gases, mas sim a quantidade que chega à atmosfera. Esta proposta, caso implementada, resultaria na 'compra' do direito de poluir e não contribuiria à reflexão do 'estilo de vida' (produção e consumo perdulários) desses países, estilo este responsável pela devastação ambiental". (RIBEIRO, 2001, p. 139) Os Estados Unidos tiveram sua proposta recusada, embora não tenha sido totalmente descartada. O mercado de 'venda' de carbono foi proposto na reunião subsequente e aprovado.

O Brasil propôs estabelecer um índice de poluição *per capita* dos países desenvolvidos como medida para se estabelecer uma taxa sobre os poluidores – transformando os recursos obtidos em fundos para pesquisas ambientais. A proposta brasileira tinha como base evidências científicas: os gases estufa permanecem na atmosfera por cerca de 140 a 150 anos, segundo indicam as pesquisas. As consequências atuais das mudanças climáticas remetem a emissões feitas há anos atrás. Sendo assim, o Brasil propôs que os responsáveis pagassem pelos danos causados (os países que fizeram a Revolução Industrial). O princípio do poluidor pagador deveria gerar um fundo – Fundo (Mecanismo) para o Desenvolvimento Limpo – que financiaria o desenvolvimento de técnicas capazes de reduzir a emissão de gases estufa e de criar maneiras de absorver aqueles que estão na atmosfera.

Foi a primeira vez que o Brasil apresentou uma proposta nas rodadas ambientais, sendo apoiado de imediato pela Colômbia e Alemanha. Ela acabou sendo aceita pelas Partes, embora ainda não tenhamos uma definição sobre o

Fundo para o Desenvolvimento Limpo, que ficou para ser acordado nas próximas reuniões das Partes. Outra proposta – do Professor Aziz Nacib Ab'sáber - USP/Brasil - foi o de se introduzir o reflorestamento em larga escala (árvores absorvem o CO₂). Tal programa chamado Projeto Florestas para o Meio Ambiente (FLORAM) foi reconhecido internacionalmente, recebendo premiações de organismos da ONU. (RIBEIRO: 2001, p.139)

O Protocolo de Kyoto estabeleceu um tratamento diferenciado para as partes na definição das metas de redução da emissão dos gases estufa, conforme o artigo três:

“As partes incluídas no Anexo I - 39 países industrializados, 35 aderiram ao Protocolo (...) devem reduzir sua emissão de gases em 5% sobre o que emitiam em 1990 no período de 2008 a 2012. As Partes do Anexo I totalizam 39 países desenvolvidos, incluindo a Comunidade Européia. O índice de redução de 5,2% é uma média do total a ser reduzido: países como o Japão, por exemplo, tiveram como meta 6% de redução. Para a Comunidade Européia uma diminuição de 8% (média geral) e para os Estados Unidos coube diminuir suas emissões em 7%”. (RIBEIRO: 2001, p. 140)

A maior dificuldade para a implementação do Protocolo de Kyoto é de ordem econômica. Os principais poluidores, como os EUA e o Japão, teriam que limitar ou transformar (recorrendo a outros tipos de energia) sua produção econômica para cumprirem as metas acordadas em Kyoto. Os Estados Unidos continuaram decididos a não ratificarem o Protocolo enquanto os países periféricos não tiverem de reduzir sua emissão de gases estufa (estes terão de fazê-lo a partir de 2013), e insistiram na proposta de compra e venda de cotas de gases estufa entre as Partes. (O mercado de ‘venda’ de carbono)

A Entrada em vigor do Protocolo de Kyoto -16 de fevereiro de 2005

Pesquisadores, ambientalistas e representantes de governos estão de acordo que Kyoto é mais um sucesso diplomático do que ambiental. O acordo, que pretende reduzir a níveis mais razoáveis a emissão de gases causadores do

efeito estufa, é um avanço do multilateralismo orquestrado pela ONU. Entretanto, não conseguiu convencer o maior poluidor do planeta, os Estados Unidos. Ironicamente, a concertação diplomática deve muito à não adesão dos EUA ao Protocolo (abandonou as negociações em 2001).

A Constatação é feita pelo economista Henry Jacoby, do Programa Mudanças Globais do MIT (*Massachusetts Institute of Technology*), nos EUA. “Alguns países terão dificuldades, mas, no geral, o acordo deverá ser cumprido, porque a Rússia, por conta de seu colapso econômico, reduziu suas emissões e terá muitos créditos para vender às nações que não conseguirem atingir suas metas”, diz. “Agora se os EUA estivessem no Protocolo, haveria essa enorme demanda por créditos e não seria possível atender a todos”. (Folha de São Paulo, 16/02/2205).

Uma outra questão bastante delicada é a que diz respeito ao não cumprimento das metas. até 2012. A única sanção pré-estabelecida aos países do Anexo I (aqueles 35 países, que ratificaram o Protocolo e, portanto, têm metas a cumprir), é o cumprimento a *posteriori* do excedente que porventura deixar de ser reduzido no prazo estipulado (2008-2012), estuda-se ainda a possibilidade de dobrar-se o compromisso no segundo período (que ainda está por ser negociado).

O sucesso do Protocolo depende da adesão dos EUA e dos ‘gigantes’ periféricos (Brasil, China, Índia, México), sem estes dificilmente se seguirá adiante. Brasil e Índia já se declararam contrários a metas de redução que limitem seu desenvolvimento. Os Estados Unidos retirou-se das discussões em 2001, reafirmando uma posição unilateral. Em 2003, o presidente da Rússia, Vladimir Putin também afirmou que não ratificaria o Protocolo. Um ano mais tarde, com as pressões da União Européia, ameaçando suspender as negociações e os acordos econômicos estabelecidos com esse país, obrigou Putin a rever sua decisão e determinar ao seu gabinete e à Duma (Câmara Baixa do Parlamento russo) que ratificassem o Protocolo.

Para José Goldemberg, secretário do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, “Em mais alguns anos, as evidências de que o aquecimento é real serão tão fortes, veremos tantas catástrofes, que os países entrarão em pânico”. (Folha de São Paulo, 16/05/2005) Observamos que o acordado no Protocolo é apenas a primeira proposta de redução de muitas que deverão vir, pois este primeiro período de compromisso estabeleceu metas muito aquém daquelas necessárias para o planeta permanecer habitável.

O Protocolo de Kyoto passou a vigorar a partir do dia 16 de fevereiro de 2005, estabelecendo um acordo no qual 141 Estados participantes (signatários) se comprometem a diminuir a emissão de gases poluentes no período de 2008 – 2012, (5,2% em média para os países industrializados), o esforço mais concentrado recai sobre quem polui mais, ou os 35 países mais industrializados do mundo (o chamado Anexo I, composto no total por 39 países). O objetivo inicial é, até 2012, diminuir os índices a um nível 5,2% (média geral) abaixo daquele verificado em 1990.

Segundo Robert Watson (Revista VEJA, maio de 2005), cientista-chefe do Banco Mundial e PhD. em Química Ambiental pela Universidade de Londres - coordenador geral do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas -, os países industrializados são responsáveis por 80% das emissões de gases estufa - principalmente dióxido de carbono, metano e aerossóis, emitidos por chaminés de fábricas, descargas de automóveis, turbinas de aviões, etc. Mesmo que a Terra pareça ‘estar aberta’, muito pouco escapa de sua atração gravitacional, inclusive as moléculas dos gases atmosféricos -; somente os Estados Unidos é responsável por 36% das emissões do Anexo I e 25% ($\frac{1}{4}$), do total de emissões no planeta, sendo que este país têm apenas 5% da população mundial. Juntos, os 141 países signatários emitem 62% do CO₂ que se produz no planeta. Com a adesão dos Estados Unidos, a conta subiria para 87% (meta estabelecida para os EUA: 7% a menos na emissão de gases estufa até 2012).

O Tratado de Kyoto não exige o mesmo de todas as nações participantes. Apenas os países desenvolvidos estão obrigados a atingir o corte de 5,2% das emissões de CO₂. Os países em desenvolvimento, como o Brasil e a Índia, devem diminuir as emissões quando for possível, mas não se pede que cumpram cotas estabelecidas, ao menos até 2013.

Ao recusarem um compromisso global, Estados Unidos, Austrália e China privilegiaram os interesses nacionais, alegando que a ratificação do Protocolo prejudicaria suas economias e que países como o Brasil e Índia foram favorecidos pelo acordo. Essa argumentação é ardilosa pois a China, que tem 1,3 bilhão de habitantes produz 1/8 das emissões per capita da produzida pelos Estados Unidos. E as emissões per capita dos americanos são 20 vezes maiores que a dos indianos. Posição contrária tem a Inglaterra, que se comprometeu a cortar as suas emissões em 12,5% até 2012 (recentemente os britânicos descobriram mais petróleo e gás no Mar do Norte e puderam substituir o carvão por esses dois combustíveis, que são mais limpos); também o Japão, que deve cortar as suas emissões em 6%. Na União Européia, a maior defensora do Protocolo, os países estão estabelecendo cotas ainda maiores do que as definidas no acordo. A Alemanha espera reduzir suas emissões em 21% até 2012. Apesar de todos os esforços, os efeitos positivos sobre o clima calculam os cientistas, serão observados somente daqui a 10 ou 50 anos.

O mercado de 'venda' de Carbono

O Protocolo de Kyoto prevê a possibilidade de empresas de países industrializados compensarem a poluição que produzem financiando projetos ambientais nos países em desenvolvimento. Para cada seis dólares investidos em projetos de desenvolvimento limpo – reflorestamento, tratamento do lixo, produção de energia alternativa -, é permitido à empresa produzir uma tonelada a mais de CO₂.

Em troca do investimento num projeto 'limpo' a empresa recebe créditos que permitem aumentar suas emissões de dióxido de carbono sem contribuir para que seu país ultrapasse o limite estabelecido por Kyoto. Só podem ser negociados projetos que tenham o aval da ONU. O preço de mercado é de seis dólares por tonelada de dióxido de carbono. Na Europa, as empresas também podem negociar créditos de carbono entre si.

Na prática, muitas indústrias, sobretudo na Europa, já trabalham na redução de suas emissões de dióxido de carbono, não apenas visando atender ao Protocolo de Kyoto, mas também – e principalmente – porque essas medidas muitas vezes proporcionam uma considerável economia nos custos de produção.

Mesmo com os Estados Unidos fora do Protocolo, muitas empresas americanas, conscientes do perigo que representa o aquecimento global, já adotam medidas para reduzir suas emissões de CO₂ ou a de seus produtos. A *General Motors* tem investido milhões de dólares no desenvolvimento de veículos movidos a hidrogênio. A GE já conta com uma divisão de energia eólica. O governo do estado de Massachusetts, desafiando a posição oficial da Casa Branca, anunciou um plano de diminuir suas emissões em 10% até 2020.

CAPÍTULO TRÊS

A EMERGÊNCIA DO TERCEIRO SETOR E O PAPEL DAS ONGs

“Não é suficiente inventar novas máquinas, novas regulamentações, novas instituições. É necessário mudar e melhorar nossa compreensão acerca da verdadeira finalidade de nossa existência e o porquê de estarmos neste mundo. Somente com essa nova compreensão é que poderemos desenvolver novos modelos de comportamento, novas escalas de valores e metas e, conseqüentemente, investir nas regulamentações globais, tratados e instituições com um novo espírito e significado”.

Václav Havel (in: Além da globalização, Hazel Henderson)

3.1 – O terceiro setor: origens e estruturação

Os grupos sociais que organizam, mobilizam e pressionam as instituições governamentais no mundo contemporâneo, caracterizam-se por priorizar a autonomia de suas organizações, fazendo críticas tanto ao Estado quanto aos setores de bens e serviços, estabelecendo, quando possível, relações tangenciais ou de parceria com as instâncias governamentais e o mercado. Cabe lembrar, ainda, que estas organizações não almejam tornarem-se governo ou dele fazer parte, elas se estruturam e atuam a margem e/ou em parceria com os governos e órgãos oficiais, buscando estabelecer acordos que visem uma ação pontual, que, necessariamente tem começo, meio e fim.

Os setores da sociedade civil mais organizados recorrem aos canais não institucionais de participação política²⁷ fundando e fazendo funcionar as organizações não-governamentais, agindo como instrumentos de pressão junto às instâncias deliberativas governamentais.

O pleno exercício da cidadania pressupõe a atuação na esfera pública. A obtenção e manutenção de direitos, o cumprimento dos deveres sociais e, a mobilização em busca de novos direitos, mesmo que em condições adversas. De acordo com SCHERER-WARREN (2002, p. 41):

“Uma das formas de participação dos sujeitos na esfera pública é pelas formas de associativismo civil e de movimentos sociais, (...) na sociedade contemporânea há Novos Movimentos Sociais (NMS), como os ecológicos e pela qualidade de vida, pelo reconhecimento da diversidade étnica e de gênero, enfim, uma multiplicidade de novos sujeitos com especificidades diversas, que vêm se fortalecendo por meio de inovadoras formas de participação na esfera pública”.

O terceiro setor, e parte dele, representado pelas ONGs busca atender, as múltiplas demandas dos grupos sociais organizados. Dessa forma, os novos movimentos sociais estão reconfigurando as práticas e ações na esfera pública,

²⁷Participação é uma palavra latina cuja origem remonta ao século XV. Vem de *participatio*, *participacionis*, *participatum*; significa ‘tomar parte em’, compartilhar, associar-se pelo sentimento ou pensamento. Entendida de forma concisa, trata-se da ação de indivíduos e grupos com o objetivo de influenciar o processo político. (...) Considerando as dificuldades de sistematizar todo seu repertório nas democracias contemporâneas, tanto suas formas convencionais como não-convencionais, no espaço institucionalizado como não-institucionalizado, apresentamos em linhas gerais os três grandes canais de participação política:

O canal eleitoral, que abrange todo tipo de participação eleitoral e partidária, conforme as regras constitucionais e do sistema eleitoral adotado em cada país. Compreende as atividades nos partidos políticos, que são instituições especializadas de ligação entre a sociedade e o Estado;

Os canais corporativos, que são instâncias intermediárias de organização de categorias e associações de classe para defender seus interesses no âmbito fechado dos governos e do sistema estatal. As vias para a participação corporativa são as organizações profissionais, as federações, os lobbies profissionais e empresariais, com trânsito junto à burocracia governamental, às instâncias do Judiciário, dos legislativos. É também chamada de participação seletiva, podendo agravar a desigualdade existente no âmbito da representação política;

O canal organizacional, que consiste em formas não-institucionalizadas de organização coletiva como os movimentos sociais, as subculturas políticas, etc. A participação pelo canal organizacional abrange as atividades que se dão no espaço não institucionalizado da política. Um exemplo é o dos movimentos sociais, que se articulam para os objetivos de médio e longo prazo, com períodos de maior envolvimento e visibilidade, dependendo da agenda da organização. O movimento das mulheres, dos negros, dos trabalhadores, dos gays, dos ambientalistas, etc. Cada um desses grupos, constituídos à base de uma situação de *déficit de reconhecimento*, consolidou redes de solidariedade para projetar uma sociedade que o incorpore e que lhe ofereça oportunidades iguais de poder. (AVELAR, Lúcia. *Participação Política*. In:

estabelecendo novas convivências societárias, reconhecendo as múltiplas configurações dos grupos sociais, que apesar da contradição intrínseca de classes, inerente à ordem liberal-capitalista, não impossibilita esse novo arranjo social. Aos numerosos grupos de interesses e estratos de classe que se organizam a partir da modernidade, GIDDENS (1998, p. 83) recorrendo à teoria weberiana, assinala que o modo de produção capitalista não suscitou a luta de classes aberta e irresistível entre capital e trabalho:

“Suas próprias referências à estratificação na sociedade moderna mostram que [Weber] reconhecia a existência de múltiplas divisões de interesse e de *status* que tendiam a obscurecer as divisões marxistas de classe. Assim, afirma que, por exemplo, a classe trabalhadora manual, longe de ter se tornado um grupo homogêneo não qualificado, era atravessada por diferenças de nível de qualificação que criavam divisões de interesse de classe dentro da classe trabalhadora como um todo”.

Podemos considerar que os novos movimentos sociais são decorrentes, dentre outros fatores, de uma sociedade que se articula e organiza para além das classes e, sempre que possível, em oposição e em denúncia intermitente contra as corporações e monopólios das forças de mercado.

3.1.2 - Porque falar do Terceiro Setor?

Consideramos necessário conceituar e explicar a organização do Terceiro Setor porque o objeto de investigação desse trabalho, as organizações não-governamentais (as ONGs), são parte constitutiva deste e, muitas vezes, percebidas como sinônimo e confundidas com ele.

O Terceiro Setor como um conceito explicativo de uma forma de organização dos diversos segmentos sociais, passa a ser empregado nos anos 70 e se difunde nos anos 80 e 90 caracterizando àquelas organizações que podem ser definidas pelo dinamismo, eficiência e flexibilidade das organizações privadas,

AVELAR, Lúcia & CINTRA, Antônio Octávio. *Sistema político brasileiro: uma introdução*. Rio de Janeiro, Fundação Konrad Adenauer; São Paulo, Fundação UNESP, 2004. p.225-6)

atuando em áreas, tradicionalmente, de responsabilidade do Estado. Nos Estados Unidos, as organizações de cidadãos são definidas pela expressão ‘sem fins lucrativos’ (*not-for-profit*). As ONGs são também conhecidas como ‘organizações da sociedade civil’ (remete à tradição europeia) ou ‘organizações do terceiro setor’ (remete à tradição americana). Exemplo da força deste setor: em 1991, os norte-americanos doaram cerca de 70 bilhões de dólares às organizações sem fins lucrativos. No mesmo ano, 94,2 milhões de adultos – ou seja 52% do total da população acima de 18 anos, dedicaram uma média semanal de 4.4 horas de trabalho voluntário para causas sociais e comunitárias. No Japão mais de 75% de todos os estudantes universitários freqüentam instituições sem fins lucrativos. (DARCY DE OLIVEIRA, 1999, p. 19,20)

As organizações que não visam a obtenção de lucros e se dedicam a causas humanitárias ou caritativas não são recentes, atuando na maioria das nações modernas desde seus primórdios. De acordo com FALCONER (1999, p. 30):

“O que é novidade é a percepção dessas diversas organizações como pertencentes a um único setor, que se diferencia do Estado e do Mercado. Ou seja, em sua diversidade, o Terceiro Setor reúne as organizações privadas que exercem atividades de caráter público. Nesse conjunto encontram-se fundações, associações e outras organizações que se enquadram nessa caracterização”.

A concepção de um reordenamento social baseado na emergência de um novo segmento social, denominado Terceiro Setor, atraiu atenções, tornando-se objeto de investigação de áreas como administração, economia e as ciências sociais. Sua relevância em termos econômicos²⁸ e o destaque que vêm

²⁸ O estudo mais recente sobre o universo associativo brasileiro, do qual as ONGs fazem parte, foi lançado em dezembro de 2004, pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em parceria com a Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (ABONG) e o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE). O estudo revela que, em 2002, havia 276 mil fundações e associações sem fins lucrativos (Fasfil) no país, empregando um milhão e meio de pessoas. Contudo, os dados da pesquisa apontam para uma imensa pluralidade e heterogeneidade dessas organizações sem fins lucrativos: igrejas, hospitais, escolas, universidades, associações patronais e profissionais, entidades de cultura e recreação, meio ambiente, de desenvolvimento e defesa de direitos, etc. De modo geral, o conjunto das associações e fundações brasileiras é formado por milhares de organizações muito pequenas e por uma minoria que concentra a maior parte dos empregados das organizações. Cerca de 77% delas não têm um empregado e, por outro lado cerca de duas mil e quinhentas entidades (menos de 1%) absorvem quase um milhão de trabalhadores. Essa minoria é composta por grandes hospitais e

adquirindo as organizações que o compõe, confere *status* à esse novo segmento de articulação social que vêm sendo moldado nas últimas três décadas. Uma definição estabelecida a partir da experiência prática do Terceiro Setor assinala que este é composto de “organizações sem fins-lucrativos criadas e mantidas pela ênfase na participação voluntária, num âmbito não-governamental, dando continuidade às práticas tradicionais da caridade, da filantropia e do mecenato e expandindo o seu sentido para outros domínios, graças, sobretudo, à incorporação do conceito de cidadania e de suas múltiplas manifestações na sociedade civil”. (FERNANDES *In* IOSCHPE, 2000, p. 27)

Na definição estabelecida por FALCONER (1999. p. 21), o Terceiro Setor é determinado por sua dinâmica, aonde:

“As organizações sem fins lucrativos seriam capazes de aliar o caráter público e democrático do Estado às vantagens em termos de eficiência e eficácia do Mercado, constituindo-se em um setor com um papel decisivo em sociedades liberais e democráticas. Caberia ao terceiro setor conter a tendência do Estado à inoperância e minimizar as desigualdades inerentes ao Mercado, provendo com *a qualidade e efetividade* do setor privado”.

As organizações do terceiro setor ofertam serviços públicos, são privadas - não pertencem a nenhuma esfera do Estado, quer sejam os órgãos públicos ou as agências governamentais - e não têm fins lucrativos - não são o segmento denominado Segundo Setor, que é aquele da produção de bens e serviços, que se orienta pela racionalidade da acumulação e da lucratividade.

Nesse sentido, podemos definir o terceiro setor identificando às áreas de atuação – dentro do marco legal e institucional – das organizações que o compõem. Os limites e critérios que definem o Terceiro Setor são menos de ordem retórica e estão baseados em programas e plataformas de natureza prática. Assim, o Terceiro Setor pode ser definido como àquele que:

universidades, entidades filantrópicas (portadoras do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, que possibilita a isenção da cota patronal, devida em razão da contratação de funcionários e prestadores de serviços). (Disponível no site: www.abong.org.br).

“Faz contraponto às ações do governo – destaca a idéia de que os bens e serviços públicos resultam não apenas da atuação do Estado, mas também de uma formidável multiplicação de iniciativas particulares. (...) Faz contraponto às ações do mercado. Abre o campo dos interesses coletivos para a iniciativa individual. Ou melhor, empresta-lhe uma nova forma e uma nova visibilidade, uma vez que os indivíduos sempre foram chamados, em alguma medida, a contribuir para o bem comum. (...) a diferença é que a participação individual cumpria-se pela mediação de megainstituições (a Igreja e o Estado), às quais era dado instituir os sentidos e os instrumentos dos interesses coletivos”. (FERNANDES, *In* IOSCHPE. 2000. p: 29).

Esse redimensionamento da participação da sociedade civil, trás ‘novas’ organizações com novas demandas – nesta pesquisa, o ambientalismo – e/ou demandas não atendidas satisfatoriamente. Essas organizações em absoluto substituem o Estado, mas existem e operam no sentido de dar expressão e manifestação concreta aos novos rearranjos dos grupos sociais e atuam – em parceria ou como grupo de pressão (lobby) - junto à esfera pública.

Outro aspecto importante na definição das organizações que compõem o Terceiro Setor é seu caráter de prestador de serviços e bens públicos; embora estruturado a partir de iniciativas privadas, que não têm como finalidade primordial, o lucro – organizações constitutivas do Terceiro Setor - estando, simultaneamente, fora do Estado e fora do Mercado, muito embora a dinâmica de sua constituição e consolidação remeta à eles. Assim, as organizações que constituem a sociedade poderiam ser classificadas em três setores delimitados por suas características, porém interdependentes, estes seriam: o Estado, o Mercado e o Terceiro Setor. De acordo com FERNANDES (1994. p: 21-22):

“O conceito [de Terceiro Setor] é amplo com certeza e passível de múltiplas qualificações em sua determinação positiva. Os três setores interpenetram-se e condicionam-se de tal maneira que a definição exata dos limites é motivo de controvérsias e variações no tempo de no espaço (...) Quaisquer que sejam as variantes, no entanto, há um elemento comum que deve ser fixado: o conceito implica uma *expansão* da idéia corrente sobre a esfera ‘pública’. (...) Entende que a ‘vida pública’ não é feita apenas de atos do governo, mas também da atividade cidadã”.

Na controvérsia provocada pelo exercício de conceituar-se o Terceiro Setor, observamos que apesar do papel preponderante das organizações, no que concerne aos espaços de sociabilidade nas sociedades complexas, o Terceiro Setor não deve ser confundido com a Sociedade Civil, e sim, como ressalta o FALCONER (1999, p. 36) como uma parte dela, enfatizando que o modelo tri-setorial deve ser apreendido - despojado de suas implicações políticas e valorativas – “como uma *tipologia de organizações* que as classifica em três grupos ‘puros’ – *empresas comerciais* com finalidade de lucro, *entidades governamentais* e *organizações privadas sem fins lucrativos*”.

No rastro levantado pela polêmica que cerca a idéia de um Terceiro Setor, já que a existência de um setor sem fins lucrativos pressupõe a existência de um setor com fins lucrativos, o segundo (no modelo brasileiro) que é o mercado, FERNANDES observa que:

“não houvesse a autonomia de mercado, não haveria a autonomia das organizações sem fins lucrativos. (...) A dinâmica expansiva das organizações sem fins lucrativos é complementar a dinâmica do mercado. Marca suas insuficiências, pressiona suas limitações, denuncia seus abusos, assimila suas inovações direcionando-as para áreas excluídas ou ignoradas pelo mercado”. (FERNANDES, *In IOSCHPE*. 2000. p: 32).

A definição atualmente mais utilizada e aceita como referência, inclusive por organizações multilaterais e governos, é a denominada *estrutural/ocupacional*. Nesta definição o Terceiro Setor é composto por organizações que contém cinco atributos. São entidades: formais, privadas, não-distribuidoras de lucros, autônomas e voluntárias²⁹.

Outra característica fundamental na definição do Terceiro Setor é o trabalho voluntário que adquire outra perspectiva nessas ‘novas’ organizações, deixa de ser percebido como um dever para caracterizar-se como oportunidade de estágio ou aprendizado profissional, contribuindo para um ‘efeito multiplicador’ de

²⁹ FALCONER recorre a definição estabelecida por Lesler SALAMON & Helmut ANHEIER, “*In Search of the Non-profit Sector I: The Question of Definitions*”. *Voluntas*, vol. 3, n.2, 1992. Para uma visão completa de cada um dos atributos ver: FALCONER, Andrés Pablo. *A Promessa do Terceiro Setor: um estudo sobre a construção do papel das organizações sem fins lucrativos e do seu campo de gestão*. Dissertação de Mestrado apresentada no Departamento de Administração – FEA/USP, 1999. p. 43-44.

valores como cidadania participativa, solidariedade e desenvolvimento responsável.

Conforme aponta Coelho, "o voluntário é qualquer pessoa que, movida por interesses pessoais ou espírito cívico, dedique parte do seu tempo, sem remuneração alguma, a atividades de bem-estar social ou outros campos de atuação". (COELHO, 2000, p. 69).

O Terceiro Setor também pode ser definido pela identificação das organizações que o compõe. Muito embora o Marco Legal ³⁰ limite o conjunto de organizações, cuja estrutura possibilita o acesso aos benefícios fiscais estabelecidos na legislação que regulamenta as organizações sem fins lucrativos.

No Brasil a legislação estabelece dois critérios fundamentais: as organizações sem fins lucrativos e as organizações filantrópicas, que possuem por isso, certificados de utilidade pública. O termo organizações sem fins lucrativos remete a todas as organizações que não têm por finalidade a obtenção de lucros com sua atividade, e inscreve, portanto, partidos políticos, igrejas e outras instituições que não necessariamente prestam serviços de caráter público.

A legislação mais recente que regulamenta as organizações do Terceiro Setor é a Lei nº 9.790 de 23/03/99, por intermédio do Decreto nº 3.100, regulamentado no dia 30 de junho de 1999, pelo Presidente da República. A lei que instituiu a figura jurídica da Organização da Sociedade Civil de Interesse

³⁰ Esta Lei (nº 9.790) estabelece que: podem qualificar-se como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) as pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, desde que os respectivos objetivos sociais e normas estatutárias atendam aos requisitos instituídos por esta Lei. Para receber essa qualificação, seus objetivos devem atender pelo menos uma das seguintes prerrogativas: promoção da assistência social; promoção da cultura; promoção gratuita da educação, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata a Lei; promoção gratuita da saúde, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata a Lei; promoção da segurança alimentar e nutricional; defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável; promoção do voluntariado; promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza; experimentação, não lucrativa, de novos modelos sócio-produtivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito; promoção de direitos estabelecidos, construção de novos direitos e assessoria jurídica gratuita de interesse suplementar; promoção ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais; estudos e pesquisas, desenvolvimento

Público, as OSCIPs, restringe pelo Marco Legal a 'abrangência' anterior do termo sem fins lucrativos. Esta lei trás ainda mecanismos que dinamizam a operacionalização das organizações, instituindo e disciplinando o Termo de Parceria³¹, agilizando as parcerias e convênios. Conforme aponta TACHIZAWA, (2002. p. 39) "a nova lei abre às entidades do Terceiro Setor um caminho institucional mais moderno, (...) O Estado reconhece publicamente a existência de uma esfera que é pública, não por sua origem, mas por sua finalidade: é pública, embora não estatal". A lei fortaleceu a atuação das ONGs, regulamentado sua atuação, possibilitando a essas o acesso a benefícios, subsídios e financiamentos, estabelecendo parcerias com o Estado e o Mercado.

Já as organizações filantrópicas, definidas pela prestação de serviços de caráter público, são obrigadas a ter pelo menos vinte por cento dos serviços prestados de forma gratuita, cumprindo os critérios estabelecidos em lei, podem requerer o título de utilidade pública federal junto às instâncias governamentais responsáveis pela concessão, que lhe possibilitará benefícios fiscais e de acesso aos recursos e convênios com o setor público.

O crescimento do Terceiro Setor está baseado, principalmente, na intensidade com que ONGs, associações civis e fundações vêm se multiplicando. Segundo a RAIS – Relação Anual de Informação do Ministério do Trabalho de 1991, existiam mais de duzentas mil organizações sem fins lucrativos no Brasil, empregando mais de um milhão de pessoas. "Analisando dados da Receita Federal do mesmo ano, Landim (1993) constatou que a maior parte delas (77%) é composta de 'associações' (cerca de 170 mil). Dentre as associações, por sua vez, os maiores números distribuem-se entre beneficentes e assistenciais (29%),

de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos que sejam concernentes às atividades mencionadas neste artigo. (disponível no site: www.rits.org.br).

³¹ A nova lei cria um novo instrumento jurídico: o Termo de Parceria. Para ter acesso a ele, a entidade precisa ser qualificada como OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público). A escolha dos parceiros é feita por meio de concursos de projetos. Os objetivos e metas são negociados entre as partes, e o controle é feito por resultados. Os Conselhos de Políticas serão consultados para elaborar os Termos de Parceria e fiscalizarão os resultados. Os dirigentes das OSCIPs podem ser remunerados; e, no caso do uso indevido de recursos estatais, as entidades e seus dirigentes serão severamente punidos. (TACHIZAWA, Takeshy. *Organizações não governamentais e Terceiro Setor: criação de ONGs e estratégias de atuação*. São Paulo, Atlas, 2002. p. 40)

recreativas e esportivas (23%) e culturais, científicas e educacionais (19%)". (FERNANDES, *In* IOSCHPE, 2000, P.27-8)

Dentre essas entidades, é possível identificar dois grandes grupos: as organizações mais tradicionais de perfil assistencial e outras mais recentes, vinculadas a movimentos reivindicatórios, promoção de cidadania e desenvolvimento social – ambientalistas, direitos de minorias, pelo consumo responsável. Esse crescimento pode ser associado a um aspecto específico do Terceiro Setor: o sentido de ‘missão’ de que estão imbuídos suas organizações e seus membros.

Para FERNANDES (1994. p: 128), os valores subjacentes ao Terceiro Setor possibilitam estabelecer uma tipologia mais ampla de instituições – formais e informais – que fazem parte desse setor (definido como um ‘conjunto de iniciativas particulares com um sentido público’). Os quatro segmentos possíveis de serem identificados seriam: “as formas tradicionais de ajuda mútua - particularmente aquelas derivadas de movimentos religiosos e tradicionais; movimentos sociais e associações civis, ONGs e filantropia empresarial”.

Apesar da diversidade, essas organizações apresentam características comuns, que podem ser identificadas como organizações de caráter público, sem fins lucrativos, onde os beneficiados não são apenas os associados, mantenedores ou contribuintes; expressam a consolidação de valores, como solidariedade e desenvolvimento social e, atuam em consonância com o sentido de missão (compromisso com uma causa); não estão vinculadas a partidos políticos; suas ações são extensivas para todos, mesmo em se tratando de organizações religiosas ou que tenha algum outro vínculo; agregam um grande contingente de voluntários e possuem uma estrutura organizacional e administrativa ágil e enxuta.

3.2– ONGs: origens e estruturação

A expressão 'organização não –governamental' (ONG) foi criada pela ONU no ano de 1945, para designar todas aquelas entidades estabelecidas fora da esfera governamental, ou ainda, entidades não estatais. Num primeiro momento, o termo foi adotado pelas agências internacionais de financiamento, as ONGs dos países desenvolvidos, que financiavam projetos e fomentavam políticas de planejamento e desenvolvimento nos países em desenvolvimento. Elas eram denominadas de ONGDs (Organizações Não-Governamentais de Desenvolvimento). Essas entidades ficaram conhecidas, nos países em que atuavam, como 'Centros Populares', desenvolvendo projetos, principalmente, nas áreas de educação, promoção de atendimento jurídico, pesquisa e outras atividades de bases comunitárias. (SCHERER-WARREN, 1994, p.8)

Inúmeros estudos se dedicaram a estabelecer as origens das ONGs, delimitar seus campos de atuação, circunscrever suas prerrogativas e definir precisamente seu significados³². Das múltiplas e não poucas vezes controversas definições optamos por destacar a de SCHERER-WARREN (1998, p. 165) que as define como:

“Organizações formais, privadas, porém com fins públicos, sem fins lucrativos, autogovernadas e com participação de parte de seus membros como voluntários, objetivando realizar mediações de caráter educacional, político, assessoria técnica, prestação de serviços e apoio material e logístico para populações-alvo específicas, ou para segmentos da sociedade civil, tendo em vista expandir o poder de participação desta como o objetivo último de desencadear transformações sociais ao nível micro (do cotidiano e/ou local) ou ao nível macro (sistêmico e/ou global)”.

As ONGs são entidades caracterizadas pela diversidade, podendo ser circunscritas em múltiplas definições e classificações. De acordo com TAVARES (1999, p. 28-9):

“Podem ser agrupadas segundo as funções que desempenham, finalidades, alcance geográfico, especialização temática, composição, caráter e filiação, entre outros aspectos. Podem

ter poucos ou milhões de membros em um ou mais países ou ser simplesmente organizações formadas por outras organizações. Os recursos de que dispõem podem originar-se das contribuições de seus membros ou de outras ONGs, doações privadas, fontes governamentais ou intergovernamentais, empresas ou, mesmo, da venda de produtos. Seus dirigentes podem prestar serviços em bases voluntárias ou remuneradas.”

Diferentes áreas do conhecimento buscam por meio de um número significativo de estudos, estabelecer e esclarecer as suas múltiplas dimensões. No universo dessas pesquisas, aferimos que há duas principais abordagens sobre o fenômeno: parte delas associa a organização das ONGs a uma reconfiguração na forma de participação política da sociedade civil, uma outra abordagem define as ONGs, segundo as atividades por essas desenvolvidas, estabelecendo que elas fazem parte do chamado ‘terceiro setor’, o que pressupõe a partir dessa perspectiva, que há um primeiro (Estado) e um segundo (Mercado) setores. Nessa segunda abordagem, está determinado os limites da atuação das ONGs, que teriam sua atuação e prática, em consonância com os demais setores sociais. O que está implícito nessa leitura é uma aceitação das forças de mercado e do modelo político liberal-democrático.

Apesar das divergências analíticas, há uma unanimidade no que diz respeito às novas resoluções para as práticas da ação coletiva; a participação política opera baseada em uma lógica setorial, de interesses específicos e é visivelmente pró-ativa. As pesquisas identificam um aumento significativo de entidades civis atuando em questões de gênero, defesa de minorias, direitos humanos, educação, saúde, desenvolvimento sustentável, defesa do meio ambiente, etc.

As legislações recentes – em vigor ou ainda em fase de elaboração – tanto as que buscam limitar as ações das ONGs, quanto as que tratam de otimizar e facilitar suas práticas, são prova cabal do significado que estas adquiriram na sociedade contemporânea. De acordo com DARCY DE OLIVEIRA, (1999. p. 52)

³² Para uma consulta mais aprofundada, ver os trabalhos pioneiros de LANDIM (1993); FERNANDES (1994,2000); COELHO (2000); SCHERER-WARREN (1994, 1998).

“Antecipando-se ao colapso das ideologias e grandes sistemas explicativos, as ONGs valorizam as experiências concretas e dinâmicas locais, sem a pretensão de integrar e hierarquizar tudo numa visão totalizante e sistêmica”.

As ONGs se caracterizam pelo sentido público de sua atuação e pela não obtenção de lucros como objetivo das organizações. A especificidade de sua atuação pode ser ainda delimitada por outras características: estrutura organizacional (quadro administrativo, rotinas, gerenciamento etc), dinamismo e profissionalização de sua atuação e um significativo esforço voluntário.

A área de atuação das ONGs, apesar de sua irreduzível diversidade, divide-se em duas grandes categorias: a de prestação de serviços e a conscientização, as quais, por vezes, se combinam. De acordo com TAVARES (1999, p. 26-7)

“A prestação de serviços – que substitui à ação do Estado ou a complementa -, reúne o maior número de organizações e oferece melhores condições à obtenção de recursos, a serem aplicados em áreas como desenvolvimento e, sobretudo, assistência humanitária. (...) As atividades de conscientização estão, por sua vez, intimamente relacionadas com a percepção que as ONGs têm de si mesmas. Tais atividades apóiam-se em campanhas junto à sociedade e manifestam-se na pressão sobre Governos e organizações intergovernamentais, em relação aos quais as ONGs procuram se posicionar como elementos de informação e de monitoramento, com o objetivo de fazê-los agir diante de certas situações”.

As ONGs podem também ser caracterizadas como grupos de pressão (*lobbies*) que, preservando um relativo grau de independência em relação ao governo, procuram influenciar as decisões políticas através de mecanismos bem articulados de pressão. Estes envolvem a mobilização da opinião pública recorrendo, por exemplo, as manifestações e *happenings*, atraindo a mídia para sua causa, fiscalizando o governo e denunciando irregularidades.

A estratégia das ONGs não está em buscar atendimento e soluções para suas ações no Estado e, sim na ação direta, onde o Estado, quando atua, aparece como parceiro, geralmente financiando um projeto previamente apresentado,

respeitando, todavia, a autonomia e legitimidade desses novos atores sociais. Essa fluidez é fundamental para delimitar as ações de iniciativas privadas com sentido público, porque implicam em delimitar seus campos de atuação, refletindo a diversidade das sociedades contemporâneas. Segundo a análise de DARCY DE OLIVEIRA (1999, p. 52):

“Ao promover a mobilização de recursos, competências e poderes nos níveis inferiores da estrutura política e social, as ONGs também antecipam a noção que, em sociedades complexas, democracia, cidadania e processos de mudança social se estruturam a partir de uma multiplicidade de espaços, temas, práticas sociais e não só em função do poder de Estado ou da oposição entre capital e trabalho”.

As formas de atuação das ONGs também refletem sua diversidade. Há aquelas que agem localmente, outras que mantêm sua sede em uma cidade e estabelecem sub-sedes nos locais onde desenvolvem seus projetos. Essas tem uma matriz que se ocupa de captar quadros e recursos e, posteriormente distribuí-los pelas ‘filiais’ baseadas nas regiões de atuação.

Há ainda um grupo ‘vip’ no universo das ONGs, trata-se daquelas que operam mundialmente, atuando em inúmeros países, com grandes aportes de recursos e quadros profissionais de excelência. As ONGs diferem sob muitos aspectos, tais como: tamanho (há aquelas chamadas ING - Indivíduo não-governamental, até as transnacionais), aporte de recursos, áreas de atuação, estatuto legal (ONGs ou ONGs/OSCIP), orientação político-ideológica, etc.

Um marco para a atuação das ONGs foi sua participação na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED), marcando seu reconhecimento pelo grande público – sendo que o principal canal difusor de sua atuação foi a mídia – divulgando sua presença e participação, como um ator independente e pró-ativo nas propostas e resultados da Conferência. Cabe salientar a importância que teve o comitê organizador da ECO/92, que possibilitou o credenciamento sem precedentes das ONGs, tanto na Conferência

quanto na implementação das diretrizes e da agenda estabelecida. (TAVARES, 1999, p. 61)

No enfrentamento dos problemas que afligem a vida cotidiana e a defesa dos direitos dos diversos grupos sociais, as ações das ONGs se disseminam por inúmeros temas, locais de atuação e condições objetivas de intervenção. Em sua diversidade, contando com estruturas ágeis e flexíveis, são capazes de responder rapidamente aos problemas enfrentados, uma vez que são orientados pelos objetivos que delimitam sua área de atuação. Assim, a dinâmica global que obriga a adoção de novas estratégias, impulsionando as ONGs a uma generalização das parceiras, que vão influenciar seu estilo de trabalho e os padrões de relacionamento com outros atores sociais. Segundo DARCY DE OLIVEIRA (1999, p. 79), “a capacidade de propor e implementar políticas alternativas e eficazes exige das ONGs atenção nos quesitos qualidade, eficiência escala e transparência de suas ações”.

Desse modo, podemos definir o poder das ONGs como o poder dos cidadãos de decidir e deliberar, estabelecendo um tipo de regulamentação, uma coexistência que permita intervir, senão institucional e formalmente, como um ator influente dos processos deliberativos. As ONGs estariam representando de forma mais concreta e objetiva os interesses que orientam as demandas sociais, influenciando decisivamente a opinião pública, o governo e os organismos internacionais. Seus poderes de ação e mobilização – propondo, cobrando e denunciando – são beneficiados pela informação em tempo real dos *media*. “A multiplicação e o fortalecimento de tais organizações vêm contribuindo para estabelecer novos contornos e procedimentos no debate (...) sobretudo, em temas de natureza e interesse global, que transcendem a competência de cada Estado individual”. (TAVARES, 1999, p. 29)

3.2.1 – ONGs no Brasil

Em se tratando de um fenômeno que não é novo, o que nos interessa examinar é seu crescimento exponencial no último quarto de século. No final da década de 80, as ONGs começam a sair da invisibilidade e passam a assumir um papel de entidades privadas que, no entanto, tem um sentido público. Em 1992 foi criada a Associação Brasileira de ONGs (ABONG), estabelecendo fóruns de discussão, participação em rede e articulando as ONGs, de acordo com as áreas de atuação.

No Brasil as ONGs se estruturam tendo como base os movimentos sociais populares, especificamente, aqueles que demandavam por atendimento e defesa dos chamados direitos de primeira e segunda geração³³. Essas ONGs prestavam assessoria e estavam a serviço dos grupos e movimentos populares, atuando junto às bases sociais, durante o período autoritário. O surgimento e a multiplicação das ONGs constitui, num primeiro momento, um processo de resistência da sociedade civil que se organizou em prol do restabelecimento do Estado de Direito. Num segundo momento, com a redemocratização do país, a proliferação e difusão das ONGs está associada à emergência de um tipo específico de organização que potencializa a atuação dos cidadãos. Esses criam ou participam da 'esfera pública não estatal', mobilizando-se em defesa dos direitos de terceira geração.

As ONGs brasileiras cresceram e se multiplicaram com forte apoio da cooperação internacional. Agências privadas de desenvolvimento, muitas das quais ligadas às Igrejas Européias e norte-americanas, apoiaram, desde os anos

³³Os direitos de primeira geração são aqueles que consagram as liberdades individuais, ou os chamados direitos civis, são aqueles que garantem as liberdades individuais contra a opressão do Estado, contra o absolutismo, as perseguições políticas e religiosas, contra o medo avassalador em uma época em que predominava o arbítrio e a distinção rigorosa, mais que entre classes sociais, em castas sociais. Que liberdades individuais são essas? As de locomoção, a de propriedade, de segurança, de acesso à justiça, de opinião, de crença religiosa, de integridade física. A segunda geração é a dos direitos sociais do século XIX e meados do XX. São todos aqueles direitos ligados ao mundo do trabalho, tais como o direito ao salário, a seguridade social, a férias, a horário, a previdência, etc. Somados àqueles direitos que não dependem do mundo do trabalho, são direitos de caráter social mais geral, como o direito à educação à saúde, à habitação. Direitos marcados pelas lutas dos trabalhadores já no século XIX e acentuadas no XX. As lutas dos socialistas e da social-democracia, que desembocaram no Estado de Bem-Estar Social. A terceira geração é aquela que se refere aos direitos coletivos da humanidade. Referem-se ao meio ambiente, defesa ecológica, à paz, ao desenvolvimento, à autodeterminação dos povos, à partilha do patrimônio científico, cultural e tecnológico.

70, projetos de educação popular, defesa de direitos e melhoria da qualidade da vida comunitária. Conforme argumenta Leilah Landim, em seu estudo pioneiro sobre ONGs, as origens dessas se confunde com a história dos movimentos sociais pela educação popular. Os Centros de Educação Popular atuavam junto às bases e eram subvencionados pelas agências de cooperação internacional:

“por aí [pelos Centros] se constroem alianças e lealdades e transitam especialistas, moedas fortes, idéias e modelos de atuação, dentro da moldura enquadradora dos ‘projetos’. Agências internacionais e ONGs nativas compõem um campo transnacionalizado de instituições interdependentes, onde as relações com os grupos-alvo, os beneficiários do ‘Terceiro Mundo’ na ponta da cadeia, são a fonte da legitimidade última da existência dessa grande estrutura”. (LANDIM, *apud* DARCY DE OLIVEIRA, 1999, p. 50-1)

A evolução do padrão de relacionamento entre os distintos setores da sociedade brasileira e as organizações não-governamentais, acompanha as grandes transformações pelas quais passaram tanto o Estado quanto à sociedade brasileira no último quarto do século. Durante o período de autoritarismo, este foi um debate sufocado e realizado marginalmente.

Com a democratização do país e a emergência de amplos setores organizados, surge um novo protagonismo dos atores sociais, cujas posições ganham repercussão, graças a política da ação das ONGs que tendem, cada vez mais, a unir-se em estruturas de coordenação (em rede), que, de certa forma, contribui para superar rígidas distinções entre as organizações nacionais e internacionais. As federações, por exemplo, reúnem organizações como a *Anistia Internacional*, *OXFAM (Oxford Committee Against Hunger)* e *Médecins sans Frontières*, compostas por unidades em diferentes países, as quais compartilham ideais, mas detém autonomia para obtenção de recursos e iniciativa de projetos, o que por vezes, dificulta a harmonização de estratégias de ação. (TAVARES, 1999, p. 27)

Direitos sem fronteiras, direitos chamados de solidariedade planetária. (BENEVIDES, Maria Victoria. *Cidadania e Direitos Humanos*. São Paulo, IEA/USP). Disponível no site: www.iea.usp.br.

Nos anos 90 ocorre uma reconfiguração na constituição e atuação das ONGs, essa situação é decorrente, dentre outros fatores, do padrão de financiamento das entidades ter sofrido uma forte alteração. As agências européias tiveram seus recursos realocados para o gerenciamento das demandas internas (aumento de desemprego) e para a Europa do Leste (recém egressa dos governos comunistas). No Brasil o número de organismos e agências internacionais reduziu-se e houve um salto quantitativo na criação e fortalecimento das ONGs nacionais. A parceria tornou-se o principal mecanismo de viabilização das ações e dos projetos, possibilitando a operacionalização das ONGs por meio de recursos, tanto com os órgãos governamentais quanto com as empresas de capital privado. De acordo com as observações de DARCY DE OLIVEIRA (1999, p. 79), um número crescente de empresas tem investido uma parcela expressiva de recursos em programas de desenvolvimento social e comunitário:

“Em 1995, foi formalmente criado o GIFE – Grupo de Institutos, Fundações e Empresas – com o objetivo explícito de promover no empresariado o conceito de responsabilidade social da empresa. Esta mudança na cultura empresarial apresenta oportunidades inéditas para parcerias entre ONGs e empresas, abrindo caminho para que, gradativamente, a ‘cooperação nacional’ venha a compensar com vantagem as perdas causadas pela retração da cooperação internacional”.

Educação, habitação, saúde, recolocação no mercado de trabalho e microcrédito são os setores de políticas sociais nos quais as ONGs têm presença mais marcante. O fato de não terem fins lucrativos, não significa que essas organizações não paguem salários para seus funcionários, não paguem determinados impostos, não invistam em equipamentos e em propriedades. Os lucros das ONGs devem ser integralmente reaplicados na consecução de seus objetivos. O que é característico e inovador na prática das ONGs é a busca de garantir a autonomia da comunidade beneficiária.

Essa valorização da participação e protagonismo dos grupos focados tem merecido reconhecimento das agências multilaterais de desenvolvimento, como por exemplo, o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Segundo DARCY DE OLIVEIRA (1999, p. 42), “um dos fatores decisivos do sucesso de qualquer programa de desenvolvimento é o envolvimento em seu planejamento e implementação das populações e comunidades beneficiárias”.

3.3– ONGs ambientalistas: origens e estruturação

As últimas décadas do século XX são marcadas pela emergência de uma opinião pública internacional que se pretende portadora de uma consciência planetária. Nas palavras do Primeiro-Ministro sueco Olof Palme, *one world or no world*, o que significa um mundo cada vez mais interdependente, que deve encontrar soluções para os problemas que, a curto ou a longo prazo, afetará a todos. Meio ambiente e direitos humanos são os temas que não podem ser limitados a uma mera demarcação de fronteiras, dizem respeito a toda a humanidade pelas suas próprias especificidades.

O protagonismo dos cidadãos no cenário internacional e de suas organizações é tributário de dois grandes fenômenos: o crescimento e diversidade da participação nos planos local e internacional, consequência direta da ampliação dos governos democráticos, tanto nos países da América Latina (a partir dos anos 70 e 80) quanto nos países mediterrâneos (A Grécia, retorna ao regime democrático em 1974; Portugal em 1975 e a Espanha em 1977), como também, a influência da otimização dos canais de informação, pelos avanços tecnológicos experimentados nas últimas décadas do século XX. (DARCY DE OLIVEIRA, 1999, p. 32-3)

As primeiras organizações ambientais, conforme tratado no capítulo dois, são criadas em fins do século XIX. Entretanto, depois da segunda grande guerra, essas adquirem novo formato, caracterizando-se pela capacidade de agir internacionalmente e ocupar presença constante nos organismos internacionais, filiados a ONU.

Em 1948 foi fundada a UICN – União Internacional para Conservação da Natureza, com sede na Suíça. Outra ONG foi fundada no mesmo ano, com sede também na Suíça, a WWF – (*World Wildlife Found*) Fundo Mundial para a Vida Selvagem, renomeada posteriormente de *World Wild Fund for Nature*, Fundo Mundial para a Natureza, sendo até hoje a maior ONG do planeta. Sua primeira campanha foi a favor do urso panda chinês que corria perigo de extinção. Atualmente a WWF está presente em mais de cem países e tem cerca de dois mil funcionários. Fundada em 1971, o *Greenpeace*, com sede nos EUA e está presente em vários países. A força dessas organizações *majors* entre as ONGs, pode ser percebida pelos dados apresentados por PRINCEN & FINGER (*apud FERREIRA, 2002, p. 70*):

“Entre 1983 a 1991 a renda da WWF cresceu 9 milhões de dólares e seus membros aumentaram de 94 mil para mais de um milhão. Hoje, a WWF tem 4,7 milhões de filiados em todo o mundo e dispõe de um orçamento anual de 293 milhões de dólares. No período entre 1985 e 1990, o *Greenpeace* aumentou o número de seus membros de 1,4 milhões para 6,75 milhões e os rendimentos cresceram de 24 milhões para 100 milhões de dólares. Em 1992, o *Greenpeace* tinha escritórios em 24 países”.

Apesar da longevidade dessas organizações, observamos que sua dinâmica e atuação estavam restritas a alguns fóruns – locais e organismos internacionais – sendo que seu fôlego será ampliado a partir da década de 70, quando o movimento ambientalista ganha consistência e repercussão. O movimento ambientalista é, em parte, herdeiro da cultura *anti-establishment*. e, em parte, do movimento socialista, que com o desastre produzido pelo socialismo real, revê suas posições e repensa sua inserção e atuação no mundo pós ‘experimentos’ político-ideológicos totalizantes. A mobilização social e a ação coletiva passam a ser orientados por uma nova agenda que contempla valores e interesses múltiplos e difusos que, no entanto, tem um tema catalisador, o meio ambiente. Segundo VIOLA (*In: PÁDUA, 1987. p. 70-1*) a questão ambiental inscreve a maioria da humanidade, pois: “a paz e o equilíbrio ecológico estão diretamente associados à própria sobrevivência da espécie; e exceto uma minoria romântica, a grande maioria dos ecologistas são favoráveis a um desenvolvimento

ecologicamente equilibrado que inclui a utilização prudente da maioria das tecnologias contemporâneas, rejeitando somente aquelas intrinsecamente predatórias”.

O crescimento em tamanho e número das ONGs ambientalistas torna-se expressivo nos anos 80 e 90, fato que pode ser constatado pela presença cada vez mais ativa e constante dessas organizações nos conselhos consultivos dos órgãos governamentais - nacionais e internacionais -, e nas conferências internacionais. Podemos aferir esse crescimento expressivo, dentre outros fatores, a ‘institucionalização do movimento’. Conforme a análise realizada por VIOLA (1997, p.29):

“O ambientalismo se tornou multissetorializado: começou a penetrar outras áreas e dinâmicas organizacionais, ultrapassou as fronteiras das agências ambientais estatais e das associações e movimentos ambientalistas e passou a impregnar outros movimentos sociais e Organizações Não-Governamentais, universidades, a mídia, agências governamentais não ambientais e empresas”.

As transformações organizacionais são significativas, a questão ambiental sai do ‘gueto’ e se torna presente nas mais distintas esferas sociais. Segundo os dados apresentados por FERREIRA (In SORRENTINO, 2002, p. 69), o “*European Environmental Bureau* congrega 120 ONGs ambientalistas; tem 20 milhões de sócios, distribuídos em 12 países europeus, e dispõe de acesso à Comissão da Comunidade Européia. Na América Latina e no Caribe há cerca de 6 mil ONGs e na Índia mais de 12 mil, que se ocupam com temas ligados ao desenvolvimento”.

Esses dados apresentam um indício do que pode vir ser uma nova forma de se estabelecer as construções sociais contemporâneas, trata-se do papel desempenhado por múltiplos atores sociais, nesse caso as ONGs, que protagonizam ações que buscam superar o impasse e as limitações dos agentes políticos tradicionais.

3.4 – ONGs ambientalistas e os canais institucionais

De acordo com o conteúdo desenvolvido no capítulo dois do presente trabalho, podemos constatar que a formulação da noção de meio ambiente é bastante recente, assim como a gestão do meio ambiente pelos órgãos governamentais também. Os recursos ambientais no Brasil sempre foram tratados de forma perdulária e predatória, os instrumentos e mecanismos necessários à gestão do meio ambiente eram incipientes e limitados.

O período de 1930 a 1950 caracterizou-se pelo investimento maciço no projeto de industrialização em substituição às importações. Nesse período o país estabeleceu inúmeros órgãos públicos que operavam refletindo a mentalidade da época, passando ao largo da questão da preservação e conservação ambiental.

Apesar dessa mentalidade predominante, em 1937, com certo atraso em relação a outros países, como os Estados Unidos, Canadá, México, Argentina, Chile, Cuba, Uruguai e Venezuela, o Brasil criou o seu primeiro parque nacional, o de Itatiaia. Até fins da década de 50 o Brasil criou inúmeros parques nacionais, estabeleceu legislação para a proteção de florestas e normas de proteção a vida animal. (DRUMMOND, *In* SVIRSKY & CAPOBIANCO 1997, p. 23)

Nos anos 60, o governo brasileiro estabeleceu compromissos com a conservação ambiental, expressos na sua participação em reuniões e convenções internacionais, como por exemplo, a Conferência Internacional para a Conservação dos Recursos da Biosfera, promovida pela UNESCO (1968). No âmbito doméstico, experimentou-se uma profusão de novas medidas legislativas – o novo Código Florestal, a nova Lei de Proteção aos Animais e a criação de novos parques nacionais, especialmente no estado de São Paulo.

Temas como poluição do ar, qualidade da água, aglomeração urbana, zoneamento das atividades urbano-industriais e controle rígido sobre atividades de risco ao meio ambiente, ainda não faziam parte dos interesses de segmentos expressivos da sociedade.

DRUMMOND (1997, p. 25) assinala que até a década de 70, a questão ambientalista sofreu com as crises intermitentes – suspensão da ordem democrática - do Estado brasileiro. Esse desempenhou, desde sempre. No fomento a um projeto de nação que se apoiava nos modelos dos países mais desenvolvidos, onde o crescimento econômico era prioridade em detrimento à preservação do meio ambiente. Daí prevalecer a vertente do ambientalismo geográfico e naturalista.

A partir da década de 1970, ocorrem inúmeras transformações na dinâmica da sociedade brasileira e na comunidade mundial, especificamente, a passagem de um sistema internacional para um sistema global-transnacional (tema tratado no capítulo um do presente trabalho). O agravamento dos problemas ambientais despertou uma nova consciência em escala planetária. A necessidade de se estabelecer organismos de monitoramento e controle, visando reduzir e/ou impedir os desastres ambientais ao redor do globo, mobilizou as agências internacionais, bem como as ONGs de âmbito local.

No Brasil, a poluição ambiental passa a ser tratada como um problema e pauta a agenda pública. Em agosto de 1971, realiza-se em Brasília o Primeiro Simpósio sobre Poluição Ambiental, fruto de uma iniciativa da Comissão Especial sobre Poluição Ambiental da Câmara dos Deputados. Desse encontro participam pesquisadores e técnicos de todo o país, que estavam dispostos a obter o maior volume de informações sobre o tema, buscando contribuir para a elucidação do problema. Apesar dessa iniciativa, somente pós Estocolmo (Conferência das Nações Unidas para o Ambiente Humano, 1972) é que o Brasil tomou medidas efetivas no que diz respeito à proteção e gestão ambiental.

No final do embate entre as duas grandes perspectivas: crescimento versus preservação, subdesenvolvidos versus desenvolvidos, foi estabelecida uma medida intermediária, fundada sobre o conceito de ecodesenvolvimento (a

posteriori chamado de desenvolvimento sustentável), que busca associar responsabilidade e prudência no uso de recursos com ações pró-desenvolvimento.

Ainda na década de 70, foi criada a Secretaria Especial do Meio Ambiente – SEMA, pelo decreto nº 73.030, de 30 de outubro de 1973. Em um primeiro momento a SEMA não contou com nenhuma estrutura coercitiva (polícia ambiental) para coibir agressões à natureza. Suas primeiras funções estiveram associadas ao controle da poluição - especialmente aquela provocada pelos grandes pólos industriais - e proteção à natureza.

A criação do Programa Nossa Natureza, pela Constituição de 1988, estabeleceu diretrizes para a execução de uma política ampla de proteção ambiental. O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis – IBAMA, foi criado pela Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989. O IBAMA foi formado pela fusão de quatro entidades brasileiras que atuavam na área ambiental: Secretaria do Meio Ambiente – SEMA; Superintendência da Borracha – SUDHEVEA; Superintendência da Pesca – SUDEPE; e o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF. (www.ibama.gov.br)

A aprovação do Capítulo do Meio Ambiente (Constituição de 1988) e a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada em junho de 1992 no Rio de Janeiro, levaram a que o tratamento da questão ambiental no Brasil mudasse de *status*: Intitucionalizaram-se secretarias do meio ambiente; conselhos de meio ambiente, audiências públicas; comitês de bacias; cursos de graduação, pós-graduação, especialização; apareceram jornais, revistas, livros, programas de rádio e tv dedicados à questão ambiental; assim como houve um grande florescimento de entidades ambientalistas. Estas entidades surgiram devido a uma conjuntura política favorável à participação da sociedade civil, a ausência do Estado na resolução dos problemas ambientais, seja por incompetência, falta de prioridade ou por falta de recursos.

Em 1990, foi criada a Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República – SEMA, ligada à Presidência da República, que tem no IBAMA seu órgão gerenciador da questão ambiental, responsável por formular, coordenar, executar e fazer executar a Política Nacional do Meio Ambiente e da preservação, conservação e uso racional, fiscalização, controle e fomento dos recursos naturais renováveis. (www.ibama.gov.br)

A dinâmica social da década de 90 inscreve uma intensa organização da sociedade civil que por meio de seus agentes mais articulados, pressionam pela autonomia do órgão governamental responsável pelos programas e diretrizes das políticas ambientais, impulsionando o governo a criar, em outubro de 1992, o Ministério do Meio Ambiente – MMA, órgão de hierarquia superior, com a finalidade de estabelecer e implementar uma agenda de políticas ambientais para o Brasil.

Em São Paulo existia até 1995 um palco de debates e embates entre o Governo e as entidades ambientalistas, restrito ao Consema (Conselho Estadual do Meio Ambiente). O movimento ambientalista que havia apoiado uma nova agenda política, solicitou ao governo eleito, a criação de um outro canal de interlocução, independente do CONSEMA. Atendendo a estes pedidos, foi criado o PROAONG/SMA, que se estrutura a partir das reivindicações do movimento ambientalista. Nesse sentido; formaliza uma prática democrática que atende à demanda de grupos interessados, cria um espaço de articulação e negociação e institucionaliza formas diretas, flexíveis e transparentes de comunicação.

3.4.1 – O Programa de Apoio às ONGs Ambientalistas da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo – PROAONG/SMA

Criado em meados de 1995 pela Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo com a finalidade de apoiar entidades ambientalistas paulistas, esse Programa já está sendo modelo para iniciativas similares em outros estados. Nove anos após sua criação, o PROAONG/SMA possui 446 entidades ambientalistas cadastradas, localizadas em 125 municípios do Estado de São Paulo.

O PROAONG/SMA possui dois objetivos: articulação das entidades ambientalistas que atuam no Estado de São Paulo em suas relações com o governo e, fortalecer o papel das entidades cadastradas fomentando parcerias, participação e capacitação.

A implementação do PROAONG/SMA teve várias etapas: internalização do programa na Secretaria do Meio Ambiente e no sistema, tentando acabar com as resistências internas em relação aos ambientalistas; definição do público alvo e identificação das entidades; convite às entidades, cadastro e montagem de uma base de dados das entidades ambientalistas; preparação de uma agenda ambiental; atendimento das demandas, atendimento rotineiro às entidades ambientalistas, via fax, telefone, e-mail e pessoalmente.

Os resultados apresentados pelo PROAONG, considerando a necessidade de fortalecer as entidades ambientalistas foram: criação do Curso Teoria e Prática do Meio Ambiente com duração de um ano, que teve a participação gratuita de alunos pertencentes a entidades ambientalistas; realização de várias viagens de conhecimento na Amazônia, Vale do Ribeira e Rio de Janeiro; publicações de cinco livros, boletins, jornais das entidades e material de divulgação; distribuição de materiais gratuitos a cada 15 dias, tais como revistas, jornais, comunicados de eventos, livros, boletins do governo, das entidades cadastradas, de empresas e universidades; divulgação de recursos financeiros existentes para as entidades provenientes do Fundo Nacional do Meio Ambiente e da *Interamerican Foundation*; encontros Estaduais de Entidades; Seminários no Interior do Estado; seminários em São Paulo; seminários nacionais; e páginas no *site* da Secretaria do Meio Ambiente que disponibilizam dados inéditos, atuais e detalhados para os usuários da Internet com todas as informações disponíveis sobre as entidades ambientalistas paulistas.

Ainda segundo os dados fornecidos pela SMA, as entidades foram estimuladas a participar em parcerias entre si e com a SMA e seus órgãos coligados nas diversas áreas de atuação. Esta intensa integração resultou numa

maior participação das entidades ambientalistas em licitações, grupos de trabalho e câmaras temáticas.

Um outro serviço oferecido e que teve muita repercussão junto ao público, foi um setor de atendimento para encaminhamento de denúncias e troca de informações sobre metodologia de gestão de recursos financeiros, cursos, bibliografia, etc. Além disso, a intensificação da articulação entre as partes acabou por estimular o cadastramento das entidades em diferentes Conselhos de Meio Ambiente (Comitês de Bacia, COMDEMAS, CONSEMA e CONAMA).

A aceitação do PROAONG/SMA tem sido surpreendente. A última avaliação do Programa feita junto ao público alvo variou de bom (49%) a excelente (51%). Outros órgãos públicos também se mostraram interessados no funcionamento do PROAONG/SMA visando criar um programa semelhante em outras Secretarias, como da Educação, da Saúde e da Criança e Adolescente. (dados obtidos junto ao Perfil de Entidades Ambientistas do Estado de São Paulo, SMA/PROAONG, 2004, p. 6-7)

3.5 – As ONGs ambientalistas e as Organizações Internacionais

Como já assinalado, a ONU, por meio de um instrumento jurídico, foi a responsável pelas delimitações das funções (bastante abrangentes, é importante assinalar) e da criação do termo ONG, este foi posteriormente incorporado pelos movimentos sociais da década de 60 e 70, mas somente com o *boom* dos movimentos ambientalistas, nas décadas de 80 e 90, é que as ONGs ganharam dimensão mundial, tornando-se atores fundamentais na agenda dos governos e órgãos internacionais.

As ONGs ambientalistas *majors* são aquelas que tem uma área de atuação ampliada pela sua estrutura e recursos disponíveis, estas fazem parte de um grupo muito seletivo, trata-se das ONGs ambientalistas internacionais. De acordo com PRINCEN & FINGER (*Apud* SORRENTINO, 2002, p. 69), as ONGs

ambientalistas transnacionais podem ser definidas como, “grupos não-lucrativos com base ou atividades em mais de um país, cuja missão principal é impedir a degradação ambiental e promover formas sustentáveis de desenvolvimento”.

Buscando atingir suas metas, local, regional e globalmente, e se possível, com a colaboração dos governos locais, suas ações são, muitas vezes, realizadas diretamente com o grupo beneficiário ou na região focada, independente das políticas estabelecidas pelos Estados-Nação em questão.

A ampla definição dada pela ONU às ONGs em 1950 (Resolução 288 do ECOSOC), possibilitou que fossem consideradas ONGs, para a participação nos trabalhos do Conselho e de seus órgãos subsidiários, entidades particularmente heterogêneas. Um dos elementos centrais que, em princípio, caracterizariam as ONGs – a ausência de fins lucrativos – jamais foi objeto específico do ECOSOC – Conselho Econômico e Social, o que levou, por exemplo, que federações comerciais e conselhos empresariais recebessem permissão para atuar no âmbito do Conselho, classificados como ONGs.

Um dos fatores que têm contribuído para tornar mais confuso o problema da definição do que são ONGs, é a ausência de um estatuto jurídico internacional que regule as organizações não governamentais. Desde 1910, diversas instituições, especialmente o Instituto de Direito Internacional, vêm sugerindo projetos nessa área, mas nenhum deles, até o momento, obteve êxito. (TAVARES, 1999, p. 20)

Para MERLE (*Apud* TAVARES, 1999, p 20), a ausência de um marco jurídico internacional decorreria do desinteresse tanto das ONGs, receosas de que tal instrumento pudesse diminuir sua liberdade de ação, quanto dos Estados de tradição centralizadora, que sentiriam-se ameaçados pela necessidade de acatar uma legislação mais flexível do que estariam habituados. Fato que não afetaria aqueles Estados que possuem uma tradição mais democrática, já que estão habituados a uma maior interação com os diversos atores sociais.

De acordo com TAVARES (1999, p. 21), “sem um estatuto internacional que as trate de maneira uniforme, as ONGs dependem da legislação de cada Estado em que se constituem. Tais legislações são variadas, refletindo tradições históricas, hábitos administrativos, sistemas políticos e outros fatores”. Algumas legislações estimulam a criação de ONGs, outras as restringem; algumas estabelecem tratamento diferenciado entre as nacionais e estrangeiras, outras as colocam em igualdade de condições.

As ONGs transnacionais que atuam no Brasil, têm seu regimento interno submetido à aprovação da legislação brasileira. Essa não as impossibilita de obter financiamentos externos, mas as obriga a manter seus recursos em moeda nacional, o que significa que estão proibidas de manter contas bancárias na moeda de seu país de origem e/ou qualquer outra. “Devem seguir os trâmites regulamentares em operações de câmbio e pagar todos os impostos e taxas legalmente exigidos para operações financeiras. Eventuais isenções, previstas para entidades filantrópicas, devem ser obtidas pelas vias legais”. (TAVARES, 1999, p. 21)

O papel de consultoras, a princípio no ECOSOC (Conselho Econômico e Social das Nações Unidas) e nas duas últimas décadas com maior participação, nos vários organismos das Nações Unidas, tais como UNESCO, FAO, OMS, UNCTAD, ACNUR, atuando sob duas grandes categorias, que segundo STOSIC (*Apud*, TAVARES, 1999, p. 51) orientariam suas ações:

- ❖ como organizações especializadas, capazes de contribuir tecnicamente para o exame de determinados temas;
- ❖ organizações de massas, que transmitiriam as preocupações de seus membros a respeito de assuntos variados.

A presença de ONGs nas Nações Unidas, marcada pela capacidade de influenciar nos processos deliberativos, no âmbito da ECOSOC, tem funcionado também como divulgadoras dos projetos desenvolvidos pela ONU, bem como colaborando para sua implementação.

As resoluções do ECOSOC criaram um sistema para classificar as ONGs em diferentes categorias, adotadas também pelos outros organismos das Nações Unidas (UNESCO, FAO, etc). As categorias são em número de três: A, B e C. Os critérios que definem a qual categoria uma determinada ONG pertence, varia de acordo com o órgão tratado. Por exemplo, “na FAO, as ONGs recebem *status* consultivo, *status* consultivo especial e *status* de ligação, de acordo com suas áreas de especialização e a importância do trabalho com aquela Organização”. (TAVARES, 1999, p. 53)

De qualquer forma, em todos os organismos, o sistema estabelecido é hierárquico, atribuindo diferentes privilégios para as ONGs, de acordo com a categoria em que se classificam. A UNESCO, por exemplo, oferece às ONGs incluídas na categoria A, escritórios próprios e subvenções, para cobrir custos de viagem. Por essa razão, as ONGs sempre consideraram a presença em determinada categoria como indicação de prestígio e importância. (TAVARES, 1999, p. 54)

As seções indicadas estabelecem relações com as ONGs, no âmbito das Nações Unidas, mantendo unidades específicas, em geral de pequeno porte, voltadas para tal atividade. Em todo o sistema, duas dessas unidades se destacam:

- ❖ A Seção de Organizações Não-Governamentais, do Departamento para a coordenação de Política e Desenvolvimento Sustentável; responsável pela pré-seleção das organizações interessadas em adquirir *status consultivo* junto ao ECOSOC e a seus órgãos subsidiários, bem como secretaria o

Comitê sobre ONGs do Conselho. Sua contribuição é: integrar as ONGs no processo deliberativo do ECOSOC e de suas Comissões.

- ❖ A Seção de Organizações Não-Governamentais, do Departamento de Informação Pública. (DPI); responsável por estabelecer vínculos com entidades nacionais e internacionais que possam divulgar os trabalhos das Nações Unidas e obter apoio popular para as iniciativas da organização. Busca-se com isso, auxílio para implementar campanhas, disseminar o teor de resoluções adotadas e distribuir material informativo produzido pelo DPI, entre outras atividades. Atualmente, estão associadas ao DPI 1.464 ONGs, com interesses variados e, em sua maioria, originárias dos EUA. Apenas uma organização brasileira – a Legião da Boa Vontade – encontra-se entre aquelas entidades. Atualmente, o DPI estabelece como um dos critérios para as ONGs, sua estrutura, organização, ações e projetos desenvolvidos, nacional e internacionalmente, que apóiem a Carta das Nações Unidas e tenham composição abrangente, capacidade de trabalho e recursos suficientes para desenvolver programas de informação. Ao postularem associação com o DPI, devem fornecer documentos constitutivos e prova de não terem finalidades lucrativas.

A representatividade das ONGs que estariam interessadas em relacionar-se com as Nações Unidas tem sido matéria constante das pautas e debates dos Estados-membros. De acordo com TAVARES (1999, p. 131-2):

“Tradicionalmente, vários governos se utilizam das ONGs para implementar políticas ou canalizar recursos – o que relativiza a idéia de serem aquelas organizações completamente independentes, pois ‘se você tem sua mão no bolso de alguém, você tem que andar quando ele anda’. (...) Nos EUA, por exemplo, o Congresso e a Administração voltaram-se para as ONGs no processo de auxílio para a recuperação da Europa Ocidental, logo após a II Guerra Mundial. Entre os anos de 1940 - 1970 os recursos públicos americanos transferidos para essas organizações foram triplicados e chegaram a responder, em média, por quase 30% de sua renda total. As ONGs americanas tiveram a capacidade de adequarem-se as diferentes prioridades do Congresso e da Administração”.

O desenvolvimento das ONGs na Europa, no período do pós-Guerra, está intimamente aos governos, bem como aos partidos políticos. Na Alemanha e na Holanda as maiores fundações foram criadas por partidos políticos. Os subsídios públicos para as ONGs europeias ampliaram-se substancialmente a partir dos anos 70, representando, por exemplo 59% das receitas das ONGs francesas e 68% das receitas das ONGs alemãs. (TAVARES, 1999, p. 133)

Apesar da importância das ONGs no cenário internacional, e de seu papel ter-se ampliado nos distintos organismos das Nações Unidas, ainda é controversa a possibilidade de essas adquirirem *status* deliberativo. Não obstante a força e a representatividade das ONGs, o que é defendido é que essas não possuem um mandato popular e, portanto, não tem a legitimidade necessária para participar das instâncias deliberativas, tanto nacionais quanto supranacionais.

CAPÍTULO QUATRO

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS, A PESQUISA DE CAMPO E A ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

4.1 – Cenário do Estudo

Esta pesquisa tem como tema e objeto de estudo as práticas e a capacidade de intervenção das ONGs ambientalistas. O objetivo é contribuir por meio de uma investigação atenta de suas ações e organização, identificando suas potencialidades e limitações no que concerne ao seu do campo de atuação e da eficácia de suas proposições.

O perfil das ONGs ambientalistas suscitam algumas observações sobre sua atuação. Procuramos estabelecer uma discussão mais geral enfocando, o conteúdo argumentativo dos primeiros capítulos desse trabalho, inter-relacionando com a experiência prática das ONGs, especialmente, sua organização e

operacionalização, tendo como elemento constitutivo, a Lei das OSCIPs, que possibilitou as ONGs estabelecer e otimizar parcerias, tanto com o setor público quanto com o privado. A crescente evolução das ONGs, na busca de um modelo mais 'profissional' de atuação, altera seus valores e práticas? Em caso afirmativo, de que modo isso ocorre? Essas e outras indagações, originadas durante o trabalho de campo, complementam e ampliam parte da investigação proposta.

As ONGs ambientalistas, entendidas como representantes dos setores mais organizados da sociedade civil estão conseguindo sensibilizar os governos e à sociedade no que diz respeito a uma nova prática de produção e consumo? Há efetivamente, uma mudança de comportamentos, influenciados pela ação e as práticas das ONGs ambientalistas? E como estas pressionam e mobilizam em prol da adoção de medidas legislativas e de políticas públicas que visem a recuperação e preservação do meio ambiente. Como estão realizando seus programas? Quais os instrumentos mais utilizados em suas ações? Como as ONGs interagem com os demais atores sociais? Como se percebem e quais as perspectivas que têm frente às atividades que desenvolvem?

Buscamos responder essas questões e verificar até que ponto estão avançando e, dentro de que parâmetros, as ações das ONGs ambientalistas. Procuramos também identificar como está ocorrendo a defesa e implementação de uma agenda ambiental. Nossa pesquisa se concentrou em verificar se e como as ONGs são (ou não) instrumentos efetivos de transformação das mentalidades e geradoras de mobilização por uma agenda em prol de políticas públicas que protejam, recuperem e possibilitem uma nova interação entre homem e meio ambiente, da forma como nos organizamos e nos comportamos socialmente, das atitudes tomadas e nas decisões coletivas.

Trata-se da aplicação de dois mecanismos de investigação metodológica. Na primeira etapa da pesquisa desenvolvemos três primeiros capítulos que procuram fundamentar teoricamente aspectos das formações sociais contemporâneas. Por meio de uma extensa pesquisa bibliográfica, foram

elaborados os capítulos que pretendem subsidiar e esclarecer o leitor sobre as finalidades da pesquisa de campo, procurando orientá-lo sobre os conteúdos investigados. O fenômeno da globalização, os porquês que possibilitaram a emergência da questão ambiental e por fim, ainda em processo de construção, um chamado terceiro setor e, como uma parte dele, as ONGs ambientalistas.

Num segundo momento, a pesquisa se concentra no trabalho de campo. A amostra foi estabelecida tendo por base o Programa de Apoio às ONGs, da Secretaria do Estado do Meio Ambiente (PROAONG/SMA). As entidades ambientalistas cadastradas no departamento responsável da Secretaria do Estado de Meio Ambiente, o PROAONG, registra um total de 494 entidades ambientalistas no Estado de São Paulo, sendo que na cidade de São Paulo estão cadastradas 144 entidades (ano 2004). No filtro utilizado para estabelecer a amostra, observamos que ONGs ambientalistas são uma denominação muito ampla, e por isso insuficientes como categoria, para que o campo de pesquisa fosse estabelecido. Frente a impossibilidade de trabalhar com a categoria 'ONGs ambientalistas', criamos um novo padrão de acordo com a variável, área de atuação, que resultou em quatro grandes áreas principais de atuação:

- ❖ ONGs ambientalistas (OSCIP/tradicionais): funções: Assessoria, elaboração e implementação de projetos de preservação e recuperação do meio ambiente, via de em parceria com agências governamentais, *Lobbies* junto ao governo (Assembléias Legislativas e à mídia);
- ❖ ONGs ambientalistas (OSCIP/assessoria): funções: realizam assessorias e/ou consultorias em projetos ambientais com as comunidades locais (urbanas ou rurais), manejo dos recursos naturais em integração com as comunidades locais; promovem cursos de educação ambiental e fomento à autonomia de comunidades na área rural, implementação de projetos de

reciclagem e resíduos sólidos, questões associadas ao lixo, financiados por governos e/ou empresas privadas;

- ❖ ONGs ambientalistas (OSCIP/direito ambiental): funções: realizam consultoria/assessoria em direito ambiental;
- ❖ ONGs ambientalistas de proteção e defesa dos animais: funções: acolhimento, castração, busca de lares, reencaminhamento ao *habitat* natural (animais domésticos/urbanos e da fauna nativa).

Ao tentar estabelecer uma ‘tipologia’ ideal de ONGs, identificamos quatro sub-grupos estabelecidos por área de atuação, decidindo por investigar os dois primeiros grupos selecionados, a saber: ONGs ambientalistas precursoras (tradicionais) e as ONGs ambientalistas mais alinhadas com o chamado ‘capitalismo verde’. Cumpre observar que, no decorrer da pesquisa de campo, essa ‘tipologia’ inicial foi desconsiderada, pois as práticas das ONGs (tradicionais e de tipo assessoria) atuam de forma semelhante – não raro, em alianças estratégicas, cooperando, umas com as outras –, tendo em comum um conjunto de valores que orientam suas práticas. Em outras palavras, é um traço característico das ONGs estarem divididas em diversas frentes de atuação e, normalmente dedicarem-se a uma área específica. Assim é um fato que há uma distinção entre elas dado pelo campo de atuação e que a categoria ‘ONGs ambientalistas’ é por demais ampla, invalidando seu uso. Por outro lado, conforme aferimos na pesquisa de campo, muito embora atuem em distintas áreas, isso não as opõe, ao contrário tendem a cooperar sempre que necessário.

Esta pesquisa trata de identificar e analisar a atuação das ONGs e, para tanto faz uso de um roteiro de entrevistas que contempla questões específicas às áreas de atuação de cada uma delas, bem como sua interação com os demais atores sociais. Ocupa-se também de elucidar como as ONGs, por meio de seus representantes pensa seu papel social e, qual o significado de sua atuação.

A opção por entrevistas qualitativas com os representantes qualificados – todos têm sólida experiência na sua área de atuação – buscou captar informações, conceitos e variações sobre o tema, verificar e refletir sobre como cada um desses representantes do movimento, experimentam, concretamente, sua experiência nas organizações e as interações dessas com os demais atores sociais. A pesquisa qualitativa é, nesse sentido, ideal para confrontar as variáveis contidas nas distintas narrativas, ações e práticas do objeto investigado.

ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

Para os representantes das ONGs:

1. Caracterização da Instituição: processo de criação, objetivos do trabalho, organograma, formação profissional dos membros, principais parceiros e outras relações de trabalho, fontes de recursos financeiros.

2. Perspectivas frente à realidade sócio-institucional: como percebem a integração e o comprometimento do grupo atendido pela ONG, concepção de políticas públicas da área de atuação da ONG: como deveria ser tratada a questão pelas esferas governamentais.

3. Atuação das ONGs junto à sociedade civil: estratégia de organização do trabalho; administração e prestação de contas dos recursos utilizados nos projetos, projetos já concluídos ou em desenvolvimento; número de beneficiários; alcances e limites das práticas desenvolvidas; projetos considerados de sucesso na história institucional e projetos com resultados opostos; maior retorno e maior dificuldade do trabalho; visibilidade pública do trabalho (interface com os formadores de opinião); avaliação do trabalho e perspectivas de futuro.

4. Relação ONGs – sociedade civil (movimentos sociais não institucionalizados): qual o papel das ONGs na relação com os movimentos sociais; relação de trabalho e divisão de tarefas; análise desta relação.

5. Relação ONGs – poder público: qual o papel das ONGs diante das políticas governamentais para a área de atuação das ONGs; canais de comunicação com o poder público; projetos desenvolvidos com recursos do poder

público; com fica a questão do não-governamental e da autonomia das ONGs em relação as políticas de parcerias. (poder público e instituições de capital privado)

6. Avaliação da atuação do Poder Público nas áreas de inserção das ONGs: análise das políticas públicas em consonância com as políticas ambientais

7. Representantes do Poder Público nas áreas de atuação das ONGs: quais são os órgãos: se os há, com os quais os Srs. estão em contato permanente?

Das sete ONGs analisadas, duas são consideradas ING (Indivíduo Não-Governamental), que são: REPREMA e Associação Eco Juréia. Essa designação, dada em tom jocoso por aqueles que trabalham em ou com ONGs, define aquelas instituições que funcionam baseadas, na maioria das vezes, na atuação de um indivíduo, sua residência é simultaneamente a sede da entidade. Atuando, freqüentemente, de maneira bastante precária, graças a boa vontade do principal articulador do processo de formação dessa ONG, bem como de seu grupo de amigos, que costumam formar a diretoria e têm parte de seus rendimentos aplicados na manutenção da organização. Identificamos por meio das entrevistas, que essa não é uma situação confortável, e ambas as entidades entrevistadas, afirmaram categoricamente que estão em busca de regulamentação e ou ajustes que levem a captação de recursos e profissionalização de sua atuação (caso da Associação Eco-Juréia, que é OSCIP, porém está em fase de reestruturação). Entre outras razões, porque necessitam se tornarem OSCIPs (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público), para poderem captar recursos, otimizando assim, sua capacidade de atuação.

As outras cinco entrevistas foram realizadas com ONGs consideradas de médio porte e grande porte, que mantêm um corpo estável de funcionários, têm uma sede funcionando com os equipamentos necessários, produzem material de divulgação de suas atividades e disponibilizam *site* na internet.. As representantes das ONGs de grande porte são o ISA – Instituto Socioambiental, que tem 120 funcionários (considerando a sede e os escritórios regionais) e a Fundação SOS Mata Atlântica com 32 funcionários (núcleo de São Paulo). As ONGs de médio

porte estão representadas pelo GEA com 12, IBENS com 14 e o Instituto Recicle com 9 funcionários.

De acordo com a última publicação da SMA/PROAONG, Perfil das Entidades Ambientistas do Estado de São Paulo (ano de 2004), 74% das ONGs ambientalistas atuam sem nenhum funcionário (aproximadamente $\frac{3}{4}$), sendo que apenas $\frac{1}{4}$ delas 26%, trabalha com funcionários permanentes. Das entidades que mantêm um corpo estável de funcionários, 65% possuem até dez funcionários. Por outro lado, somente quatro entidades possuem mais de cinquenta funcionários. As informações coletadas pelo PROAONG apontam para os fatores que podem determinar o número de funcionários de uma entidade: capacidade de captar recursos, das propostas elaboradas e negociadas, da capacidade de fazer parcerias, da seriedade de executar projetos, etc.

O PROAONG estabelece, tendo por base seu relacionamento com as ONGs e do exame de algumas variáveis, tais como: áreas de atuação da entidade, recursos disponíveis, número de funcionários estáveis, uma tipologia dada pela estrutura de cada uma delas. Dessa forma, os quatro tipos de entidade ambientalista seriam: pequenas, médias, grandes e as internacionais. De acordo com sua estrutura, é definida, em grande parte sua capacidade de atuação.

As pequenas são caracterizadas por possuir voluntários, sede na residência do diretor e/ou presidente, equipamentos emprestados (telefone, fax, computador) e mantém-se graças à boa vontade de um (ING) ou um pequeno grupo. Em linhas gerais, o PROAONG estabelece que essas pequenas entidades tendem a se profissionalizar ou a desaparecer, ou ainda, serem absorvidas (os quadros mais preparados) por outras entidades; as médias seriam aquelas que se especializaram em alguma área específica, têm parte de seu *staff* profissionais especializados, conta com a colaboração de voluntários e/ou estagiários, tem sede própria, têm equipamentos, realiza projetos e participa de fóruns de discussão. A concorrência por recursos é grande, tendo muitas vezes que se especializar em algum 'nicho' do mercado ambiental.

Muitas dessas entidades fornecem quadros aos diferentes governos, e algumas se tornam 'empresas de consultoria'. As grandes são profissionais. Possuem espaço na mídia, apresentam trabalho desenvolvido, participam de discussão de políticas públicas, possuem recursos para desenvolver projetos, sede própria, equipamentos e infra-estrutura mais sofisticada. Os recursos são provenientes do exterior como obtidos localmente. Participam de grandes eventos, nacionais e internacionais, são consultados pela imprensa sobre projetos polêmicos, que estejam para ser implementados, tanto pelo governo quanto por setores empresariais. Seus quadros são profissionais com boa formação e experiência.

As entidades transnacionais têm uma lógica específica de atuação. Geralmente se estabelecem com aporte financeiro que possibilita desenvolver atividades que incluam temas de políticas públicas, denúncias e programas de grande repercussão. Possuem sede, infra-estrutura e ostensivo *marketing*, bem como técnicos altamente qualificados. (Perfil PROAONG, 2004, p. 47)

O perfil traçado pelo PROAONG foi de grande valia para essa pesquisa, no entanto, cabem algumas considerações. A pesquisa de campo revelou que há uma acentuada proximidade entre a estrutura, ações e práticas das ONGs ambientalistas grandes e as de médio porte. Especialmente no que concerne ao *staff* que ambas possuem, bastante qualificado, bem como a estrutura operacional e a capacidade de obtenção de recursos. Nesses aspectos, a diferença é pouco acentuada, ela se limita à capacidade de captar recursos, que nos pareceu facilitada àquelas maiores. Essas também têm maior visibilidade, quer junto aos governos, pela própria agenda que praticam, quer nos canais midiáticos, portanto, tornam-se mais conhecidas, fazendo parte de um círculo virtuoso: realizam ações de impacto, atraindo mais atenção da mídia, tornando-se mais conhecidas, estabelecendo assim mais parcerias.

Outro fator importante que destacamos, é o trabalho em REDE que tanto as grandes quanto as médias praticam e, muito freqüentemente, por conta desse

trabalho, estabelecem parcerias. Por exemplo, a parceria do Instituto GEA e Instituto Socioambiental - ISA, no projeto 'Lixo no Xingu', que consistia em viabilizar a coleta do lixo produzido pelas tribos na Reserva Indígena do Xingu. A SOS Mata Atlântica também trabalha com muita frequência em parceria, estruturando e apoiando projetos de ONGs de menor visibilidade social.

4.2 – Apresentação das ONGs

Associação Eco Juréia – AEJ

No ano de 2000 foi fundada a Eco Juréia, tendo como sua primeira presidente, Cybele da Silva. A associação Eco Juréia - AEJ, é uma OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público), sem fins lucrativos, com objetivo de: preservar os rios, o mangue, a fauna e a flora da Juréia, buscar aplicar em suas ações e práticas o conceito de desenvolvimento sustentável; defender as populações caiçaras tradicionais e desenvolver projetos de educação ambiental, como recurso indispensável à formação da cidadania. Além das iniciativas na área ambiental, a AEJ tem centrado seus esforços nas comunidades locais, buscando proteger a identidade física, social e cultural dos agrupamentos caiçaras tradicionais; particularmente, na conscientização da população da Barra do Ribeira que se apresenta como local de entrada para a Juréia. Trata também de divulgar informações, realizar cursos e palestras, estimular pesquisas, programar ações e eventos que concretizem seus objetivos.

A Associação Eco Juréia foi estruturada tendo como principal tarefa a luta pela preservação da estação ecológica Juréia Itatins. Sua ação está concentrada em duas frentes: *lobby* junto às autoridades locais e trabalho de educação ambiental, por meio de palestras e atos públicos, visando obter a adesão da opinião pública para a causa da defesa daquela região.

A estação ecológica Juréia Itatins (a reserva foi instituída em 1986, após um longo processo de mobilização da opinião pública em favor de sua

preservação). Por três décadas, foi objeto de instrumentos legais que atendiam aos mais variados interesses, mas nem sempre aos de proteção ambiental. O decreto Estadual número 31.650, de oito de abril de 1958 instituiu a reserva Estadual dos Itatins, numa área de 12.058 hectares de terras declaradas devolutas na vertente atlântica da área montanhosa da Serra do Itatins, permitindo a preservação da Mata atlântica nessa área.

Em muitas áreas próximas, no litoral Sul de São Paulo, boa parte dessa vegetação original foi destruída, pois não estavam em locais protegidos. A região da serra da Juréia é um dos pontos, senão o ponto mais preservado do litoral paulista. Devido ao alto grau de preservação, essa região possui dois terços dos últimos 5% de cobertura vegetal original que ainda restam no Estado de São Paulo, concentrando quase 40% de vegetação primitiva da área de todas as unidades de conservação do Estado.

Fundação SOS Mata Atlântica

Fundada em setembro de 1986, a Fundação SOS Mata Atlântica é uma entidade privada, sem vínculos partidários ou religiosos e sem fins lucrativos. Seus principais objetivos são defender os remanescentes da mata atlântica, valorizar a identidade física e cultural das comunidades humanas que os habitam e conservar os riquíssimos patrimônios natural, histórico e cultural dessas regiões, buscando o seu desenvolvimento sustentado.

A fundação possui profissionais trabalhando em projetos de educação ambiental, recursos hídricos, monitoramento da cobertura vegetal da Mata Atlântica por imagens de satélite, ecoturismo, produção de mudas de espécies nativas, políticas públicas, aprimoramento da legislação ambiental, denúncia contra agressões ao meio ambiente, apoio à gestão de unidades de conservação, banco de dados da Mata Atlântica, entre outros. Suas principais campanhas são

de ação e prevenção, de defesa de direitos e a experimentação e difusão de tecnologias e métodos alternativos.

Ao longo dos anos, a principal forma de atuação da Fundação SOS Mata Atlântica tem sido nos coletivos organizados, buscando integrar suas ações na construção de uma relação entre o Estado, sociedade e meio ambiente. A entidade tem participado de forma ativa n SISNAMA (Sistema Nacional de Meio Ambiente), representada pelo CONAMA (Conselho Nacional de Meio Ambiente) e os Conselhos Estaduais. Além disso, a Fundação participa dos principais Fóruns, Redes, Associações, muitos dos quais ajudou a desenvolver.

Para o desenvolvimento de seu Programa de Ação, a SOS Mata Atlântica é sustentada pela contribuição de mais de 70 mil membros e filiados, e por apoios, parcerias e patrocínios de empresas privadas, órgãos governamentais, instituições de ensino e pesquisa, entidades e agências nacionais e internacionais. Tem como órgão deliberativo o Conselho Administrativo e possui também um Conselho Consultivo e um Conselho Colaborador, todos estes formados por representantes destacados da sociedade.

IBENS – Instituto Brasileiro de Educação em Negócios Sustentáveis

Foi criado em janeiro de 2001, na cidade de São Paulo, por um grupo de ambientalistas e financiadores conectados a um importante movimento mundial que, especialmente na última década, tem buscado concretizar experiência de uso racional dos diversos recursos naturais a partir da viabilização de negócios éticos, socialmente justos e ambientalmente responsáveis. O IBENS é uma OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, especializada na implementação e promoção de negócios sustentáveis, visando o desenvolvimento local de comunidades situadas na área rural:

Dentro desse contexto, o IBENS tem funcionado como um laboratório de fomento a iniciativas promissoras em setores como o de manejo de recursos

florestais, madeireiros, pesqueiros e de produtos florestais não-madeireiros certificados, agricultura orgânica, turismo sustentável, energias alternativas e águas.

A atuação do IBENS beneficia principalmente comunidades rurais, organizações da sociedade civil, pequenas e médias empresas. Busca na interação com cada um desses atores, a realização de cada uma das etapas do projeto, como por exemplo: a identificação de demandas de mercado e desenvolvimento de estratégias competitivas de novos negócios, atração de capital e investidores, treinamento de pessoal em habilidades gerenciais, busca tecnologias de baixo impacto. Enfim, tudo o que for necessário para assegurar a viabilidade de produtos social e ambientalmente sustentáveis, de grande apelo comercial e rentáveis para seus empreendedores.

Instituto RECICLE

O Instituto Recicle é uma organização não-governamental, com qualificação de OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público), sem fins lucrativos, fundada em 2000, a partir do Projeto Recicle Milhões de Vidas. Essa primeira entidade foi criada em 1998, pela Dra. Maria Emília Gadelha Serra, que tendo morado por uma temporada no Japão, onde há um gerenciamento adequado de resíduos, quando chegou ao Brasil decidiu tomar a iniciativa de reciclar o lixo, trazendo para a ação, funcionários e pacientes. Essa foi a forma encontrada para promover a educação ambiental e captar recursos para atividades sociais a partir da reciclagem do lixo, o projeto teve uma grande aceitação e adesão por parte da população da cidade de São Paulo.

O Instituto Recicle tem como objetivo promover programas de educação ambiental, a partir da gestão de resíduos sólidos, que contribuam para a construção de uma sociedade sustentável valorizando a inclusão social.

Para essa entidade, sustentável é a sociedade que produz o suficiente para si e para os seres dos ecossistemas; que retira da natureza somente o que ela pode repor; que constrói um sentido de solidariedade no uso dos recursos naturais, preservando para as sociedades futuras.

Trata-se da sociedade que explora os recursos naturais de forma racional, buscando um equilíbrio, acompanhando de perto outras atitudes igualmente necessárias para o desenvolvimento humano, como: consumo consciente, qualidade de vida – educação, saúde e renda, preservação do meio ambiente; inclusão social; economia de recursos naturais; desenvolvimento sustentável e criação de políticas públicas adequadas.

Instituto GEA – Ética e Meio Ambiente

O Instituto GEA – Ética e Meio Ambiente é uma ONG, tendo a qualificação de OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público), cuja finalidade principal é desenvolver a cidadania e a educação ambiental, assim como assessorar população a implantar programas de coleta seletiva de lixo e reciclagem.

De uma maneira geral, o GEA visa atender uma necessidade da sociedade, auxiliando-a na implantação de programas ambientais que sejam independentes das esferas governamentais. O Instituto GEA quer proporcionar à população interessada em participar na solução dos problemas ambientais – especialmente no que se refere ao lixo -, os instrumentos práticos para que essa participação seja possível.

O GEA possibilita aos cidadãos comuns, sozinhos ou organizados em empresas, condomínio, escolas, universidades, associações de bairro, municípios ou qualquer outro tipo de agremiação, assessoria para: informações sobre tudo o que se refere à coleta seletiva de lixo e reciclagem, auxílio para planejar a forma de coleta mais adequada ao local onde está instalado, dados práticos para implantação da coleta seletiva, como endereços de compradores de sucata, equipamentos necessários à implantação, entidades beneficentes que recolhem material em doação, planejamento do material de educação ambiental, realização de palestras e treinamentos ambientais.

O trabalho de consultoria desenvolvido pelo GEA é gratuito para todos os grupos, exceto organizações privadas, pois a prestação de serviços remunerados garante o atendimento aos grupos que não dispõem de recursos para desenvolver esse tipo de atividade.

ISA – Instituto Socioambiental

O Instituto Socioambiental – ISA é uma associação sem fins lucrativos, tendo a qualificação de OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público), desde 21 de setembro de 2001. Fundado em 22 de abril de 1994, o ISA incorporou o patrimônio material e imaterial de 15 anos de experiência do Programa Povos Indígenas no Brasil do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (PIB/CEDI) e o Núcleo de Direitos Indígenas (NDI) de Brasília. Ambas, organizações de atuação reconhecida nas questões dos direitos indígenas no Brasil.

No final dos anos 1980, uma série de fatos e processos marcaram um período de intensas interações entre diferentes segmentos organizados da sociedade civil brasileira, nas vertentes sociais e ambientais: o processo de formulação e aprovação dos direitos sociais coletivos e do meio ambiente na Constituição Federal (1988); a campanha da Aliança dos Povos da Floresta

(1989); o Encontro dos Índios em Altamira (Pará) para protestar contra um grande plano oficial de aproveitamento hidrelétrico da Bacia do rio Xingu (1989) e a formação do Fórum Brasileiro de ONGs e dos Movimentos Sociais Preparatório para a Rio 92 (1990) e a própria Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992).

O ISA tem como missão a defesa de bens e direitos sociais, coletivos e difusos relativos ao meio ambiente, ao patrimônio cultural, aos direitos humanos e dos povos, produzindo estudos e pesquisas e desenvolvendo projetos e programas que promovam sustentabilidade socioambiental e protejam a diversidade cultural e biológica do país.

REPREMA – Associação pela Recuperação e Preservação da Mata Atlântica

Fundado no ano de 2006, sob o comando de Sandra Diana Fried, o REPREMA é uma ONG que ainda não tem a qualificação de OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público), apesar de estar em vias de obtê-la e manter-se registrada na SMA/PROAONG. Seu objetivo principal é recuperar e preservar a fauna e a flora da Mata Atlântica. Busca também praticar o desenvolvimento sustentado das populações locais (alternativas de fontes de recursos).

A REPREMA tem entre suas principais atividades a educação ambiental, projetos de capacitação profissional para a população local, viveiro de mudas, projeto de conservação ambiental, manejo de animais silvestres, entre outros. Os projetos englobam a construção e manutenção de um viveiro de mudas de árvores nativas para reflorestamento, tratamento de animais silvestres, montagem de viveiros de bromélias e orquídeas, bem como espaço para educação ambiental, em parceria com as escolas da região.

4.3 - As ações e as práticas das ONGs ambientalistas

As atividades desenvolvidas pelas ONGs entrevistadas podem ser descritas como de perfil múltiplo, ou seja, elas estabelecem uma agenda que contempla mais de uma função, no entanto, tendem a especializar-se em uma delas, que será a função principal. No caso do GEA e do RECICLE, por exemplo, a área principal de atuação é a reciclagem de resíduos sólidos e educação ambiental com ênfase na reciclagem. Podemos aferir que essa dinâmica ocorre pela necessidade de tornar-se especializado em uma área, o que facilita a elaboração e execução dos projetos e a interlocução com os financiadores.

Desse modo, se na apresentação, ou seja, no material de divulgação, tais como: *sites*, *folders*, cartazes; e na apresentação institucional, como fóruns, seminários, órgãos estatais, setores empresariais as ONGs apresentam-se atuando em várias frentes, mas na prática tendem a se concentrar em uma atividade principal. Esta seria o 'carro chefe' da organização, sendo aceitas, quando possível, outras atividades.

De acordo com a pesquisa de campo, é possível identificar essa multisetorialização em cinco das entidades entrevistadas, e em duas delas, mais acentuadamente – REPREMA e Associação Eco Juréia – não por acaso, são as duas entidades que se caracterizam por serem, ainda, INGs. Podemos identificar, a partir das entrevistas, que aquelas que se especializaram conseguem manter e dar continuidade aos seus projetos, já aquelas, que buscam atuar em várias frentes, entram em crise, podendo deixar de existir. No caso da Associação Eco-Juréia, a presidente da ONG informou que esta estava passando por uma reestruturação, tendo inclusive fechado seu escritório e estar funcionando, provisoriamente, em seu domicílio. Essa crise é gerada, segundo as informações de campo, pela indefinição de uma agenda possível de ser executada, caso da REPREMA – que também redefiniu a área de atuação, bem como, a multiplicação de ações desenvolvidas, sem a devida especialização, caso da Eco-Juréia.

Assim, podemos aferir que essa incerteza sobre como estruturar e em que área atuar, determina o futuro da ONG. Segundo o relato da representante da REPREMA, sobre os primórdios da ONG:

“Fiz diversos cursos, eu fiquei tentando montar alguma coisa como um centro de triagem, etc, etc, para animais lá em Peruíbe, mas não consegui porque é uma verba muito grande, é uma coisa muito difícil, demanda muito dinheiro, contratação de funcionários, então ai eu tava querendo começar um pouco grande demais, aí me veio a idéia de montar, de fazer as mudas de reflorestamento, fazer um viveiro com mudas de reflorestamento, que ele seria auto sustentável, né,”
(Sandra Diana Fried, REPREMA)

As ONGs que estão estabelecidas são aquelas que começaram informalmente, a partir da ação de um grupo de indivíduos, que invariavelmente tinham uma liderança. De acordo com o depoimento da representante do Instituto Recicle, Edilaine Batista Nogueira, gestora ambiental, formada pelo SENAC/SP:

“O Instituto Recicle nasceu a partir de um projeto que se chamava Recicle milhões de vida, em 1998, que foi idealizado pela médica Dra. Emília, vou contar um pouco da história: ela morava no Japão, lá tem todo um gerenciamento adequado de resíduos, quando ela veio pra cá ela não tinha essa iniciativa, isso em 98, então ela começou a fazer no consultório que ela trabalhava que é aqui perto. [E ela ainda participa do Recicle, Edí?] Não, hoje ela é só fundadora, como presidente não é mais porque no estatuto só são duas reeleições, por um período de quatro anos, mais uma reeleição e o período dela acabou. Ai começou lá no consultório dela, começou a crescer de uma tal maneira com funcionários e com pacientes participando, que nasceu o Instituto Recicle, não foi um grupo de pessoas que idealizaram esse projeto, foi a Dra Emilia Gadelha. Aí a coisa cresceu e se tornou o Instituto Recicle, ele foi fundado em 2000, a gente começou com um ponto de entrega voluntária, como no Brasil, em São Paulo, enfim, não tinha essa alternativa de estar deixando correto os materiais recicláveis, ela pegou, fez uma parceria no corpo de bombeiros como um ponto de entrega

voluntária. Um ponto de entrega voluntária, então isso em 2000/2001, que teve essa parceria. Num primeiro momento, foi aqui na Vila Mariana nesse corpo de bombeiros aqui na Domingos de Morais, e todos os outros postos começaram a pedir esse trabalho, então a gente começou a expandir pra outros 30 corpos de bombeiros do município de São Paulo”.

Atualmente o Instituto Recicle atua coordenadamente com empresas privadas, revertendo parte de sua renda para várias entidades assistências. É importante ressaltar que a vinculação da causa ambiental – expressa no caso da Recicle por meio da coleta seletiva – tem apoio da população em geral, quando associada com a causa de crianças e jovens enfermos. A ONG mobiliza e conscientiza para a coleta seletiva, segmentos sociais ‘despreocupados’ com o ambiente (população do entorno, pequenas empresas e comerciantes). Entretanto, quando esses são informados que, a separação de lixo e a entrega seletiva reverterá em prol de instituições beneméritas, se dispõe a colaborar. As gestoras observam que ainda há um desconhecimento da importância da reciclagem, e que a disposição para colaborar com a causa, está associada a uma outra, de grande apelo, a assistência das crianças enfermas.

“Nós coordenamos com empresas privadas de coleta, na época era a Logo/Vega, hoje é uma empresa chamada, Multilixo, então nem é cooperativa nem prefeitura, trata-se de uma empresa que compra esses materiais, do Instituto Recicle, esses materiais são doados pela população do entorno, ou pequenas empresas, enfim pequenos comércios, e esses recursos depois são destinados ao projeto que nós chamamos Recicle (VIDAS) que destina parte da renda que é arrecadada com a coleta seletiva com a venda dos matérias recicláveis, para algumas entidades, hoje a gente trabalha com cinco, talvez esse número diminua um pouco mais porque a gente quer incorporar cooperativa nisso também, mas hoje, é o CraaC criança com câncer, A APAE de São Paulo que é de crianças excepcionais, o TUCA, crianças com tumor cerebral, a ADEP que são crianças com deficiência visual e o Acredite que são crianças com reumatismo. As empresas compradoras, na verdade são empresas de coleta de material

recicláveis, são empresas de coleta de lixo, que coletam materiais recicláveis que compram esse material. Uma parte é revertida para as instituições, e a outra parte para a manutenção do Recycle, isso é uma das atividades do Recycle, porque a gente implanta programas de coleta seletiva em empresas”. (Edilaine Batista Nogueira, gestora ambiental, Instituto Recycle)

O trabalho com reciclagem de resíduos sólidos teve início com a parceria com o Corpo de Bombeiros, que disponibilizou o espaço para instalação dos *containers* e com a difusão da campanha de reciclagem, várias empresas da região se interessam em adotá-las em suas dependências. A estrutura formal surgiu muito depois, quando o trabalho informal tornou-se insuficiente para as demandas que foram surgindo. Conforme, Edilaine Batista Nogueira, gestora ambiental, com cerca de sete anos experiência na área:

“Quando a história começou no Corpo de Bombeiros, algumas empresas começaram a querer esse programa dentro das empresas, e esse programa tem um foco na educação ambiental, então nós fazemos um treinamento com a equipe de limpeza, palestra com os funcionários, ou oficinas, depende, cada caso é um caso, mas assim a gente pode ter uma linguagem mais lúcida, com intervenção cênica, com oficina. O programa de implantação básico é: palestra, oficinas envolvendo todos os funcionários, porque não é só colocar o coletor que não adianta nada, tem que trabalhar a pessoa, a gente trabalha com educação ambiental nesse sentido, faz o treinamento da equipe de limpeza. Primeiro nós fazemos uma visita técnica pra ver, conhecer a empresa, saber da infra-estrutura, do que nós precisamos adquirir, aí a partir desse levantamento, nós montamos um relatório, toda importação informando sobre tudo o que será necessário, ferramentas, infra-estrutura, para podermos implantar o programa. (...) Vamos verificar o lugar onde o material reciclável será armazenado, enfim tudo, vai passar por todos os departamentos, depois que a empresa adquirir isso, nós começamos a fazer o trabalho de educação ambiental, através das palestras, dos

treinamentos, informativos, se a empresa optar por cartilha, comunicação intranet, Internet, cartazes... (...) O Recycle faz a coleta desses materiais, a coleta seletiva, treina a equipe, responde por toda a infra-estrutura necessária a coleta dos materiais através dessas empresas coletoras, envia mensalmente um cartaz de resultados para que eles possam imprimir e colocar no quadro de comunicações, ter acesso ao público, e um relatório de coleta seletiva com tudo que foi coletado e repassa parte do recurso para essas entidades que atendem as crianças e adolescentes, que eu falei anteriormente”.

Ainda segundo, Elaine da Silva, pós graduada pelo PROCAM/USP, do Recycle:

“O Instituto Recycle se especializou no trabalho de reciclagem de resíduos sólidos, fazendo, esporadicamente, intervenções em outras áreas, como por exemplo, oficinas de educação ambiental. Um dos últimos trabalhos realizados foi uma oficina no Projeto Espaço Ecologia, em parceria com a Toyota, que ofereceu cursos de educação ambiental para crianças das escolas públicas do Guarujá/SP (atendimento prestado para quatorze escolas), no mês de fevereiro de 2007”.

Identificamos uma grande importância para os representantes das ONGs entrevistadas, o histórico e o conhecimento dos trabalhos desenvolvidos, mesmo em ONGs de maior porte como por exemplo, a Fundação SOS Mata Atlântica. Todos os entrevistados mostraram um profundo conhecimento das organizações das quais fazem parte e, que iniciativas e atividades essas desenvolvem.

“(meio ambiente) é um tema muito grande, então, que não dá pra abraçar tudo, a gente vai fazer tudo mal, vai fazer tudo ruim, então a gente centraliza, tem ONG que trabalha com clima e alimentos transgênicos, outros que trabalham com água e manejo florestal, que é o nosso caso, tem um que trabalha com coleta seletiva... as linhas do SOS são as políticas públicas...significa fazer lobby junto a...deputado, senador, governos de plantão, pra que se aprove e se ponha em prática leis que favoreçam a uma maior proteção aos ambientes naturais ainda

preservados, e que consiga também favorecer pra que aumente o número de floresta de pé – a gente trabalha muito com meio ambiente in natura Mata Atlântica, a gente está na Mata Atlântica aqui em São Paulo, as pessoas se associam, a gente trabalha os recursos hídricos, a educação ambiental ligada a esses temas, o trabalho de capacitação, de fornecer informação, orientação ,atualizado pelo Estado, então a gente trabalha com isso, toda quinta-feira tem palestra aqui...então a gente trabalha com isso, trabalho com REDE... apoiando institucionalmente, a gente leva, desde o institucional a gente leva pra dar força lá, que ao mesmo tempo que a gente ganha força localmente, porque a gente, o local pega da gente essa força nacional (o reconhecimento que o SOS tem abre portas). Esse projeto de monitoramento também, a gente faz isso, são mais de 300 grupos de reflorestamento, muitas das ONGs que trabalham com a gente nesse projeto têm isso, a gente entra nas comunidades e, essas entidades, escolas ONGs, associações, a gente entra nessas comunidades que a gente nunca teve inserção, e ao mesmo tempo eles ganham a visibilidade é muito grande porque a gente tem o logo SOS Mata Atlântica, ele identificou o trabalho deles com o SOS junto entendeu, isso chama parceira”. (Gustavo Veronesi, geógrafo e educador ambiental, quatro anos de SOS Mata Atlântica)

Outro depoimento que demonstra um conhecimento consistente das ações desenvolvidas pela organização que representa é o de Renata Chadú, economista com especialização em captação de recursos pela FGV-SP, atuando na área ambiental há três anos, coordenadora de projetos do IBENS:

“... investimento na área ambiental, então, por exemplo, aquela foto ali que você está vendo chama-se MARALIMENTOS aquela empresa, é na Ilha de Marajó, então o que ela fez? Qual é o investimento necessário para se um negócio sustentável, entendeu? qual o risco que se tem, é esse estudo, essa consultoria e aí o que eles perceberam? Que a maioria dos projetos socioambientais tinha uma vertente que era meio quebrada, que era a questão econômica, então o IBENS surge nessa, pra apoiar essa vertente, que é a questão do negócio, então muitas vezes a gente tem um empreendimento comunitário que as ONG’s apóiam, por

exemplo, vamos melhorar a qualidade da castanha aí vai, capta dinheiro, sei lá, no exterior e investe e faz, tem suporte técnico, aí tem aquela baita produção e aí, o que vai fazer com aquilo, ninguém pesquisou mercado, ninguém sabe onde vai vender, quem quer comprar, onde estão os possíveis compradores, então é nessa vertente que o IBENS entra, para transformar um investimento comunitário pra ser, ou qualquer negócio, que seja sustentável, pra ser sustentável mesmo, precisa ter essa vertente de mercado sendo trabalhada, então é nessa linha que surge o IBENS. E aí quem começou com o financiamento da SECO, uma secretaria do consulado suíço – Secretaria de Comércio e Assuntos Econômicos, alguma coisa assim, eles não costumam apoiar ONGs, são empreendedores que visam lucro né, e aí o IBENS é uma exceção na listagem deles, porque a Renata tinha alguma entrada e aí as pessoas confiaram no nosso trabalho também, viram que tinha uma estrutura bem formada assim, o IBENS está bem estruturado, é muito dinâmico nosso trabalho, a gente está sempre questionando o que a gente faz, o que a gente tem que melhorar, a partir das vivências que a gente tem no campo. A filosofia é essa de comprometimento com o desenvolvimento sustentável e com o Meio ambiente (...) Então assim é...aí a gente, agora a gente está na fase do plano de negócio, como a gente vai estruturar esse negócio, em seguida, quando o negócio tiver estruturado no papel, a gente vai socializar essas informações com a comunidade, olha gente – identificamos tais mercados, o que vocês podem fazer é isso, de acordo? Não precisa melhorar isso melhorar aquilo – a gente vem e adequa, isso assim, antes de apresentar pra comunidade a gente forma um comitê aqui mesmo no IBENS, com especialista da área, então vamos supor, um negócio de açaí, a gente chama uma pessoa da academia, da parte técnica que entenda de açaí, um cara, uma pessoa de mercado que entenda de produtos não madeiros, é um ambientalista, para discutir, oh nós estamos propondo isso, o que vocês especialistas acham, cada um opinando na sua área, aí eles falam: olha tem que adequar aqui e aqui, adequamos o plano, passamos de novo para o conselho, OK. OK, vamos socializar na comunidade agora – Comunidade é isso e aí? O que é que vocês acham? – ah viável vamos tocar – uma vez que eles acham viável, o que é que a gente faz? A gente faz as capacitações, então tem as capacitações técnicas, que são os nossos técnicos

que realizam, quando eles não tem a formação chamamos de fora, para prestar consultoria para nós”. (Renata Chadú, coordenadora de projetos do IBENS)

Uma experiência bastante peculiar na criação de uma ONG foi vivida pela representante e atual presidente do GEA – Instituto Ética e Meio Ambiente. Ana Maria Domingues Luz é formada em relações públicas, tendo iniciado sua carreira na CETESB, na assessoria de imprensa. Depois de algum tempo decidiu pela transferência para área de educação ambiental. Atuando nessa nova área percebeu a necessidade de aperfeiçoar-se, iniciando um mestrado em Ciência Ambiental, no PROCAM/USP. Durante o período de estudo, candidatou-se a uma vaga em um curso de especialização em Educação Ambiental, nos EUA, Boston University, na área reciclagem de resíduos sólidos. Solicitou licença na CETESB e passou um ano estudando. Seu retorno coincidiu com a nomeação como Secretário do Meio Ambiente do Estado, Fábio Feldman, conhecido e respeitado ambientalista, que propôs e implementou a coleta seletiva nas dependências da Secretaria, com o intuito de estender o programa às outras secretarias e órgãos do Estado. A entrevistada participou ativamente desse projeto que foi denominado: JOGO LIMPO. Esse projeto não obteve sucesso entre as outras secretarias e órgãos governamentais, por outro lado, recebeu atenção do público que, em busca dos serviços da SMA, entrava em contato com o programa e solicitava sua implantação em suas instituições de origem (empresas ou nos órgãos públicos). Em outras palavras, o projeto JOGO LIMPO foi um sucesso de público ‘externo’ - cabendo observar que esse não era o seu objetivo inicial – criando novas demandas para os funcionários da secretaria. Com o final de mandato do secretário Fábio Feldman, o projeto foi sumariamente extinto, pelo novo secretário, Ricardo Trípoli, que de acordo com mais de um depoimento, de ambientalista não tem nada, apenas utiliza-se da causa ambiental para ocupar cargos públicos. Frente a essa conjuntura, Ana Maria Domingues Luz pede exoneração de seu cargo, e juntamente com Aracy Musolino Montineri funda o Instituto GEA. Dentre suas atividades o GEA destaca-se por implementar projetos de reciclagem de resíduos sólidos juntos as mais variadas instituições, bem como fornece suporte técnico e pedagógico, inclusive com capacitação de mão-de-obra,

para a consecução de cooperativas de reciclagem. Com as instituições que solicitam projetos de reciclagem o GEA realiza:

“Levantamento do lixo, vamos dizer que é um programa de implantação de coleta, levantamento do lixo, é o estudo dos locais pra se implantar lixeiras, posição de lixeiras adequadas, depois a gente faz a implantação, é...que são as palestras, planejamento para a colocação das lixeiras...Educação, treinamento do pessoal da limpeza, proposição de ações de realimentação do processo, depois nós, ultimamente nós agregamos um negócio que é um novo levantamento pra fazer um indicador de comparação entre como funcionava o lixo, como era antes e como está funcionando agora, para eles poderem comparar o quanto melhorou...quanto as empresas estão economizando, investe-se agora pra economizar depois”. (Ana Maria Domingues Luz, presidente do GEA)

Em outra frente de atuação, o GEA trabalha com parcerias com agências públicas, algumas experiências dessas parcerias estão relatadas a seguir:

“...a gente sempre na penúria aqui no GEA, mas atendendo gratuitamente segurando as pontas, aí conseguimos um contrato com o IPT, Instituto de Pesquisas Tecnológicas, que tinha sido contratado pelo SEBRAE, um projeto do SEBRAE de implantação de coleta seletiva em dois municípios para desenvolver um livro, seria um guia, contratou o IPT pra fazer o serviço, o IPT não tinha conhecimento nessa área e contratou o GEA.. aí pesquisou quem é que entende, quem é que entende é o GEA, então contratou o GEA pra fazer o serviço, então nós trabalhamos durante um ano mais ou menos, acho que um ano, mais de um ano, nesse projeto com fundos do SEBRAE e gerenciado pelo IPT, que era a implantação...com O IPT. Então nós trabalhamos as mil maravilhas, nós demos super bem, amamos o pessoal do IPT eles também amam a gente, nós nos demos super legal, porque tínhamos a mesma forma de pensar, e desenvolvemos esse projeto, foi muito bem sucedido, e daí começamos a trabalhar bastante com catadores, porque, por conta disso, então nós ficamos na verdade com três vertentes de trabalho, uma é o atendimento que se mantém até hoje (ao público)

do mesmo jeito, o outro era um atendimento para empresas, de consultoria diversas, porque daí nós começamos a fazer, aí uma empresa nos contratou pra fazer....os jardins da empresa, eles queriam fazer um jardim com perfil ambiental – princípios ambientais, e daí – nós não entendemos nada de jardim – não, mas nós ah...confiamos em vocês, porque nos falaram que vocês são sérias, e aí contratamos, a gente assumiu, contatou outra empresa, gerenciamos isso, então que não tinha nada a ver, mas trabalhamos no jardim, tentamos botar madeira certificada nós...enfim, e aí trabalhamos fazendo treinamentos diversos pra empresas, que eles queriam treinar multiplicadores de educação ambiental, a gente criou um curso, a gente criou um curso pra eles, ai pediram pra gente fazer, nós começamos a fazer vários trabalhos diferentes, mas sempre com resíduos, coleta seletiva, reciclagem, educação ambiental, como fundo, como base – então a gente trabalha nessas empresas que são serviços né, e na parte de catadores com projetos com fundos de basicamente do governo. Então a gente se candidatou a um edital do Fundo Nacional de Meio Ambiente, que era um projeto para catadores, nos candidatamos, apresentamos o projeto e fomos aprovados, e aí nós estamos desenvolvendo um projeto com Fundo Nacional do Meio Ambiente, isso aí é um projeto de dois anos, que nós vamos pedir para estender o prazo porque o dinheiro não chega... não o dinheiro chegou uma parte, mas agora falta $\frac{3}{4}$ do dinheiro que não chega, e já faz um ano e alguns meses que começou o projeto. É, ai então com isso que nós estamos trabalhando: com o Fundo Nacional do meio Ambiente, aí a gente se candidatou a um projeto da Petrobrás, um edital, também fomos selecionados, então estamos desenvolvendo um projeto com fundo da Petrobrás, e ai apareceu um edital da Secretaria do Verde e Meio Ambiente (Municipal), a gente está com projeto da Secretaria do Verde...”. (Ana Maria Domingues Luz, presidente do GEA)

4.3.1 – As ONGs e o setor público

As relações das ONGs e o poder público, representado tanto pelos órgãos legislativos quanto por aqueles responsáveis pela realização de financiamentos e parcerias são examinados tendo em vista o grau de interação entre eles, de

acordo com as características que definem cada um dos atores em questão. Apesar de ser um fato bastante comum as parcerias com as instituições públicas, representadas por suas diversas agências de financiamentos, as ONGs participantes da pesquisa assinalam da dificuldade para a concretização dos mesmos, das exigências e dos critérios utilizados para se firmar as parcerias. Alguns exemplos, expressos dos depoimentos podem ilustrar e esclarecer sobre as dificuldades encontradas e, muitas vezes não superadas. O que se destaca, são os entraves e da burocracia governamental.

“(na outra sala) a administração do GEA, porque além de tudo essa coisa da contabilidade, para os projetos do governo a contabilidade é infernal...(…) temos que apresentar, por cada coisa que você faz tem que apresentar três orçamentos, esses três orçamentos precisam ser numa data não sei o quê, isso demanda tempo. (...) E daí, com isso, a gente tem que perder dias pra fazer edital, você tem que mandar um não sei o quê, tem que saber a licitação, tem que prever...é um negócio sabe..que tinha que ser mudado, não é possível, sabe, eu acho que tinha que ter uma fiscalização viável, porque a estrutura que eles pedem, de contabilidade, é para um IPT, por exemplo, para uma CETESB, que tem um time de contadores, uns três andares lá de contabilidade, recurso humanos, licitação, então eles podem fazer...os critérios...é um critério pra todos os tamanhos. Para uma OSCIP que tem meia dúzia de pessoas e para o IPT, que tem dez prédios, para a CETESB, não dá, eles têm gente pra fazer isso, nós não temos, mas nós temos que cumprir as mesmas exigências que eles, então é um negócio assim sabe, nós, por exemplo, esse do Fundo Nacional, meu Deus , isso está dando tanta dor de cabeça...(…) porque é claro eles tem que exigir de nós, você diga o que você fez, faça um relatório, está certíssimo, você tem que prestar contas do que você gastou naquele mês, por mês eu gastei tanto, você faz uma planilha eu gastei tanto, com isso, gastei tanto com aquilo, você guarda as notas aqui, se eles quiserem ver você tem as notas, mas isso é simples, isso aí é o que você faz para empresa...(…) A pessoa dá te dando dinheiro, você tem que dizer o que você fez com ele, eu acho que isso está muito certo, agora você ter que fazer 3 mil licitações pra cada coisinha que você compra, um negócio complicado, e daí

você tem que fazer uma papelada para prestar contas, você tem que preencher num sistema, numa planilha de computador...que você tem que dizer até que dia o cheque foi pago, que dia que o cara recebeu, que dia que saiu da sua conta, então aquilo te demanda um tempo, explicação pra cada cheque que você gastou, o dia que a pessoa depositou, que dia que caiu, sabe é um negócio que nós não temos estrutura pra fazer...”. (Ana Maria Domingues Luz, presidente do GEA)

“porque também o setor público assim, eles são, a burocracia é muito grande, você não tem idéia, a gente passou num projeto da MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário) foi aprovado, pra sair recurso demorou uns cinco, seis meses, assim, só de trâmite burocrático, documentação, ata de reunião, - ah tá mais faltando isso, tem que providenciar isso, sua parceira não tem – e a gente era parceira de uma associação local, você acha que uma associação local tem sei lá, o tanto de documentação que eles pedem entendeu? você trabalha numa comunidade – você não tem ata da última reunião atualizada pelo conselho – gente, então a gente teve que mudar, colocar o nome de outra ONG que trabalhava localmente, então sabe, é toda uma burocracia tão desnecessária para você efetivar um projetinho de um ano.” (Renata Chadú, coordenadora de projetos do IBENS)

A presidente do REPREMA segue o mesmo padrão em seu relato da experiência com os distintos departamentos dos órgãos públicos e com os trâmites burocráticos impostos para a legalização da organização:

“É fácil você montar um estatuto [para criar uma ONG], juntar os amigos pra fazer, pra ter um fórum de sócio pra fazer uma eleição, tudo isso, você junta essa documentação toda e vai a um cartório como se fosse uma empresa normal ai você registra num cartório daí pra você conseguir a condição de um OSCIP, leva dois, três anos Até porque com menos do que isso não tem jeito - pega aquela pasta pra mim por favor - ali eu tenho do Ministério...e aí depois você faz uma aplicação – obrigada - do Ministério da Justiça, uma aplicação da palavra meio inglesa né, você faz um...manda lá um formulário pro Ministério da Justiça,

pra você conseguir esse documento...que é...o tal do - deixa eu achar - o tal do documento que é esse documento aqui ó (mostra o documento) – Isso aqui faz parte da solicitação, está vendo? ai fica um...um...uma troca de correspondência você vê, o Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Justiça então meu requerimento de qualificação como organização da sociedade civil nos termos da lei... o processo foi analisado e nos temos o número não sei o quê do parecer em anexo em três de outubro de 2004, no pleito foi deferido, então despacho não sei o que agora eu tenho... eu por exemplo, eu não posso, vê como a coisa é enrolada, eu não consigo chegar e pedir recursos, porque eu ainda não sou OSCIP (...) então dessa maneira o que é que eu pretendia, assim que eu conseguisse me livrar da burocracia que a própria Secretaria Estadual do Meio Ambiente me impõe...para montar o viveiro heim, para montar a OSCIP foi outra burocracia, que eu já passei cinco anos atrás (risos) a agora é para montar o viveiro. Por que como eu tava dizendo é uma APA (ÁREA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL) que fica no aquífero, então o que acontece, aí as pessoas viram pra você e dizem você não pode fazer nada dentro daquela APA, mas eu digo eu não vou impermeabilizar nada, o solo eu não vou ...é uma coisa diferenciada eu vou montar o viveiro, ah tem que ir no DUSP – Departamento de Uso e Ocupação do solo do município, uma coisa do gênero, eu não sei a sigla completa, o rapaz me atendeu tentou ser muito solícito, me deu um calhamaço de exigências – de papel sulfite, com itens e itens infundáveis, de...tem que dar entrada na CETESB, tem que dar entrada não sei no quê, tem que dar entrada na SABESP, tem é...eu tenho que pagar, para fazer. ah enfim...é não importa...resumindo um inferno de burocracia...”. (Sandra Diana Fried, presidente da REPREMA)

Dos relatos das experiências com os órgãos públicos, tanto no que diz respeito a consecução de parcerias quanto ao licenciamento e obtenção de certificados, que otimizem a atuação das ONGs, constatamos as dificuldades encontradas. Para além das dificuldades com a burocracia estatal, aferimos ainda, em pleno início do século XXI, uma relação que se dá na base do que tão acertadamente, Sérgio Buarque de Holanda conceituou, inspirado por Weber, de ‘patrimonialização’ do Estado e, que Roberto DaMatta apontou tão bem de

'relações de 'compadrio'. Não obstante, os avanços tecnológicos, que deveriam otimizar e facilitar os despachos e informações dos órgãos públicos, esses ainda operam sob o comando de relações dadas pela personalidade, e pelo arcaico método das relações baseadas na empatia e amizade. Os relatos, a seguir demonstram que as relações baseadas no *vis-a-vis* e na personalidade estão presentes nas relações entre os órgãos públicos e as ONGs. Essas são estabelecidas como se ainda vivêssemos sob o domínio da 'comunidade', que tem por base os laços afetivos e irracionais, onde o modelo arcaico compromete e emperra o fluxo e possíveis acertos.

“[Quais as ONGs que mais procuram a secretaria] vem das pequenas e das grandes, as pequenininhas e as grandes né,...as grandes geralmente tem amizade com a Fernanda Bandeira, porque elas estão interessadíssimas nesse projeto da Bolsa de Valores, eu preciso parar pra conversar com ela e ver em que pé está e com as empresas que ela está contatando, e...as pequenininhas elas conversam comigo porque eu chamo aqui, eu dou toda atenção, cafezinho, puxo a orelha, convido para ir lá, in loco entendeu? Levo para ver o secretário, coisas que realmente fazem diferença. A de Pontal do Paranapanema se vier aqui vai ser atendido, ou até melhor que qualquer outra entidade grande que chegar, da mesma forma mais democrática possível. (Fernanda Morgade, assessora de gabinete do secretário do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, Xico Graziano)

“Eu acho que tomei um chá de cadeira de 40 e pouco minutos, até que alguém me explicou que o PROAONG não existe mais, que a Rosário não é mais responsável pelo PROAONG, eu falei bom o que eu faço vou embora, eu desisto de montar o projeto, porque da maneira que me foi impingido uma série de requisições e requerimentos e sete mil reais para CETESB, cinco mil reais pra num sei quem, exatamente que são os valores que eles pedem, de..de...como fala? Essas taxas, pra você...pra eu poder montar o viveiro, como se eu fosse impermeabilizar o solo, como se eu tivesse que ser é...é punida por estar tentando montar o viveiro. E...na realidade por fim após horas pra cá e pra lá, pra cá e pra lá, a recepcionista passou pra uma outra pessoa, e de repente veio a Fernanda

Morgade [atual assessora do secretario, Xico Graziano]. Por telefone e diz assim e então, eu falei então ai expliquei tudo de novo pra ela, falei olha você até me perdoe se eu não estou mais com muita paciência, é que eu já contei essa história muitas vezes a gente acaba, ela é claro, super solícita, muito gentil, ela disse assim pera aí que eu vou descer então, porque eu falei assim, eu ou desistir de montar um projeto porque vocês na realidade não querem que ninguém faça nada pelo meio ambiente, certo. Não pera ai eu vou descer tal num sei o que - ela é muito alegre muito animada, é uma pessoa ótima, ai nos fez subir, fomos lá na sala, ela disse assim, eu não sei exatamente que eu acabei de assumir aqui também, não sei exatamente quem a gente tem que falar, mas eu vou achar alguém que consiga resolver seu problema. De fato ficamos até as seis e meia da tarde, e ela desbarrancou todo mundo dos seus postos dentro da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, eu falei com um monte de gente que me atendeu super bem. Ai consegui falar com uma pessoa que virou pra mim e disse assim pra mim, não, mas isso é absurdo, porque nesse ínterim eu falei com a pessoa responsável pelo próprio DUSM, não ele falou o cara ta certo porque a lei manda, eu falei gente! eu não foi construir uma fábrica ali, eu não vou impermeabilizar o solo, tem que ter um bom senso pra quem analisa esses projetos. E aí esse rapaz que o nome dele também está lá embaixo, agora não lembro, ele virou pra mim, ele chegou assim você tá certíssima, isso é um absurdo vamos resolve isso da seguinte maneira você me manda o estatuto da sua OSCIP, a ata atualizada de eleição é onde eu estou demorando agora porque eu tive que fazer uma nova ata. Então agora esse é um processo...que já dei entrada mas vai levar até o dia 20 pra eu conseguir essa papelada toda, e ai sim mandar isso tudo pra ele, ele disse assim ai você me dá um telefonema e eu vou analisar esse seu processo, nós vamos eliminar isso não tem cabimento. Se eu não vou impermeabilizar o solo, se não foi degradar o ambiente, porque eu tenho que ser penalizada como se eu fosse fazer isso”. (Sandra Diana Fried, presidente da REPREMA)

“...o negócio foi o seguinte, quando mudou o secretário, o secretário novo [Ricardo Trípoli] falou: não esse negócio de lixo é muito...acaba com esse negócio ai. Aí o Tripoli falou não, não, eu quero trabalhar com flor, com coisa bonita, nada

desse negócio de lixo, acaba com esse negócio, então ele mandou acabar o projeto, e nós não nos conformávamos...[Minha questão é a seguinte: quando o secretário diz acaba o projeto acaba, mesmo que esteja funcionando, tendo demanda?] Acaba – ele manda acaba. Não teve jeito, isso aí...e não, nós não fomos o único projeto, o nosso ainda era projeto pequeno, tinha projetos com verbas do exterior, o secretário disse não, não quero esse negócio e acabou. certo, então, no nosso caso... nós, olha, tentamos de tudo, tudo que você pode imaginar, nós tentamos falar com deputado, nós falamos com toda secretaria dele, nós explicamos o projeto, nós levamos todo o material, o quanto nós já tínhamos feito, o que nós já tínhamos resolvido, quanto mandado...sabe, quantas pessoas nós tínhamos atendido, como é que funcionava, a gente não tinha nem cargo, nosso cargo era...que a gente tinha feito concurso, não tinha é...não tinha nenhum gasto, além de tudo, alguma coisa que ele quisesse pegar pra ele, tem um cargo, eu quero passar o cargo pra outro, então acaba logo esse negócio que eu quero botar o meu cupincha. Leviandade, pra não falar outra coisa, leviandade, o projeto acabou por leviandade”. (Ana Maria Domingues Luz, presidente do GEA)

As entrevistas realizadas com os quadros da Secretaria confirmam o depoimento acima. Continua a ser uma prática comum a desativação de programas criados em gestões anteriores e; quando isso não ocorre, troca-se o nome do programa, remaneja-se os funcionários, mudam o local de instalação, etc. Essas práticas, ainda de acordo com os depoimentos, gera insegurança e falta e/ou conflito de informações, potencializando o ‘personalismo’ e dificultando os processos de trabalho. Nos depoimentos podemos perceber essas dificuldades:

“A minha experiência é desde junho de 2005 e o término foi em dezembro de 2005, quando assumiu o nosso secretário Xico Graziano. Anterior a junho de 2005 na época que era coordenador era vinculado o PROAONG diretamente ao secretário, ao gabinete do Secretário Prof. José Goldemberg, a partir dessa mudança de 2005, junho, passou a ser vinculado a coordenadoria de planejamento ambiental estratégico e educação ambiental e também ao departamento de educação ambiental, então tinha mais duas...hã, dois patamares

para que agente pudesse estar desenvolvendo o trabalho, houve uma mudança com relação ao espaço físico e ao número de pessoas...[quantas eram] Oscilou, eu acho que teve 4 ou 5 pessoas depois as pessoas foram mudando de áreas, quando eu assumi tinha exatamente uma técnica, há...uma secretária e uma estagiária, aí o que aconteceu, que no término só ficou eu e a secretária. Então a possibilidade de você desenvolver um trabalho mais extenso, de maior amplitude, dar uma assistência maior as ONGs ficou prejudicado, optou-se por fazer uma série de cursos pelo interior, nós fizemos muitos curso pelo interior de São Paulo. (...) No momento, a gente...o PROAONG agora está sob nova coordenação, né, a próxima coordenadora, dá mudando um pouco o jeito, não vai mais se chamar PROAONG, pelo que eu sei, mas é outro nome, mas continuam, talvez retome-se uma aproximação maior com as ONGs, já foram feitos na gestão do Xico Graziano, que é nosso secretário atual, já foi feito reuniões com as ONGs, já foi feito também uma...micro reuniões, pra aproximar, pra trazer essas ONG's pra cá, uma articulação maior entre o governo e as ONGs, então acredito que o trabalho vai ser aprimorado..." (Maria do Rosário Fonseca Coelho, educadora ambiental, coordenadora-adjunta do PROAONG/SMA)

"Você tem o menu [mostra a página da internet] de vários detalhes assim bem bacanas da Secretaria né, então a gente vê o link sobre águas, tudo então a gente tem o PROAONG, eu estou pensando em fazer um novo link aqui chamado NAAEASP, um Núcleo de Atendimento e Apoio as Entidades Ambientalistas de São Paulo, teria basicamente o que o PROAONG tem: busca, entidades cadastradas, que num primeiro momento o PROAONG serviu pra mapear as entidades ambientalistas, são ONG's, são OSCIP, são fundações né, de caráter não governamental que tem interesse, foco na área ambiental, então assim, num primeiro momento foi isso, no segundo momento a gente pensou em agregar isso na parte política, como? Trazendo esse núcleo para o gabinete e fazendo com que as entidades sejam nossas parcerias, de que forma? as entidades é...vão trazer os projetos para a secretaria nós vamos analisar esses projetos e vamos tentar entrar em parceira conjunta com essas entidades, em termos de fiscalização, em termos de aproveitamento, de otimização, desses recursos..." (Fernanda Morgade,

assessora de gabinete do Secretário do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, Xico Graziano)

4.3.2 – As ONGs e o setor privado

As ONGs que mantêm interlocução com as instituições privadas, nos termos de parcerias, ressaltam a agilidade dos acordos e a eficiência nos mecanismos de verificação e supervisão dos trabalhos executados. De acordo com os relatos dos entrevistados as empresas que procuram as ONGs, tem em vista melhorar sua imagem junto à opinião pública e, coagidas pela legislação, implementar políticas de manejo e produção limpas, sendo obrigadas a buscar nas ONGs ambientalistas, soluções e otimização de sua produção, por meio de economia de recursos, como por exemplo, implementando coleta seletiva em sua dependências ou instalando equipamentos de última geração para a produção de energia limpa.

“[sobre a agilidade do segundo setor] É assim oh a gente precisa disso: vocês podem ajudar? A gente apresenta a proposta e o prazo, eles normalmente convidam outras ONGs, consultorias, pra ver o que mais encaminha o que eles querem, qual o prazo? Vamos supor 20 de março, apresentamos dia 20 de março resposta dia 27, mandam um e-mail, olha vocês foram aprovados, reunião dia X para assinatura do contrato, elabora-se um contrato conjunto, e-mail, assim é super...é muito mais rápido entendeu, elabora-se um contrato, advogado aqui, advogado lá, em menos de um mês a gente tem um contrato assinado, e aí vamos começar? É assim muito mais rápido. É lógico que eles consultam né, não é esse monte de documentação, essa coisa toda, você imagina pra um governo...pra uma captação com o setor público, leva seis0 meses, com o setor privado um mês, pôxa, o que não demanda de energia das pessoas, da instituição, demanda de tempo, sabe, são oportunidades, está perdendo de trabalhar com a comunidade que é o objetivo dessa instituição, que é pra ficar cuidando de papelada sabe, assim, é de oportunidade...”. (Renata Chadú, coordenadora de projetos do IBENS)

“Eu por exemplo, eu poderia chegar ao próprio grupo de construtoras ou pro próprio governo do estado ou a quem de direito ali com relação ao Rodoanel e dizer – olha eu vou montar o viveiro ali do lado, pra eles é muito prático, porque as mudas estão próximas, entendeu, eles vão ter muito menos despesas então você me custeiam a montagem do viveiro? Claro que sim. Sabe quanto custa pra montar aquele viveiro inteiro: não vai sair mais do que 20, 25 mil reais... agora pra eles isso é como se diz na gíria é dinheiro de pinga 25 mil reais pra eles claro ele me custeiam, pra eles isso é bom, ai eu digo olha e eles...vou fazer uma proposta marqueteira, claro, porque tudo funciona assim, ah posso dizer então que a gente patrocina a associação de recuperação? claro que pode, com certeza, ponho uma faixa imensa...Você ganha lá a gente ganha aqui, deste que seja pra resolver o problema do meio ambiente. (...) Se quiser eu coloco na frente do viveiro, entendeu, que esse viveiro foi patrocinando por fulano, sicrano e beltrano, sem dúvida nenhuma porque não, entendeu, uma mão lava a outra (...) não é difícil, não é difícil, você tem muitas empresas com passivo ambiental muito grande aqui no Brasil, e essas pessoas ficariam muito felizes em ter o nome delas ligado a uma... OSCIP, a uma ONG que esteja preocupada exatamente no reflorestamento de áreas degradadas...” (Sandra Diana Fried, presidente da REPREMA)

Podemos identificar ainda que as relações com o setor privado são estabelecidas tendo, por parte das ONGs, clareza dos diferentes motivações e papéis sociais que os setores com quem fazem parceria representam. O que nos parece novidade é uma outra percepção dos diferentes atores sociais, reconhecendo possíveis colaboradores à causa ambiental. Cabe assinalar que os representantes das ONGs têm clareza sobre os interesses de cada um de seus parceiros, o que não limita nem impossibilita-os de estabelecer alianças pontuais e estratégicas, aproveitando, uma pressão ‘espontânea’, realizada pela opinião pública e, uma coerção legal feita por meio da legislação, que obriga os possíveis parceiros a repensar e cooperar.

“Pra gente não, desde que a empresa não seja uma empresa contrária aos princípios da entidade, [Então não há um preconceito capitalizar junto ao 2º setor] Não, de jeito nenhum, tanto que...hoje é o Bradesco e o SOS firmaram convênio, entendeu? mas revertem para o SOS, entendeu, ai, não tem um problema tão grande trabalhar com eles, uma empresa que realmente polua, uma hidrelétrica num rio que não pode ter hidrelétrica, essas coisas, nós não vamos aceitar um centavo desses caras a gente morre na míngua, mas não aceita esse dinheiro desses caras, entendeu, agente acredita no diálogo, você trabalha em rede, trabalha com conversa...” (Gustavo Veronesi, geógrafo e educador ambiental, quatro anos de SOS Mata Atlântica)

“Marketing social, redução de gastos com despesas de lixo – principalmente esse dois aspectos – um ou outro que liga porque existe alguém do marketing, alguém que é mais simpático à causa e quer implantar na empresa ou tem na escola do filho e achou bacana, quer fazer, liga pra saber, é bonitinho –a empresa tem que pagar a retirada do lixo, o lixo acumula, ela não pode colocar pra prefeitura coletar porque passou de cinqüenta quilos, o gerador é responsável pelo destino daquele material, então pegando o reciclável tendo outra destinação é menos custo que você tem com o lixo comum, existe essa coisa, é fato e existe também o lado do marketing, a gente é do bem, a gente é uma empresa socialmente responsável...Imagina só uma instituição que tem um lado, mas em contrapartida doa pra entidades sociais ligas a saúde da criança, por exemplo, então pra o cara é tudo que ele precisa, ele tem o selo ambiental e o selo social, responsabilidade sócio-ambiental – resolve o problema do lixo – e ainda fica bem na fita.” (Edilaine Batista Nogueira, gestora ambiental, Instituto Recicle)

4.3.3 – A interação em REDE e a inter-relação com os beneficiados

Os canais de comunicação utilizados pelas ONGs são fundamentais para a sua operacionalização, a internet tem sido um instrumento valioso, tanto no que concerne ao conhecimentos de concorrências e audiências públicas, visando os contratos de parceira, quanto na capacidade de trocaram informações, apoiarem-

se institucionalmente e, cooperarem para a realização de um projeto, cujo escopo daquela que obtém os recursos não é suficiente para a capacitação do projeto. Nesse caso se estabelecem o que é denominado a Rede, conjunto de entidades que trocam informações continuamente e estão conectadas com os projetos umas das outras. Assim sendo, exemplificamos, com a experiência da parceria entre ISA e GEA, bem como o apoio institucional do SOS Mata Atlântica às instituições menos conhecidas a quem empresta seu *logo*, sua grife institucional. No depoimento da representante do GEA, podemos perceber o entusiasmo pelo trabalho em conjunto:

“nós fizemos um trabalho contratado pelo ISA, você vê como é que é, no Xingu, estudo do lixo dos índios. Super bacana também, a Faculdade Paulista de Medicina né, que cuidam lá do Xingu e tal, verificou que estava tendo um problema muito grande de lixo, um acúmulo de lixo muito grande, e que então eles queriam uma solução, uma proposta de gerenciamento desse resíduo, como é que é? o que nós fazemos com isso? começaram a procurar também tudo quanto foi órgão, empresa etc, e todo mundo falava só o GEA vai resolver isso, e acabou sendo, aí eles chamaram a gente, nós conversamos com eles, nós temos algumas idéias, e aí demorou um tempo eles viabilizaram também a verba e acabaram nos contratando pra fazer esse estudo, nós fomos lá no Xingu fizemos um grande levantamento. Passamos dez dias lá no Xingu, visitamos 14 aldeias, enfim, foi uma maratona, mas nós juntamos dados, fizemos um estudo...estudamos...aí nós rodamos as universidades e os órgãos de pesquisa, tudo aqui pra tentar pensar em soluções viáveis para o lixo do Xingu, que não adianta você vir - ah precisa fazer um aterro sanitário – precisa de uma pá carregadeira, ah não reciclar, tá bom reciclar como traz de lá? de avião? O lixo? Quer dizer quem vai trazer? Então nós tivemos que pensar em soluções viáveis para gerenciar dentro daquelas condições né, então uma das características do GEA...Ah, nós pensamos cem soluções mas não chegamos a levar para os índios porque na verdade você daí tem que conversar com os índios, pra ver se eles acham que aquilo é viável. Nós pensamos aqui, mas a realidade é deles, quem vai fazer são eles não adianta você inventar. Então temos um projeto que tinha proposta pra o lixo tóxico, por

exemplo, porque eles tem muita pilha, é a pilha, bateria de carro é que eles usam no rádio, que a gente propôs que fosse retirado, porque você não pode começar a poluir o Xingu, com resíduos, metais pesados, e que isso propusemos uma ação de retorno enfim, com os próprios índios, que eles vêm pra cidade, quem viesse traria as pilhas da sua aldeia, nós propusemos aterro de valas, que é um buraco mas coberto.. não pode queimar o lixo, eles queimar o lixo, não pode queimar porque o lixo queimado libera dioxina, não pode de jeito nenhum, eles queimam, nós falávamos pra eles - não queima de jeito nenhum -, enfim, e algumas coisas que fossem assim simples e fácil, a gente propôs lá, o pessoal do ISA e da Paulista de Medicina, eles adoraram, só não conseguimos dinheiro para implementar, porque daí precisava uma nova verba, mudou o governo mudaram todos os gerentes lá da Fundação Nacional, da FUNAI, e aí sabe eles...acho que acharam que precisavam cuidar da saúde dos índios, da comida e das aulas e tudo ainda vamos pensar no lixo, meio que deixaram...tá lá em stand by, o projeto do Xingu, mas que nós ainda não desistimos, e nós estamos querendo achar um edital onde a gente possa inserir esse projeto lá...do Xingu né, vão ficando várias pontas que você...de projeto que você não consegue terminar porque a verba acaba, e aí esses ficam ali guardado na gaveta quando aparece algum edital ou algum né, concurso de projeto, a gente tenta ver se insere aquele pra dar continuidade". (Ana Maria Domingues Luz, presidente do GEA)

Os projetos já concluídos ou em desenvolvimento e a interação com os beneficiados, podem ser aferidos nos depoimentos abaixo apresentados. Destacamos a importância que as atividades desenvolvidas pelas ONGs investigadas têm em comum, a ênfase na necessidade de autonomia dos grupos atendidos, e sua inclusão por meio do fortalecimento dos projetos desenvolvidos, que potencializam o manejo e produção sustentável.

"Porque o que eu percebo na captação hoje, o que os financiadores eles pedem, quando acabar esse recurso que a gente está repassando pra vocês, como vocês vão continuar o projeto? Então você capta recurso para um determinado projeto, mas deve proporcionar uma estrutura para que o projeto

possa se autofinanciar, como? criando um fundo, doação particular, fazendo algum tipo de divulgação do próprio projeto” (Renata Chadú, coordenadora de projetos do IBENS)

A representante do IBENS assinala a importância da autonomia da comunidade no gerenciamento dos projetos, como condição *sine qua non* para sua implementação. Com vários exemplos, inclusive com a criação de um índice pelos técnicos do IBENS, que busca mensurar o grau de autonomia de cada um dos projetos em andamento. No processo de captação de recursos, é cada vez mais comum a exigência pelos financiadores, que a capacitação do público alvo contemple a independência financeira e o desenvolvimento da comunidade beneficiada.

“Os projetos com maior grau de autonomia é o das mulheres, das mulheres, estabelecendo alguns critérios a gente viu como elas são autônomas, como elas vão atrás, sabe. O que é que acontece? Vamos supor, a gente faz um estudo de mercado, a gente coloca lá contatos, quem a gente contatou para elaborar esse projeto, nesse estudo de mercado, e a gente percebe que elas vão atrás, que elas ligam, que elas fazem intercâmbio com outras comunidades, que participam de feiras, olha que legal entendeu isso assim – é ótimo (risos) é o máximo, é o máximo, e tem outros projetos, que a gente está fazendo tempo e as pessoas ainda ligam pra cá: olha e agora? Tem algum comprador? – e eu falo – e aquele estudo que a gente mandou? Entendeu, então a gente se questiona muito nisso, pôxa é isso entendeu, falta um pouco a gente falar bom agora está na mão de vocês, os contatos estão aqui, toquem, e falta também da comunidade essa...não sei se a gente pode falar de proatividade - a gente está com esse plano, pôxa, vamos atrás entendeu? Mas é muito legal...isso é um ensino, uma educação, tem que ir ensinado aos poucos – olha vai ficar por sua conta...” (Renata Chadú, coordenadora de projetos do IBENS)

Relatando as formas de captação de recursos, a entrevistada afirma a importância do trabalho das ONGs em Rede e da Internet para a otimização e prospecção dos inúmeros editais e sites governamentais:

“A Secretaria do Meio Ambiente, sempre manda informações sobre cursos pra gente, são clips, SOS Mata Atlântica manda, Greenpeace, o GIFE, o RETS, eles fazem essa divulgação de informações e colocam nos clips que ele mandam, e aí a gente fica informada, mas é lógico que volta e meia a gente dá uma olhadinha...e também pela internet, nos sites do governo. (...) A gente já captou com o MMA, Ministério do Meio Ambiente, e o pró-manejo, Programa de Florestal para ONG ... Edital, no sistema deles Internet, você faz o projeto...planos são pra energia, águas, áreas de conservação e lançaram esse PRO—MANEJO Florestal, então a gente fez um projeto na Amazônia para o PRO-MANEJO. Esse terminou em agosto do ano passado (2006), o projeto...essa fase do projeto terminou, que era voltada pra organização social do pro-manejo, o que é que era isso, fazer com que eles se tornassem cooperativas, associações e capacitar os intercâmbios com outras comunidades que já fazem o manejo florestal comunitário pra eles verem como é que se faz e ter estímulo pra montar o negócio deles, é estruturar o negócio deles primeiro num questão jurídica...cooperativa, associação. Ou cooperativa ou associação, a questão de associação é porque tem um teto das vendas, não me lembro agora quanto é, mas vamos supor, 10 mil. Então depois disso eles não podem mais emitir nota, é uma questão que pega. Então é pra gerir um negócio cooperativa é melhor...(...) Essa etapa do projeto foi vinculada pelo Ministério do Meio Ambiente, acabou, fechou em agosto de 2006, agora a gente tá procurando captar com outras organizações, então acabou o Ministério do Meio Ambiente, já mandamos pro MMA de novo, pro Fundo Nacional do Meio Ambiente, mas não passou a proposta de continuidade desse projeto, não foi aprovado, então a gente já conseguiu também recursos no Ministério do Desenvolvimento Agrário e o PRONAVE, para um projeto no Guarujá, que criadouro de camarão, o que mais..., MDA agora Ministério do Desenvolvimento Agrário, de novo, o BBI, que é um programa das populações indígenas, uma coisa assim, que é um projeto lá no sul da Bahia, com os Pataxós, os Pataxós, que

estão perto de Porto Seguro, então tem o turismo que é muito forte, como o turismo afeta a agricultura, como que eles podem tirar proveito, mas puxa, tem recurso, sem que eles tenham que vender tão barato as coisas deles, porque lá tem um valor agregado cultural, ambiental, sementes sabe, então é isso que a gente ta trabalhando agora, eu vou viajar duas vezes por semana pra lá pra socializar o estudo de mercado”. (Renata Chadú, coordenadora de projetos do IBENS)

Um outro projeto do GEA, em andamento e, que contempla o perfil socioambiental – integração desenvolvimento e meio ambiente - da organização é o desenvolvido em parceria com o CDHU (Companhia de Desenvolvimento de Habitação Urbana), que pretende instalar uma cooperativa de reciclagem em um condomínio construído pela companhia, que conta com uma expressiva população de catadores:

“Porque reciclagem é só um pedacinho, na realidade trabalha a redução ... então, os projetos socioambientais porque a gente trabalha muito tentando unir a questão da reciclagem com a geração de postos de trabalho para catadores. O novo trabalho de cooperativa que nós estamos fazendo, nós tentamos fazer um trabalho integrado...que é de tentar formar essas pessoas para desenvolverem um trabalho que eles conheciam antes, mas de forma a desenvolvê-los para trabalhar de forma profissional, e mais saudável do que a forma que eles trabalham hoje, e de forma muito mais rentável trabalhando com cargas maiores pra venda...com central de triagem, fretagem, então a gente trabalha tentando fazer, quando a gente consegue, é um trabalho, por exemplo no município ou numa área, que você faça, a capacitação dos catadores, não é você juntar dez catadores numa sala e dizer agora vocês são uma cooperativa que eles se matam, eles não sabem trabalhar em conjunto, eles sempre cataram na rua, eles não sabem fazer nada disso. Você tem que fazer um treinamento, tem que ter um tempo, no mínimo de uns 3, 4 meses, no mínimo...nós fazemos a formação, damos as aulas, fazemos curso, trabalhando com eles, discutindo com eles os problemas... de forma que eles consigam entender...fazemos a capacitação de cooperativas...tem que ser

junto com o município né, com o município, ou no caso, por exemplo, nós estamos fazendo um trabalho na favela Pantanal, ex-favela Pantanal, que fica do lado da USP Leste, se você for seguindo pela Airton Sena você vê, era uma favela, atualmente virou um bairro né, foi urbanizado pela CDHU. Companhia Desenvolvimento de Habitação Urbana que é do governo do Estado, CDHU então fez uma organização, não uma urbanização da favela e chegou a uma conclusão – nós temos que desapropriar algumas áreas onde estão pessoas separando materiais em áreas públicas – e aí ia acabar com eles, sem dar nenhuma chance deles terem uma opção de trabalho, uma alternativa. Então, eles fizeram, pensaram em fazer uma central de triagem, e começaram a pesquisar, nós queremos montar uma cooperativa, mas como é que é, nós colocamos as pessoas lá dentro? E sérios que são, também um pessoal super legal, e daí, eles começaram a pesquisar, pesquisa, pesquisa, acabaram encontrando o GEA no atendimento gratuito, várias vezes, e daí eles disponibilizaram verbas para contratar o GEA, então agora nós vamos fazer um trabalho de formação de uma cooperativa na ex-favela Pantanal, né, que o bairro chama Vila Nova, ah é assim, o projeto que nós fazemos é bárbaro, bárbaro. Então é assim, o que nós vamos fazer lá, nós vamos recrutar, a CDHU já fez um cadastro dos catadores (104 catadores), nós vamos agora recrutar, chamar, para vir para uma reunião, para ver quem quer fazer parte de uma cooperativa, porque não é assim todo mundo quer, tem catador que não quer, quer trabalhar sozinho, tudo bem, mas aqueles que quiserem, tiverem essa visão de trabalhar em conjunto, nós vamos pegar essa turma e vamos fazer um curso de três meses, com esse grupo, enquanto isso o CDHU está construindo a central de triagem, eles estão muito felizes, porque estão entrando numa área social, na geração de postos de emprego, eles ainda não tinham feito nada assim, é a primeira experiência, (...) daí no finalzinho desse curso, o que nós vamos fazer, folhetos e vamos capacitá-los, para fazer divulgação de porta em porta, na Vila, para o pessoal já separar o material na casa e os catadores passarem em dias certos já determinados, segunda-feira na rua tal, terça-feira na rua tal, então aí a dona de casa já fica sabendo que dia tal, vai passar o rapaz lá, e aí ela separa o material se quiser, é um trabalho de mobilização, conscientização da comunidade e daí eles vão coletar esse

materiais, mas de uma forma planejada, que nós estamos fazendo, porque esse conhecimento é nosso, dos roteiros, de quantas casas você consegue coletar por dia, quanto que rende cada casa pra você saber antecipadamente, quanto material você vai ter pra vender, tudo isso é nosso conhecimento técnico, né, e daí eles vão coletar, uma área, vão trazer para central de triagem, uma parte vai fazer a coleta, outra parte, como uma empresa, outra parte vai ficar trabalhando na triagem, possivelmente nós vamos conseguir uma prensa do CDHU, tem que buscar parceiros, que dêem uma prensa pra eles trabalharem com uma prensa porque prensando você consegue um preço melhor, daí eles vão vender esse material e vão dividir o dinheiro entre eles, então a renda deles vai ter esse trabalho poucas pessoas, poucas instituições sabem fazer isso, a gente sabe, e aí nós vamos fazer isso, é, então implantando um programa de coleta seletiva na Vila Nova, que era a ex-favela Pantanal, gerando postos de trabalho pra eles e tentando sempre uma visão de ampliar de poder agregar mais pessoas na central de triagem, ampliando a coleta pros bairros circunvizinhos”. (Ana Maria Domingues Luz, presidente do GEA)

4.4 – O perfil dos representantes das ONGs ambientalistas

Em cada uma das entrevistas realizadas observamos um envolvimento com as ações e atividades das ONGs, que ultrapassam a relação de ‘simples funcionários’, de executores de um trabalho, a idéia de pertencimento a uma causa é manifesto. A idéia de ‘missão’ está presente, não no sentido de portavozes ou guias de um movimento, mas como atores pró-ativos, que têm a responsabilidade de comunicar e persuadir, convencer por meios de uma argumentação concreta, objetiva e de um ‘chamamento’ ético. Alguns relatos comprovam um compromisso com o trabalho que realizam, bem como a sintonia entre o esforço desempenhado e a legitimidade e integridade que encontram nas organizações das quais fazem parte. Há um clima de dinamismo e alegria, presente em todas as organizações visitadas, encontramos, invariavelmente, um ‘corre corre’ contínuo, porém nunca, pessoas mal humoradas ou ‘robotizadas’, a

impressão marcante é que todos acreditam e estão 'confortáveis' com a causa que defendem e representam. Identificamos que os 'ongueiros' ambientalistas conseguem integrar o ganhar o pão com o prazer do trabalho realizado.

“Bom o SOS é uma entidade, seu histórico, é uma entidade muito respeitada, às vezes as pessoas nem sabe direito o que é o SOS, mas tem esse respeito, as pessoas sabem o que significa a bandeirinha, sabem o...logo da entidade, as pessoas conhecem e sabem que é uma entidade respeitável, é um entidade que passa uma credibilidade – essa história de trabalhar, simplesmente a gente consegue fazer o que eu acho que todo mundo gostaria de fazer, que é trabalhar com o que gosta, e qual o mal que tem de trabalhar e gostar de trabalhar, tem algum mal nisso? Porque gente tem que ficar essa coisa cristã, católica que a gente tem que sofrer, que as coisas tem que ser sofridas, não, eu posso me divertir bastante (...) se eu não gostasse de trabalhar aqui, eu não estava aqui, nunca fiquei tanto tempo num lugar trabalhando, eu não tenho – , oh o emprego, não é emprego, eu não tenho emprego, eu trabalho com o que eu gosto de fazer e ponto, se precisar trabalhar de sábado eu vou, se precisar trabalhar de domingo eu vou, trabalhar a noite eu vou, é lógico que eu não vou ficar trabalhando de segunda à domingo...mas eu trabalho não tem problema, trabalhei quinta, à noite passada, vou trabalhar quinta à noite de novo, não tem problema, não vou ficar choramingando não vou pedir hora-extra, não vou porque eu sabia que ia ser assim, eu sabia que meu trabalho exige essa dinâmica, eu não quero que seja diferente, entendeu, eu gosto...” (Gustavo Veronesi, geógrafo e educador ambiental, quatro anos de SOS Mata Atlântica)

“Há princípios que a gente não abre mão, por exemplo, nós não fazemos nenhum trabalho por comissão, ganhando - você vende as minhas lixeiras que eu dou comissão pra você - nós já tivemos aqui um horror, sem um puto, sem um centavo, mas a gente não fez, porque isso está fora, nós não fazemos isso, nós oferecemos a lixeira, sim, aquela, dentro do que a empresa ou a instituição está querendo e nós achamos que é a mais adequada, não importa se é da empresa A, B ou C, e eu não vou usar A porque ela me dá comissão, porque eu não quero

comissão, nós nem aceitamos, nem falamos não entramos nesse esquema. Nós somos contra esse negócio de comissão é um cancro na sociedade, não fazemos, não fazemos projetinhos simplezinhos, a empresa fala assim: ah, mas vocês querem fazer levantamento do meu limite, estar tudo publicado, isso aí demora três meses, não eu quero uma coisinha simples, vocês botam umas lixeiras, e umas palestrinhas, nós não fazemos, nós tivemos também oferta desse tipo de trabalho, quando a gente estava sem nada, nós não fazemos, porque a gente acha que isso não tem nenhum resultado, isso de botar as lixeiras, isso não significa nada, se você não fizer um trabalho de base, que seja estruturando a parte operacional, e que você faça um grande trabalho de convencimento com essas pessoas que trabalham lá, você jogou seu tempo fora, não importa se vão pagar para o GEA, para mim não, nós não fazemos. Então temos algumas linhas assim, que não saímos, e daí não adianta que a gente não faz, porque se fosse pra gente ganhar dinheirinho de qualquer jeito nós ficávamos na CETESB, que nós tínhamos garantido nosso salário para o resto da vida, nós não queremos, nós saímos porque a gente achava que tinha uma missão à cumprir, e se a gente sair dessa missão, então não valeu nada esse sacrifício que nós passamos né? é isso, agora projetos para empresas desde que seja dentro desses princípios debate aqui, mas eu acho que são válidos, que a gente tem que continuar fazendo, não ocupar 100% do nosso tempo, porque daí eu concordo com os nossos críticos, que são os conselheiros, não porque aí estamos só como prestador de serviços, nós vamos fazer uma consultoria, pra empresa pronto né, mas não a gente quer fazer isso pra tentar ir equilibrando as finanças, porque não dá para ignorar que nós temos que pagar o aluguel, mil reais de telefone, como pode você reais de telefone se não tiver dinheiro entrando, né, fora as pessoas que você tem que pagar lógico, pagar bem, eu num sei se nós pagamos bem, mas a gente tenta pagar, se vê que a pessoa está se dedicando. (...) e o trabalho aqui é muito, as pessoas trabalham mais tempo, mais horas do que sabe, das 8 às 5 (17 hs.), existe um certo sacrifício também das pessoas, mas as pessoas fazem por conta de acharem que tão fazendo algo que é melhor para o mundo, não é um simples serviço". (Ana Maria Domingues Luz, presidente do GEA)

“Eu me formei em economia, depois disso todos meus amigos foram trabalhar em banco, fizeram economia pra justamente trabalhar em banco, mas quando eu realmente entrei, eu passei para trabalhar no Banco de Boston na véspera, eu disse não, não vou mais trabalhar, não, quero vou ficar um tempo na Juréia, a gente construiu um barraco, uma casinha no meio do nada, há vinte anos...eu fiquei lá 4 meses foi onde tudo começou, a gente começou a ver o que estava acontecendo, gente na praia, desmatamento, todos os problemas da comunidade, eu falei vou fazer alguma coisa pra ajudar, fui atrás da história de Iguape, não tinha nada mesmo na cidade, aqui em São Paulo a gente não encontrava nada, nenhum tipo de material...” (Cybele da Silva, economista e presidente da Eco Juréia)

“Eu sou formada em economia, eu trabalho com meio ambiente há dois anos e oito meses, vim parar aqui porque eu tive uma aula de ética e desenvolvimento sustentável, era a minha cara eu me achei, meio ambiente, pessoas, dinheiro tudo a ver, e aí comecei buscar ONGs, PROAONG mandei e-mail pra todas aquelas ONGs e aí vim pra cá, assim, era pra trabalhar por um mês, fazer um curso de um mês, e fui ficando já estou mais de dois anos, agora sou coordenadora de uma instituição então minhas funções são captar recursos, trabalhar na área de comunicação, apresentar e desenvolver projetos, conversar com o público externo...” (Renata Chadú, coordenadora de projetos do IBENS)

Em outro momento da entrevista, a representante do IBENS assinala a importância de distinguir o trabalho de sua organização, realizado em termos de parceria, e que não deve ser confundido com consultoria. Indagada sobre as diferenças entre os dois termos, a entrevistada aponta o *status* de atendimento ao cliente proporcionado pelas consultoras, e que o IBENS faz é a elaboração e realização de projetos que atendam e garantam a sustentabilidade da comunidade beneficiária, o que significa que a empresa financiadora deve estar de acordo com esses princípios e, não buscando somente uma solução para ficar bem perante a opinião pública. O que o IBENS faz é a promoção de negócios sustentáveis para desenvolvimento local sustentável para comunidades:

“A gente não é consultoria, a gente trabalha com parceria com a empresa, porque a gente pode fazer o que eles querem e sim o que a comunidade deseja, o que a gente não faz é uma consultoria para a empresa no sentido assim você chega pra mim e fala assim – Chadú, eu quero é ficar bem na mídia – o que é que eu tenho que fazer? – ah vamos fazer um projetinho de desenvolvimento sustentável, acalmar o pessoal, vamos colocar no site. A gente faz o seguinte: esse grupo a gente pode trabalhar visando o ótimo para a comunidade não o ótimo pra vocês, o que eles fazem querem desenvolvimento sustentável ou não? – legal a gente está falando a mesma língua, agora se eles falarem – ah a gente que colocar no site – isso é muito discutido, a gente não faz o que a empresa quer, mas o que as comunidades precisam, a gente não faz consultoria, a gente faz parceira, com objetivo comum, desenvolvimento local sustentável e...então esse projeto a gente faz avaliação mercadológica, fazendo plano de mercado, fazendo plano de negócio, estrutura de mercado pra ver como seria isso, como que seria com esses produtos, e daqui pra frente capacitações para melhorar a produção e como gerir o próprio negócio, porque vamos supor, até a gente que está aqui em São Paulo tem uma baita dificuldade de gerir um negócio próprio, imagina quantas empresas a gente vê pelo SEBRAE que no primeiro ano quebram e tal, imagina pra uma comunidade que não entende de mercado? gerir negócio? o que é isso? Então a gente procura dar capacitação nesse sentido (...) então é trabalhar produção sustentável, cultura familiar, segurança alimentar das pessoas (...) nós aqui do IBENS nos deslocamos pra lá (para as comunidades beneficiadas) – hoje a capacitação é sobre: planos de negócios, aí a gente fala para toda a comunidade, olha plano de negócio é isso, entendeu? resultou nisso, o que vocês acham? voltamos pra São Paulo, estruturamos a oficina de acordo com que eles precisam, essas oficinas não são dadas para toda comunidade, são dadas para as lideranças locais, ou para os líderes de cooperativa, as lideranças porque são elas que vão tocar o negócio, mesmo né, então aí a gente faz o treinamento de como gerir o seu negócio, fluxo de caixa, contabilidade, tributação, toda essa questões que não aparecem se você não está lá no dia-a-dia, só quando você monta uma cooperativa você fala - nossa tem que pagar esses impostos? Não sei o quê,

então a gente vai meio que fazer esse planejamento com eles, e a gente também procura dar oficina de capacitação de recursos que inclui o quê? micro-crédito, captar recursos do setor público, privado, estruturar como eles elaboram um projeto e como eles podem captar recursos para continuar tocando”. (Renata Chadú, coordenadora de projetos do IBENS)

Os representantes das ONGs dividem-se em dois grandes grupos: aqueles oriundos dos movimentos sociais tradicionais e/ou funcionários de carreira de órgãos governamentais, como por, exemplo, Enrique Svirsky, ex-funcionário da Secretaria do Estado do Meio Ambiente, idealizador e coordenador do PROAONG e militante do movimento ambientalista de São Paulo e, Ana Maria Domingues Luz, presidente do GEA, ex-funcionária de carreira da SMA. Os mais jovens, que estão na faixa dos 30 anos, são aqueles cuja formação foi realizada em cursos ‘novos’, como por exemplo, gestão ambiental, formação de Edilaine Batista Nogueira e Elaine da Silva, pós-graduada em Ciências Ambientais – PROCAM/USP, ambas do Instituto Recicle. Mesmo aqueles que se formaram em cursos já consolidados, caso das economistas da Eco-Juréia e do IBENS, das relações públicas da REPREMA e, do geógrafo da Fundação SOS Mata Atlântica, podemos afirmar que todos têm um conhecimento consistente da área em que atuam – quase todos os entrevistados fizeram cursos de pós e/ou especialização - e defendem a necessidade de uma sólida formação para a realização do trabalho na área ambiental.

A maioria dos entrevistados possui uma visão crítica da realidade social, não obstante, priorizarem a ação e seus resultados como fatores que possibilitam inscrever novos segmentos sociais à causa. Podemos constatar, que os entrevistados tratam os problemas contemporâneos sob a pertinência de uma agenda exeqüível, descartando as soluções que colocam em xeque as instituições democráticas. Em outras palavras, atribuem a democracia um valor necessário no processo de redução das desigualdades e da possibilidade de integração homem-meio ambiente.

“A gente tem relação com CETESB, SABESP, Secretaria do Meio Ambiente, porque a gente não... assim ONG não é inimiga de governo, não é inimiga das empresas, tem ONG que é... tem nos governos como grandes inimigos. Na verdade a gente não pode tratar assim, se a gente tratar assim, a nossa ação perde força, entendeu, porque é tudo interdependente, se a gente não conseguir se relacionar e conversar com todos os atores que fazem parte do processo, a gente ficar só criticando sem...principalmente não dar alternativa, não adianta ficar metendo o pau ali, criticando, se você não dá...falar isso aqui está errado...eu só falo que uma coisa está errada se eu consigo falar alguma que possa ser feito...possa ser menos danosa que aquilo...entendeu? agora falar – não agora ninguém vai mais usar o carro, agora eu vou defender que ninguém mais use carro, ah bacana, e aí? Eu adoro bicicleta, mas vai pedir pro senhor de 60 anos subir a ladeira da Sumaré até a Dr Arnaldo, entendeu? Ai tem que ser realista com essas coisas...Eu uso direto bicicleta, mas não posso impor às pessoas coisas que pra muitas delas são inviáveis, entendeu, agora, uma coisa que eu posso propor, melhorar ao invés de fazer Rodonânéis, gastar três bilhões de reais com Rodoanel, porque a gente não, com esse mesmo dinheiro constrói mais linha de metrô, coloca mais ônibus na rua, aí sim as pessoas vão deixar seu carro na rua, não porque elas vão ser obrigadas, mas por causa que vão preferir, vão falar – pô, pegar carro, trânsito, vou de metrô e resolvo meu problema, sem uma outra alternativa não adianta você falar – ah você é mal porque você usa carro, então tem que ser realista...” (Gustavo Veronesi, geógrafo e educador ambiental, quatro anos de SOS Mata Atlântica)

“É uma multinacional, e aí o que aconteceu? a ALCOA chamou o IBENS pra uma conversa e falou – olha é o seguinte a gente está com um problema na hidrelétrica de Barra Grande no Sul (2005), (...) a gente se reuniu, discutiu o que a gente poderia fazer, viajamos pro lugar, pra dinâmica local, e a gente aceitou uma proposta de trabalho, essas pessoas que moravam no entorno do rio, que uma barragem e uma usina hidrelétrica, sofreram um baita impacto, assim da vida que elas levavam, elas viviam do rio, da agricultura familiar, então de repente elas se vêem deslocadas, outros lugares, outros municípios, e é isso, como a gente pode

apoiar? Tem o (ABI) movimento atingidos por barragens, eles super, vamos supor vai, eu não queria rotular isso mas só pra ilustrar. Briguentos. Aí eles são muitos duros, eles já invadiram o escritório da ALCOA de Barra Grande. (...) Porque na verdade esse projeto da Barra Grande não tem só a ALCOA como empreendedor, tem a ALCOA, a VOTORANTIM, a CEPFL e a Camargo Correia. Estão lá, entre Rio Grande do Sul e Santa Catarina, no rio Pelotas, a gente propôs fazer o diagnóstico, diagnóstico, da comunidade apresentando o que a gente poderia fazer e...depois os potenciais produtivos, tanto naturais como sociais e econômicos, os recursos naturais, o que o meio ambiente proporcionava, o que é que a gente poderia trabalhar de forma planejada sem destruir o meio ambiente, socialmente, como que eles estavam organizados, se já tinham algum conhecimento, qual era o grau de união desse grupo pra trabalhar determinado produto, como era organizado o mercado a gente quis trabalhar de dessa forma". (Renata Chadú – coordenadora de projetos do IBENS)

"Porque o resíduo, o lixo, nessas lideranças comunitárias é encarado como, como terra para o sem terra, entendeu, é a bandeira que eles tem conta toda uma política de exclusão, que é diferente da estrutura, e a gente volta de novo na percepção e na estrutura política, né, então hoje, o Recycle tem que ter esse controle muito rígido, né, porque mensalmente a empresa coletora ela vem passar pra gente a...a quantidade do material que ela coletou, né, bom, no mínimo tem que ter alguém que saiba mexer no computador, tem que ter algumas coisas que as cooperativas agora estão começando a se organizar pra ter, precisa ser uma pessoa jurídica formalizada, precisa ter todas as certidões negativas OK... Uma estrutura, inclusive de logística pra poder ter um caminhão que possa fazer a coleta seletiva de postos desde Guarapiranga à Guainazes, querendo ou não, a VEGA tinha dois caminhões só para o projeto, a gente chegou a coletar 80 toneladas mês, de material reciclável, e ai a gente questionava, a gente tem lixo pra todo mundo, não adianta eles ficarem brigando com uma ONG, que está fazendo um trabalho, né, vamos aproveitar que tem essas empresas com grana e vamos fazer com elas peguem mais projetos. (...) Na época a VEGA precisava da imagem, claramente isso não era segredo pra eles nem pra gente, que a gente

passar pra população, a VEGA está nisso porque ela quer marketing, não adianta ficar discutindo se é justo, é isso vamos, vamos aproveitar vamos fazer um trabalho legal, - tinha essa questão”. (Edilaine Batista Nogueira, gestora ambiental do Instituto Recicle)

A representante do Recicle afirma que a visão estratégica adotada por eles não era predominante nos fóruns e redes, havia uma posição acentuadamente ideológica, que negava as possíveis parcerias, recusando de antemão qualquer colaboração:

“Isso, ai, havia esse questionamento, assim a gente falava abertamente porque faz parte do movimento, né, a gente sabe que hoje, por exemplo, o Recicle já não é mais questionado, tão questionado, porque não trabalha com cooperativas, até porque o conceito de cooperativa mudou, até porque esses núcleos de separação já caminharam, já amadureceram seus discursos, né, a gente até fica totalmente a vontade de falar no fórum de cidadania, a gente não fala a empresa é grande... o preconceito existe porque não é órgão público, porque corpo de bombeiro é espaço público, a questão foi a VEGA utilizando espaço público, utilizando o nome de uma ONG, ainda...” (Edilaine Batista Nogueira, gestora ambiental do Instituto Recicle)

4.5 –A educação ambiental: uma ação dotada de sentido

Cabe assinalar, a convergência dos discursos dos representantes das ONGs para a importância da educação ambiental, como elemento fundamental e aglutinador para o compromisso com a causa que defendem. Atribuem às ONGs a capacidade de ‘ouvir’ a sociedade civil, de forma à associa-la à reflexão, formulação e execução das mais variadas atividades. A aposta dos entrevistados está na capacidade de discernimento dos demais atores sociais, na adesão a um conjunto de normas e comportamentos, que norteariam uma nova conduta social. Essa estaria baseada em uma ‘mudança de mentalidades’ necessária, na percepção dos entrevistados, para a própria sobrevivência da espécie. Os relatos

obtidos pela investigação, durante a pesquisa de campo dão ênfase à necessidade urgente de se implementar projetos de educação ambiental, que não se reduzam apenas a um conjunto de procedimentos transmitidos por um educador, mas também na ação concreta das ONGs, que possibilitaria a assimilação de novos conceitos de participação democrática. O modelo de educação ambiental esboçado pelos entrevistados enfatiza dois fatores: autonomia e responsabilidade. Esses dois fatores são decorrentes e de uma prática específica, que é a participação nas ações e atividades, tornando os demais atores, protagonistas e responsáveis pelas mudanças. Segundo o relato dos entrevistados:

“O monitoramento, a princípio, é ver a qualidade da água, na verdade é um grande instrumento de mobilização, por que? Porque a partir do momento que eles começam a observar o que está acontecendo, se questionar e aí a gente está lá pra dar essas respostas, a gente está ali pra passar essas informações pra essas pessoas, quanto mais conhecimento elas tem, mais elas vão lutar por isso, mais a gente vai estar forte nessa luta pela despoluição do rio. Só educação ambiental, só as pessoas se tornando sensíveis, porque conscientes elas já são, as pessoas sabem que não é pra jogar papel na rua, as pessoas sabem que não é pra pegar seu esgoto e jogar na rede de água fluvial, conscientes, parte do princípio do que significa a palavra consciência, ter ciência, de saber, as pessoas sabem. Agora o que falta é sensibilidade (...) a medida que elas acumulam um pouco mais de conhecimento elas se tornam sensíveis, e a partir desse momento que elas se tornam mais sensíveis, a nossa causa está sendo complementada, aglutinando, ganha mais força para essa causa”. (Gustavo Veronesi, geógrafo e educador ambiental, quatro anos de SOS Mata Atlântica)

“Você não trabalha meio ambiente, sem trabalhar as pessoas, não há meios de se fazer isso, (...) então, é em primeiro lugar uma região muito pobre, muito judiada [Parelheiros, região onde está sendo implementado o viveiro de mudas] existem muitas ONGs que trabalham – é um lugar engraçado tanto querem preservar e etc, etc, etc, só que foi uma das coisas que eu disse: vocês

não vão atrás das favelas que estão se amontoando e aumentando em um ritmo de progressão geométrica ali, impermeabilizando de fato o solo... (...) Eu acho que dar educação ambiental pra que essas pessoas entendam, é...o valor que o meio ambiente tem, não só pra elas mesmas...da espécie, dos filhos, dos netos...”
(Sandra Diana Fried, presidente do REPREMA)

Em outro momento da entrevista, a representante da REPREMA apresenta uma argumentação que sustenta o caráter difuso e coletivo da questão ambiental, pois como não se caracteriza por ser um bem privado, ninguém se sente responsável por ele:

“a pessoa me responde – quantas vezes eu não ouvi isso – ah eu pago a água mas é só um pouquinho – entendeu, você não é só uma, começa por aí, nós temos que ter responsabilidade uns pelos outros, é necessário que você não seja tão egoísta como é nato o ser humano ser, essa sociedade antropocêntrica também não é correto, você tem que educar as pessoas que é o pensamento meu da Tânia, da Tereza, da Mirma...” (Sandra Diana Fried, presidente do REPREMA)

“Considere como verdade absoluta que é possível ter uma vida boa e justa sem acreditar numa verdade absoluta”. (Contardo Calligaris)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Sociologia Clássica de Durkheim, Marx e Weber, caracterizou-se por abordar em mais de um sentido, uma preocupação com a emergência dos elementos específicos da modernidade ocidental. A saber, as transformações do mundo do trabalho e suas conseqüências para as relações sociais e os fundamentos da ordem moral, antes ancorados na religião cristã e, que se transformaram radicalmente sob a influência do pensamento laico. O percurso dessa investigação foi traçado considerando a força da palavra para produzir e

alterar comportamentos e a força das imagens para criar novas ações e compromissos.

A partir dos anos 70, as teorias da modernização retomam aspectos abordados pela Sociologia Clássica, a emergência da civilização ocidental e sua difusão pelo mundo. O modelo adotado pelo Ocidente consolidou um estilo de vida perdulário e predador com os recursos naturais e com os outros habitantes do planeta. O padrão de produção e consumo dos países capitalistas avançados não é possível de ser adotado pelos três quartos da humanidade que não se beneficiam desse padrão de desenvolvimento. E a razão é simples, não há recursos renováveis disponíveis.

As transformações estruturais que ocorreram nas décadas finais do século XX estabeleceram dinâmicas inéditas nas formações sociais, ora em curso e implementação. O avanço sem precedentes da revolução tecnológica, interferindo nos processos organizativos da economia, da estrutura política e da dinâmica social, assinalou, para o campo da investigação científica, a necessidade de contribuirmos para a construção de um novo arranjo social. Nessa perspectiva, o processo de globalização é apreendido como uma multifacetada e contraditória realidade mundial, produzindo estudos que buscam esclarecer às condições e os significados desse fenômeno, visando estabelecer a conexão entre esse e a emergência de novos canais de participação da sociedade civil, representados pelas ONGs ambientalistas.

As ONGs pesquisadas nesse trabalho, representam uma amostra das formas de agir e organizar os atores sociais de maior expressão na sociedade contemporânea. Esses expressam valores, expectativas e ações, que orientam suas atuações, podendo ser comparados, ampliados e circunscreverem as demais experiências das ONGs ambientalistas.

A partir do quadro conceitual utilizado e da prática e vivência do campo, podemos perceber que uma nova forma de atuação e comprometimento está em

curso. Os responsáveis pelas ONGs sentem-se comprometidos com a causa, mas reconhecem os limites de suas ações. A partir dessa constatação, procuram estabelecer formas estratégicas de intervenção social: de um lado, agir sempre que possível em rede, contando com a colaboração de uma ou mais ONGs, estabelecendo um *pool* delas; de outro, buscam estabelecer suas ações tendo como suporte uma argumentação menos filosófica e mais política, impulsionados pela necessidade de mostrar resultados, quer para a mídia, quer para os parceiros dos projetos, quer para si mesmos, atribuindo às práticas executadas o sentido de 'dever cumprido'.

Há uma concepção utilitário-pagmática envolvendo a ação dos ativistas e 'funcionários' ambientais. Há uma percepção que a burocracia pública, representada pelos diversos níveis do poder de Estado é lento e perversamente inoperante. Esse estado de coisas os obriga a buscar e exercitar uma maior autonomia frente ao aparelho estatal, que não atende de maneira satisfatória as inúmeras demandas sociais.

Desse modo, as ONGs tornam-se poderosos canais de interlocução entre a sociedade e o Estado, impulsionadas pelas inúmeras causas que defendem, pela capacidade de implementar projetos e pelo monitoramento que exercem sobre os governos, no que diz respeito aos compromissos que esses assumem na consecução das políticas públicas. Constantemente, as ações das ONGs supre a inoperância do Estado ou complementa sua atuação. Em outras palavras, participa da interação entre organizações públicas e privadas, onde os papéis de cada uma são definidos pelas circunstâncias e, muitas vezes estão sobrepostos. Assim, os três setores e seus respectivos papéis não são estanques, interagindo dinamicamente, operacionalizando, a acelerada e hiper interdependência social, que caracteriza nossa época.

O surgimento de novas formas de participação política, o reconhecimento de movimentos de solidariedade, a filantropia das elites e o provimento de serviços públicos por organizações que atuam fora do âmbito do Estado, refletem

uma nova reconfiguração, que nos parece, cada vez mais consolidada em sociedades democráticas. Assim, podemos identificar que o funcionamento das ONGs têm contribuído na difusão de conhecimentos técnico-científicos aos segmentos sociais que encontravam-se alijados da possibilidade de usá-los em seus benefício.

A participação do setor produtivo privado, 'obrigados' a adotar uma posição responsável, subvencionando a prestação privada de serviços públicos e do Estado, que por meios de canais e instrumentos efetivos de participação admitem a inclusão dos movimentos sociais organizados na formulação de políticas públicas são reconfigurações decorrentes, principalmente, pela capacidade de organização, pressão e mobilização da sociedade civil, por meio das ONGs.

A profissionalização dos quadros funcionais e a instituição de diretrizes, garantem maior agilidade na articulação de parcerias que geram recursos, impulsionando as ONGs para o desafio de construir novos espaços e canais de interlocução com as agências governamentais e a os diversos segmentos da sociedade civil. Os aportes financeiros representam para elas um meio e não um fim, diferenciando-as dos demais setores sociais. Sua razão de ser está circunscrita pelas atividades que desenvolve, como: a otimização das organizações, a captação de recursos para a execução de projetos, a interação com o grupo beneficiado, o que determina que a avaliação de desempenho difira radicalmente daqueles critérios que regulamentam o setor privado. Quanto às especificidades do setor público, remete ao poder coercitivo que este detém, tanto para arrecadar fundos (impostos) quanto para baixar normas, poder conferido pela premissa da representação política.

Constatamos que a contribuição das ONGs é necessária, porém não pode nem pretende substituir o Estado. Suas ações buscam otimizar o funcionamento dos demais setores sociais. Sua capacidade de prover bens de valor efetivo à sociedade, de conciliar mobilização com autonomia e de pautar a agenda das políticas públicas é que estabelece seu papel social.

A questão prática, ainda em curso, trata da construção das condições mais adequadas para o fortalecimento das parcerias entre o Estado, o setor privado e os setores mais organizados da sociedade, representados pelas ONGs. Pressupõe-se um esforço conceitual das 'vantagens comparativas' entre os órgãos governamentais e organizações da sociedade civil e, posteriormente, na criação de canais de participação que possibilitem a interação entre lógicas e perspectivas diferenciadas, inerentes a diversidade dos interesses dos grupos sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACOT, Pascal. *Historia da Ecologia*, Rio de Janeiro, Editora Campus, 1990.

ALMINO, João. *Naturezas Mortas – a filosofia política do Ecologismo*. Brasília, Fundação Alexandre Gusmão, 1993.

ARON, Raymond. *As Etapas do Pensamento Sociológico*. São Paulo, Martins Fontes, 1999.

AVELAR, Lucia. CINTRA, Antonio Octávio. *Sistema Político Brasileiro: uma introdução*. SP, UNESP, 2004.

BAUMAN, Zygmunt. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar editor, 1998.

_____. *Modernidade e Holocausto*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar editor, 1998.

_____. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar editor, 2001.

_____. *Amor Líquido*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar editor, 2004.

BOBBIO, Norberto. *A teoria das formas de governo*. Brasília, Ed. da Universidade de Brasília, 1988.

_____. *Liberalismo e Democracia*. São Paulo, Brasiliense, 1988.

_____. *Igualdade e Liberdade*. Rio de Janeiro, Ediouro, 1996.

_____. *Direita e Esquerda*. SP, UNESP, 1995.

BECK, Ulrich. *O que é globalização? - Equívocos do globalismo, respostas à globalização*. São Paulo, Paz e Terra, 1999.

BRUNTLAND Gro Harlem. (coord geral). *Nosso Destino Comum*. Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. 2ª edição. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1987.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede – volume 1*. São Paulo, Paz e Terra, 6ª edição, 2002.

CARVALHO, José Murilo. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 2001.

CHESNAIS, François. *Tobin or not Tobin? Por que tributar o capitalismo financeiro internacional em apoio aos cidadãos*. ATTAC –. São Paulo, UNESP - ATTAC, 1999.

CHOMSKY, Noam. *A luta de Classes*. Porto Alegre, Artmed, 1999.

_____. *A minoria próspera e a multidão inquieta*. Brasília, UnB, 1996.

COELHO, Simone de Castro Tavares. *Terceiro Setor*. São Paulo, SENAC, 2000.

DAGNINO, Evelina (org.). *Sociedade Civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo, Paz e Terra, 2002.

DAHRENDORF, Ralf. *As classes e seus conflitos na sociedade industrial*. Brasília, UnB, 1982.

_____. *O conflito social moderno - um ensaio sobre a política da liberdade*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1992.

DIEGUES, Antonio Carlos. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo, Hucitec, 3ª edição, 2001.

- _____. *Após 1989 - moral, revolução e sociedade civil*. São Paulo, Paz e Terra, 1997.
- DOWBOR, Ladislau (org.). *Desafios da globalização*. Petrópolis, Vozes, 1998.
- DUMONT, René. *Um mundo intolerável - o liberalismo em questão*. Rio de Janeiro, Revan, 1989.
- DUARTE, Lílian C. Burlamaqui. *Política externa e meio ambiente*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2003.
- DUPAS, Gilberto. *Economia global e exclusão social*. São Paulo, Paz e Terra, 2ª edição, 2000.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo, EDUSP, 1999.
- FEATHERSTONE, Mike (org.). *Cultura global: nacionalismo, globalização e modernidade*. Petrópolis, Vozes, 1994.
- FERNANDES, Rubem César. *Privado porém público: o terceiro setor na América Latina*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994.
- FERRO, Marc. *História das Colonizações*. São Paulo, Cia. das letras, 1996.
- FINKIELKRAUT, Alain. *A humanidade perdida - ensaio sobre o século XX*. São Paulo, Ática, 1998.
- GALBRAITH, John Kenneth. *A era da incerteza*. São Paulo: Pioneira, 2ª edição revisada, 1980.
- _____. *A sociedade justa*. Rio de Janeiro: Campus, 1996.
- GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo, UNESP, 1991.
- _____. *A transformação da intimidade*. São Paulo, UNESP, 1993.
- _____. *Para além da esquerda e da direita*. São Paulo, UNESP, 1996.
- _____. *Política, sociologia e teoria social*. São Paulo, UNESP, 1998.
- _____. *Mundo em descontrole*. Rio de Janeiro, Record, 2000.
- _____. *Capitalismo e moderna teoria social*. Lisboa, Presença, 2000.
- _____. *Em defesa da Sociologia*. São Paulo, UNESP, 2001.
- GOHN, Maria da Glória. *Os sem-terra, ONGs e cidadania*. São Paulo, Cortez, 2003.

_____. *O protagonismo da sociedade civil – movimentos sociais, ONGs e redes solidárias*. São Paulo, Cortez, 2005.

GONÇALVES, Hebe Signorini. *Organizações não-governamentais: solução ou problema? SP*, Editora Estação Liberdade, 1996.

GRAY, John. *Falso amanhecer – os equívocos do capitalismo global*. Rio de Janeiro, Record, 1999.

_____. *Al-Qaeda e o significado de ser moderno*. Rio de Janeiro, Record, 2004.

_____. *O liberalismo*. Lisboa, Editorial Estampa, 1987.

HABERMAS, Jürgen. *Filosofia em tempo de terror*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2004.

_____. *O Futuro da natureza humana*. São Paulo, Martins Fontes, 2004.

HANDY, Charles. *Além do capitalismo*. São Paulo, Makron Books, 1999.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo, Loyola, 8ª ed. 1999.

HELD, David & MCGREW, Anthony. *Prós e contras da globalização*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2001.

HENDERSON, Hazel. *Além da globalização*. São Paulo, Pensamento-Cultrix, 2003.

_____. *Construindo um mundo onde todos ganhem*. São Paulo, Cultrix, 2000.

HERZ, Mônica e HOFFMAN Andréa Ribeiro. *Organizações Internacionais – história e práticas*. Rio de Janeiro, Campus, 2004.

HIRANO, Sadi (org.). *Globalização e regionalização: América Latina e a nova ordem mundial*. São Paulo, Cortez, 1994.

HIRST, Paul & THOMPSON, Grahame. *Globalização em questão – a ecologia internacional e as possibilidades de governabilidade*. Petrópolis, Vozes, 4ª Edição, 2002.

HOBSBAWN, Eric. *Era dos Extremos - o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo, Cia. das letras, 1995.

_____. *A era dos impérios*. São Paulo, Paz e Terra, 5ª edição, 1998.

_____. *A Era do Capital*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 3ª edição, 1982.

- _____. *A Era das Revoluções*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 12ª edição, 2000.
- IANNI, Octávio. *Teorias da Globalização*. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 1999.
- _____. *O labirinto Latino-Americano*. Petrópolis, Vozes, 2ª ed, 1995.
- _____. *A sociedade global*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1995.
- IOSCHPE, Evelyn Berg (org.). *3º Setor – desenvolvimento social sustentado*. São Paulo, Paz e Terra, 2000.
- KENNEDY Paul. *Ascensão e Queda das Grandes Potências*. Rio de Janeiro, Campus, 1994.
- KÖCHE, José Carlos. *Fundamentos de Metodologia Científica*. Petrópolis, Vozes, 14ª edição, 1997.
- KORTEN, David C. *Quando as Corporações regem o Mundo*. São Paulo, Futura, 1996.
- LINDGREN ALVES, José Augusto *Relações Internacionais e Temas Sociais. – A década das Conferências*. Brasília, IBRI, 2001.
- LANDS, David S. *A riqueza e a pobreza das nações*. Rio de Janeiro, Campus, 3ª edição, 1998.
- LATOUCHE, Serge. *A ocidentalização do mundo: ensaio sobre a significação, o alcance e os limites da uniformização planetária*. Petrópolis, Vozes, 1994.
- LIJPHARD, Arend. *Modelos de Democracia*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.
- LIPOVETSKY, Gilles. *Os Tempos Hipermodernos*. São Paulo Barcarolla, 2004.
- MAGNOLI, Demétrio. *Globalização - Estado nacional e espaço mundial*. São Paulo, Moderna, 1997.
- MARTIN, Hans-Peter e SCHUMANN, Harald. *A armadilha da globalização*. São Paulo, Globo, 1998.
- MARTINS, José de Souza. *A Sociedade vista do abismo*. Petrópolis, Vozes, 2002.
- _____. *Exclusão Social e a nova desigualdade social*. São Paulo, Paulus Editora, 1997.
- MINC, Carlos. *Ecologia e Cidadania*. São Paulo, Moderna, 2ª edição, 2005.
- NEGROPONTE, Nicholas. *A vida digital*. São Paulo, Cia. das Letras, 1995.

NOGUEIRA, Maria das Graças e CARVALHO, Maria Izabel (Orgs.). *O Estudo da Política: tópicos selecionados*. Coleção Relações Internacionais e Política. Brasília, Editora Paralelo, 2003.

OHMAE, Kenichi. *O fim do Estado-nação*. Rio de Janeiro, Campus, 1999.

OLIVEIRA, Francisco Maria Cavalcante de (org.). *Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global*. Petrópolis, Vozes, 1999.

OLIVEIRA, Miguel Darcy de. *Cidadania e Globalização: a política externa brasileira e as ONGs*. Brasília, Instituto Rio Branco; Fundação Alexandre Gusmão; Centro de Estudos Estratégicos, 1999.

PASSOS, Martins Carlos Roberto & NOGAMI, Otto. *Princípios de economia*. São Paulo, Pioneira - Thomson Learning, 2003.

PERRY, Marvin. *Civilização Ocidental – uma história concisa*. São Paulo, Martins Fontes, 1999.

PINHO, Diva Benevides & VASCONCELLOS, Marcos Antonio Sandoval. (orgs). *Manual de economia*. São Paulo, Saraiva, 4ª edição, 2003.

POCHMANN, Marcio. *O emprego na globalização*. São Paulo, Boitempo, 2001.

RIBEIRO, Wagner Costa. *A Ordem Ambiental Internacional*. São Paulo, Contexto, 2001.

RIFKIN, Jeremy. *O fim do empregos*. São Paulo, Makron Books, 2001.

ROBERTSON, Roland. *Globalização – teoria social e cultural global*. Petrópolis, Vozes, 2000.

ROCHA, Antonio Jorge Ramalho. *Relações Internacionais – Teorias e Agendas*. Brasília, IBRI, 2002.

ROSENAU, James N. *Governança sem governo: ordem e transformação na política mundial*. Brasília, UNB, 2000.

RUFIN, Jean-Christophe. *O império e os novos bárbaros*. Rio de Janeiro, Record, 2ª ed.1992.

SANTOS, Laymert Garcia dos. *Politizar as novas tecnologias*. São Paulo, Editora 34, 2003.

SENNETT, Richard. *O declínio do homem público*. São Paulo, Cia. das Letras, 1988.

_____. *A corrosão do caráter - conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro, Record, 1999.

_____. *A cultura do novo capitalismo*. Rio de Janeiro, Record, 2006.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes de Movimentos Sociais*. São Paulo, Loyola, 1993.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Cia. das letras, 2000.

_____. *Sobre ética e economia*. São Paulo, Cia. das Letras, 1999.

SKLAIR, Leslie. *Sociologia do Sistema Global*. RJ, Petrópolis:Vozes, 1995.

SORJ, Bernardo. *A democracia inesperada, cidadania, direitos humanos e desigualdade*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2004.

_____. *A nova sociedade brasileira*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2ª edição revisada, 2001.

SORRENTINO, Marcos (coord). *Ambientalismo e participação na contemporaneidade*. São Paulo, EDUC/FAPESP, 2002.

SVIRSKY, Enrique & João Paulo R. CAPOBIANCO. *O ambientalismo no Brasil – passado, presente e futuro*. São Paulo, Instituto Socioambiental/SMA, 1997.

_____. *Perfil das entidades ambientalistas do estado de São Paulo*. São Paulo, CETESB/ Secretaria do Meio Ambiente, 2004.

TACHIZAWA, Takeshy. *Organizações não governamentais e Terceiro Setor: criação de ONG's e estratégias de atuação*. São Paulo, Atlas, 2002.

TARNAS, Richard. *A epopéia de pensamento ocidental*. São Paulo, Betrand Brasil, 2003.

TAVARES, Ricardo Neiva. *As Organizações Não-Governamentais nas Nações Unidas*. Brasília, Instituto Rio Branco; Fundação Alexandre Gusmão; Centro de Estudos Estratégicos, 1999.

THOMPSON, Grahame and HIRST, Paul. *Globalização em questão – a economia internacional e as possibilidades de governabilidade*. Petrópolis, Editora Vozes, 4ª edição, 2002.

THORSTENSEN, Vera. *Tudo sobre a Comunidade Européia*. São Paulo, Brasiliense, 2ª edição, 1994.

- TOFFLER, Alvin. *As Mudanças do Poder*. Rio de Janeiro: Record, 1990.
- VIOLA, Eduardo FERREIRA, Leila, (orgs.). *Incertezas e insustentabilidade na globalização*. Campinas, UNICAMP, 1996.
- WALLERSTEIN, Immanuel Maurice. *Sistema mundial moderno, Vol. 2*. Lisboa, Afrontamento, 1996.
- _____. *O fim do mundo como o concebemos*. São Paulo, Editora Revan, 2003.
- _____. *O declínio do poder americano*. São Paulo, Contraponto editora, 2004.
- WEBER, Max. *Economia e Sociedade*. Brasília, UnB, 1994.

Teses e Periódicos:

- ALMEIDA, Paulo Roberto. *Relações Internacionais do Brasil: Introdução Metodológica a um Estudo Global*. – Revista Contexto Internacional, PUC-Rio nº2 volume 13, jul/dez. 91.
- AMORIM, Celso Luiz Nunes. *Alguns Problemas de Metodologia no Estudo das Relações Internacionais*. – Textos de aula – Centro de Documentação Política e Relações Internacionais, Editora da UnB, Brasília, 1982.
- ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. *A trajetória da pesquisa na sociologia*. – Revista de Estudos Avançados. USP – nº 22 volume 8 – set/dez 94.
- CALIGARIS, Contardo. *Pluralismo, Multiculturalismo e Universalismo - Diferenças e Aproximações*. Seminário Cultura e Intolerância – SESC Vila Mariana – São Paulo, novembro de 2003.
- CANÍZIO, Márcia Jabor. *Ecologia e Ordem Internacional* – Uma Discussão sobre Paradigmas de Análise –Revista Contexto Internacional, Rio de Janeiro, nº12, jul/dez. 90.
- CAUBET, Christian Guy, *O Comércio Acima de Tudo (e o meio ambiente fora da lei)*. – Revista Lua Nova, nº 52 – 2001.
- CRUZ, Sebastião C. Velasco. *Opções Estratégicas: O Papel do Brasil no sistema Internacional*. Revista Lua Nova, nº 53 – 2001.

DOMINGUES, José Maurício. *Globalização, Sociologia e Cultura*. Contexto Internacional – Rio de Janeiro, vol 15, nº 2, jul/dez 93 – p. 279-294.

FALCONER, Andres Pablo. *A Promessa do terceiro setor*. São Paulo, Dissertação de Mestrado – FEA/USP, 1999.

FRIDMAN, Luís Carlos. Vertigens pós-modernas (Giddens, Touraine, Bauman). *Revista Nova* nº 47-99.

GONÇALVES, Reinaldo & PRADO, Luiz Carlos Delorme. *GATT, OMC e a Economia Política do Sistema Mundial de Comércio*. *Revista do Instituto de Relações Internacionais - Pontifícia Universidade Católica/RJ, IRI*, nº 18. Jan/jun., Volume 18, nº 1 – 1996.

GOLDEMBERG, José. *Um plano de ação para Johannesburg*. *Revista de Política Externa* vol II nº 1 jun/jul/ago 2002.

HERZ, Mônica e HOFFMAN Andréa Ribeiro. *A dimensão cultural das relações internacionais e os atores não-governamentais* – *Revista do Instituto de Relações Internacionais – Pontifícia Universidade Católica/ RJ – IRI*, jul/dez, 1988.

HOFFMANN, Helga. *Tudo o que existe sob o sol e mais além: Rumo a Eco 2002* – *Revista de Política Externa* vol II nº 1 jun/jul/ago 2002.

HUNTINGTON, Samuel P. *A superpotência solitária: a nova dimensão do poder*. *Revista de Política Externa* – vol 8 – nº 4 – mar/abr/mai. – 2000.

KLABIN, Israel. *Meio ambiente: cenário estratégico e a política externa brasileira* – *Revista de Política Externa* – vol. 9 – nº 2 – set/out/nov – 2000.

LEIS, Héctor Ricardo. *As nações Unidas e o Meio Ambiente* .- *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, vol. 17, nº 1, jan/jun 1995.

LISBOA, Marijane Vieira. *Em Busca de uma Política Externa Brasileira de Meio Ambiente - Três exemplos de uma exceção à regra* – *Revista São Paulo em Perspectiva*, 16(2): 2002.

MÁRMORA, Leopoldo. *A ecologia como parâmetros das Relações Norte-Sul: A Atual Discussão Alemã em Torno do “Desenvolvimento Sustentável”*. *Revista Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, vol. 14, nº 1, jan/jun 1992.

MELLO, Valérie de Campos. *Globalização e Desenvolvimento sustentável: O Caso da Amazônia Brasileira*. *Revista Contexto Internacional* – Rio de Janeiro, vol. 18, nº 2, jul/dez 1996.

_____ Globalização, regionalismo e ordem internacional. Revista Brasileira Política Internacional 42 (I): 99.

MIYAMOTO, Shiguenoli, *A Questão Ambiental e as Relações Internacionais – Cadernos do IFCH/UNICAMP - Nº 42 – 1992.*

MONTERO, Paula. *Cultura e democracia no processo de globalização.* São Paulo, Novos estudos Cebrap, nº 44, 1996.

_____. *Globalização, identidade e diferença.* São Paulo, Novos estudos Cebrap, nº 49, nov. 1997.

NAVARRO, Vicente. *Existe a terceira via? Uma resposta à “terceira via” de Giddens.* - Revista Lua Nova nº 48, 1999.

PERICÁS NETO, Bernardo. *Meio ambiente e relações internacionais* - Revista do Instituto de Relações Internacionais – Pontifícia Universidade Católica/ RJ – IRI, nº 9 - jan/jun 1989.

PLATIAU, Ana Flávia Barros, VARELLA Marcelo Dias & SCHLEICHER. Rafael T. *Meio Ambiente e Relações Internacionais: Perspectivas Teóricas, Respostas Institucionais e Novas Dimensões de Debate.* Revista Brasileira de Política Internacional - Ano 47 - nº 2 – 2004.

RATTNER, Henrique. *Meio Ambiente e desenvolvimento sustentável: O mundo na encruzilhada da História – Revista Política Externa , Vol II, nº2 set/out/nov , 2002.*

REBÊLO JR, Manoel. *O Desenvolvimento sustentável – a crise do capital e o processo de recolonização.* Tese de doutorado. FFLCH/USP. 2002.

RODRIGUES, Maria Guadalupe. *Movimento Ambiental e Ativismo Político: Um Estudo de Caso da Campanha contra os Bancos Multilaterais de Desenvolvimento – Revista Contexto Internacional, Rio de Janeiro, vol. 15, nº 2, jul/dez 93.*

RUFINO, Sandra. *(Re) Fazer, (Re) Modelar, (Re) Criar: a autogestão no processo produtivo.* São Paulo, Tese de Doutorado – POLI/ USP – Engenharia de Produção, 2005.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Organizações não-governamentais na América Latina: seu papel na construção da sociedade civil.* São Paulo, Revista São Paulo em Perspectiva, Fundação SEADE, vol. 8, nº 3, jul-set., 1994.

SVIRSKY, Enrique. (coord) *Perfil de Entidades Ambientistas do Estado de São Paulo,* SMA/PROAONG, 2004.

TOSTES, Ana Paula B. *Identidades transnacionais e o estado. Viço e teimosia?* Revista Lua Nova 09/12/2006.

TRINDADE, Sérgio C. *Desenvolvimento sustentável da Grande Amazônia: Gamza 21* – Revista de Política Externa, vol. 9, Nº 2, set/out/nov., 2000.

VARGAS, Everton Vieira. *O meio Ambiente como tema de política externa.* Revista de Economia e Relações Internacionais, vol, 2(4), jan. 2004.

Artigos de Jornais e Revistas:

Um novo Bretton Woods? Luiz Gonzaga BELLUZZO, Folha de São Paulo, 30/07/2006.

A melhor lição de uma escola. Gilberto DIMENSTEIN. Folha de São Paulo – Cotidiano, página C 12, 26/11/2006.

Estado e sociedade civil. Folha de São Paulo Boris FAUSTO – Tendências e Debates, 04/06/2004.

Brasil é o oitavo em proteção do clima. Folha de São Paulo, 14/11/2006.

Por que o Brasil não cresce como a China e a Índia? Revista VEJA, 16/08/2006.

Meio ambiente não é prioridade dos governos. Folha de São Paulo – Tendências e Debates, 21/07/2006.

Elas também querem os orgânicos. REVISTA EXAME. 08/11/2007.

O hedonismo fraturado, entrevista com Gilles LIPOVETSKY. Folha de São Paulo, Caderno Mais, 11 de junho de 2006, tendo como base seu livro: *Le Bonheur Paradoxal (A Felicidade paradoxal)*, Ed. Gallimard, 2006.

Ong's 'ineptas' recebem 54% dos repasses ao setor, diz TCU. Folha de São Paulo, Caderno Brasil A2, pág. A8. 12/11/2006.

Consumindo o Futuro. Laymert Garcia dos. SANTOS. Folha de São Paulo, Caderno Mais, 27/02/2000.

A Ruína do Capitalismo. Immanuel WALLERSTEIN. Folha de São Paulo, Caderno Mais, 17/10/1999.

Chegou a era do Degelo. Revista ISTOÉ, nº1945, 7/02/2007.

Os bilhões do carbono. Revista ISTOÉ, nº 1921, 16/08/2006.

A vingança de Gaia. – James Lovelock, Revista VEJA. 24/10/2006.

Ranking feito pela ONU. Folha de São Paulo, 21/11/2006.

Grupo é acusado de desviar R\$ 30 mi de doações a ONGs. Folha de São Paulo, 24/11/2006.

Brasil avança posições em “IDH ambiental”. Folha de São Paulo, 25/12/2006.

O Gandhi nuclear. Revista Superinteressante. 04/02/2007.

Mais de 2.000 ONGs receberam verbas da União. Folha de São Paulo, 06/02/2007.

Para crescer, o Brasil precisa mudar a legislação ambiental? - José Eli da Veiga. Folha de São Paulo, 10/12/2006.

China vira maior emissor global de carbono em 2009. Folha de São Paulo, 08/11/2006.

“Cético” do aquecimento global, recebe dinheiro de termelétrica. Folha de São Paulo, 29/07/2006.

Encontro discute participação de país pobre no pós-Kyoto. - Folha de São Paulo, 25/01/2007.

Investimento em controle ambiental aumenta 84%. Folha de São Paulo, 27/01/2007.

Navio baleeiro e barcos de ativistas batem em confronto na Antártida. Folha de São Paulo, 13/02/2007.

Países pedem organização ambiental com mais poder. Folha de São Paulo, 05/02/2007.

Rússia tem lei polêmica; Brasil carece de marco. Folha de São Paulo, 03/01/2007.

O alerta global – Entrevista com Nicholas Stern – Revista VEJA 08/12/2006.

O guru do verde. Entrevista com Al Gore. Revista VEJA. 11/10/2006.

ONGs os novos inimigos do capitalismo. Revista Exame. 25/10/2006.

Sites consultados:

BELLUZZO, Luís Gonzaga de Mello, *Proposta italiana pode ser volta ao futuro* – Instituto de economia. Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/artigos/belluzzo>

Bruxelas propõe reduzir em 20% as emissões de CO2 até 2020. El País. 11/01/2007. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/midiaglobal/elpais>

Mundo perdeu dez anos ao ignorar mudança do clima. Folha de S.Paulo, 07/11/2006. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil>

A ruína do capitalismo. Globalizacion, desarrollo y sociedad civil em América Latina. 06/01/2007. Disponível em: <http://www.globalizacion.org/biblioteca/>

'Ambientalista cético': Combater aquecimento não resolve. 22/02/2007. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/>

GUEDES, Ana Lúcia. *Empresas transnacionais e questões ambientais: a abordagem do realismo crítico.* Revista de Sociologia e Política, 25/12/2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/>

Lovelock, guru ambiental, estimula a expansão de energia nuclear - Mídia global. Der Spiegel. 04/02/2007. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/>

Ar sujo, consciência limpa. Folha de São Paulo, 25/02/2007, Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/>

Restaurar o ozônio no Pólo Sul vai demorar 60 anos. Tierramérica – Meio Ambiente e desenvolvimento. 20/02/2007. Disponível em: <http://www.tierramerica.net/portugues/>

KAMINKER, Anabella. *Desenvolvimento Sustentável.* GERM – Groupe d'études et de recherches sur les mondialisations – 19/08/2002. www.mondialisations.org

LEITE, Marcelo. *Mudança de clima.* Folha de S. Paulo, 11/02/2007, Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ciencia/>

_____. *A culpa é nossa.* 04/02/2007, Disponível em: <http://www.valeverde.org.br/>

Gandhi nuclear: James Lovelock – disponível em: <http://www.ecolo.org/>

MARKAR-MACAN, Marwaan. *Ambientalistas uma espécie ameaçada.* 12/01/2007. Disponível em: <http://www.tieramerica.net/>

SOARES, Maria Victória de Mesquita Benevides. *Cidadania e direitos humanos.* Disponível em: [www. iea. usp](http://www.iea.usp)

'Invejar China é um equívoco brutal'. PNUD. 10/12/2006. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/>

O difícil combate dos ecologistas chineses nas regiões rurais poluídas. 01/02/2007. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/midiaglobal/lemonde/>

China responsabiliza o Ocidente pelo aquecimento global. The New York Times. 07/02/2007. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/midiaglobal/nytimes/>

Anjos e Demônios. Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais – ABONG, 28/12/2006. Disponível em: <http://www.abong.org.br/>

O IBAMA e sua história. Disponível em: www.ibama.gov.br

A natureza merece esse estímulo. 18/10/2006. Disponível em: <http://www.wwf.org/informacoes/noticias/>

A Nova Democracia – ataque às entidades ecológicas. 06/01/2007. Disponível em: [Http://noticias.uol.com.br/midiaglobal/nytimes](http://noticias.uol.com.br/midiaglobal/nytimes)

Inventar um novo mundo - 20/02/2007. Disponível em: www.unisinos.br/

Os prefeitos contra Bush. Le Monde. 15/10/2006. Disponível em: www.valeverde.org.br/

Sinais de avanços no debate sobre o Marco Legal. Boletim Eletrônico da Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais – ABONG. 12 a 18 de dezembro de 2006 – Nº 375. Disponível em: www.aobong.org.br

O fenômeno da chuva ácida – Disponível em: www.ambientebrasil.com.br

Sites das ONGs pesquisadas

Associação ECO Juréia – AEJ- www.ecojureia.org.br

Fundação SOS Mata Atlântica – www.sosmatatlantica.org.br

GEA – Ética e Meio Ambiente – www.gea.org.br

IBENS – – Instituto Brasileiro de Educação em Negócios Sustentáveis – www.ibens.org

Instituto Recicle – www.institutorecicle.org.br

Instituto Socioambiental – ISA – www.socioambiental.org

REPREMA – Associação pela Recuperação e Preservação da Mata Atlântica - www.reprema.org.br

Site da Secretaria do Estado do Meio Ambiente

www.ambiente.sp.gov.com/proaong/abertura

Entrevistas realizadas com a atual coordenadora do PROAONG, Sra. Maria do Rosário Fonseca Coelho, educadora ambiental e Sra. Fernanda Morgade – Assessora do Gabinete responsável pelas relações institucionais e as ONGs ambientalistas.

Todos os anexos referidos nesse trabalho (questionário, roteiro de entrevistas, depoimentos dos entrevistados, reportagens, documentos etc), encontram-se com a autora.